

Organizadores

Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Perfil Socioeconômico do Ceará



Banco do
Nordeste

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO CEARÁ

Organizadores
Francisco José Araújo Bezerra
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO CEARÁ

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2015

**Presidente:**

Marcos Costa Holanda

Diretores:

Francisco das Chagas Soares
Isaias Matos Dantas
Luiz Carlos Everton de Farias
Manoel Lucena dos Santos
Paulo Sérgio Rebuças Ferraro
Romildo Carneiro Rolim

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
Superintendente
Francisco José Araújo Bezerra**Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação****Gerente**
Tibério Rômulo Romão Bernardo**Célula de Estudos e Pesquisas****Gerente**
Luciano J. F. Ximenes**Célula de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas****Gerente**
Wendell Márcio Araújo Carneiro**Ambiente de Políticas de Desenvolvimento****Gerente**
José Rubens Dutra Mota**Célula de Políticas de Financiamento e Monitoramento****Gerente**
Sâmia Araújo Frot**Coordenação Técnica:**

Luciano J. F. Ximenes
Airton Saboya Valente Junior

Equipe:

Allisson David de Oliveira Martins
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco Diniz Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
Jackson Dantas Coêlho
Jacqueline Nogueira Cambota
José Alci Lacerda de Jesus
Laura Lúcia Ramos Freire
Maria de Fátima Vidal
Maria Simone de Castro Pereira Brainer
Mário Sergio Carvalho de Freitas
Sâmia Araújo Frot
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho
Normalização: Audrey Caroline Marcelo do Vale

Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho
Diagramação: Patrício de Moura

Colaboração:

Elias Augusto Cartaxo
Iara Amaral Lourenço
Hamilton Reis de Oliveira
Paulo André Almeida Lopes
Roberto Jarllys Reis Lima
Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004

P438 Perfil socioeconômico do Ceará / Francisco José Araújo Bezerra... [et al.],
organizadores. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

194p.: il., color.

ISBN 978-85-7791-252-0

1. Perfil socioeconômico – Ceará. I. Bezerra, Francisco José Araújo. II. Bernardo, Tibério Rômulo Romão. III. Ximenes, Luciano J. F. IV. Valente Junior, Airton Saboya. V. Título.

CDU: 330.981

Copyright©2009 by Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Prefácio

Nos últimos anos, o Nordeste foi favoravelmente impactado pela associação de evidente crescimento econômico e de melhoria significativa nas condições sociais. No entanto, ainda apresenta características que emperram o alcance de maiores índices de desenvolvimento socioeconômico e que são agravadas pela desigualdade dentro da própria Região. Prova dessa última afirmação é o fato de que os melhores indicadores do Nordeste ainda estão concentrados nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Diante dessa realidade e em sintonia com os resultados apontados em um conjunto de estudos recentemente elaborados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), denominado Nordeste 2022, o Banco do Nordeste acredita que um dos maiores desafios para a Região é a descentralização do desenvolvimento. Para isso, o primeiro passo é avaliar a situação socioeconômica atual de cada Estado, identificar potencialidades e apontar diferenciais competitivos e oportunidades em cada um deles, procurando sinalizar possíveis iniciativas estratégicas, capazes de nortear a elaboração ou atualização de políticas públicas ou a tomada de decisões do setor privado, sempre sob uma perspectiva de integração regional.

Apoiado nessa visão, o BNB, por meio do ETENE, tem a satisfação de lançar o **Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015**, composto por nove volumes – um para cada Estado nordestino.

A obra disponibiliza valiosas informações e análises sobre os Estados do Nordeste, abordando temas como a atividade econômica, o desempenho setorial, a agropecuária, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura e o mercado de trabalho, além de um quadro resumo com os principais indicadores de cada Estado e da Região.

Os volumes reúnem também informações sobre a recente evolução socioeconômica de cada unidade federativa do Nordeste, fornecendo subsídios, por um lado, para que o setor público possa elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento específicos e, por outro lado, para que o setor privado tenha à disposição a melhor informação possível para a realização de investimentos.

O caráter estratégico desse tipo de iniciativa é reforçado justamente pela possibilidade de que as informações disponibilizadas pelas publicações contribuam para a definição de ações que busquem atenuar as disparidades de renda e de capacidade produtiva entre os estados nordestinos e até mesmo dentro de cada uma dessas Unidades Federativas e que promovam uma desconcentração de investimentos na Região.

Como parte de uma ação integrada, é importante destacar que o BNB também vem priorizando a expansão de sua rede de atendimento na Região (aumento de 55% no número de agências nos últimos três anos) e a modernização de seus instrumentos de apoio, fatores fundamentais para continuar a promover a democratização do crédito, a desconcentração de investimentos na área de atuação e a mitigação de vazamentos de recursos do Nordeste para regiões mais desenvolvidas do País.

Nesse sentido, em sintonia com o começo dos mandatos dos novos governadores, o BNB iniciou a construção de agendas propositivas com os estados do Nordeste, objetivando congregar esforços em ações conjuntas para fortalecimento do sistema produtivo local, estruturação de novas oportunidades e apoio diferenciado para aquelas regiões menos desenvolvidas dentro de cada unidade federativa.

O Perfil Socioeconômico dos Estados do Nordeste – Edição 2015 vem, portanto, suprir importante lacuna no conhecimento sobre a dinâmica econômica de cada espaço territorial da Região, comparando os estados entre si e também em relação ao Nordeste e ao Brasil, o que permite ter uma base informativa confiável para uma atuação diferenciada em áreas menos desenvolvidas, sempre sob a perspectiva da melhoria de vida do conjunto da população e a consequente elevação de indicadores econômicos e sociais.

O BNB e, em particular, a equipe do ETENE esperam que esta publicação possa estimular processos de articulação, debate e planejamento no âmbito de cada Estado, de modo a propiciar o aperfeiçoamento de políticas e ações e a estruturação de parcerias estratégicas em torno do enfrentamento dos desafios mais importantes para o desenvolvimento de cada Estado do Nordeste e de toda a Região.

Marcos Costa Holanda
Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Apresentação

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução socioeconômica do estado do Ceará, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado, ainda, para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

Inicialmente, sintetiza as características territoriais do Estado. Posteriormente, o documento analisa a demografia e o quadro social do Ceará. Na sequência, apresenta o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Valor Agregado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue-se uma panorâmica do desempenho setorial, incluindo a agropecuária, indústria, comércio e serviços.

O estudo dedica um capítulo específico para quantificar os fluxos comerciais do Ceará com os demais estados e regiões do Brasil, além de determinar as categorias dos bens que são comprados e vendidos por esse Estado. Referidos dados foram gerados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, ferramenta elaborada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) em parceria com a Universidade de São Paulo.

Os capítulos seguintes abordam aspectos relacionados com o turismo, o comércio exterior, a infraestrutura, o mercado de trabalho além das principais aplicações de recursos dos bancos públicos e agências de fomento, com destaque para os financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste. Finaliza-se com um quadro resumo dos principais indicadores do Nordeste e Estados.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como

favorecer parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que elevem o grau de modernidade e competitividade da economia cearense, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

Francisco José Araújo Bezerra

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Sumário

Prefácio	5	
Apresentação	7	
1	Características territoriais	11
	Referencias	21
2	Demografia e panorama social	23
	Referências	30
3	Desempenho da economia estadual	31
	Referências	37
4	Agricultura	39
	Referências	46
5	Pecuária	47
5.1	Avicultura	48
5.2	Bovinocultura	53
5.2.1	Bovinocultura leiteira	53
5.3	Caprinos e ovinos	61
5.4	Apicultura	62
5.5	Considerações finais	64
	Referências	68
6	Indústria	71
6.1	Perfil da indústria do Ceará	72
6.2	Indústrias extractivas	79
6.3	Indústrias de transformação	81
6.4	Indústria da construção	85
6.5	Serviços Industriais de Utilidade Pública	86
6.6	Considerações finais	87
	Referências	88
7	Comércio e serviços	91
7.1	Comércio	93
7.2	Serviços	95
7.3	Considerações finais	97

8	Fluxos do comércio interestadual	99
8.1.	Compras de insumos intermediários	100
8.2	Vendas de insumos intermediários	105
8.3	Balanço das compras e vendas	110
8.4	Análise da Agregação de Valor	111
	Referências	114
9	Turismo	115
10	Comércio exterior	123
	Referências	130
11	Infraestrutura	131
11.1	Infraestrutura de transportes	131
11.2	Infraestrutura de energia elétrica	136
11.3	Infraestrutura de utilidade pública	139
	Referências	143
12	Mercado de Trabalho	145
12. 1	Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua	145
12.2	Evolução do emprego formal - RAIS	149
	Referências	156
13	Intermediação financeira	159
	Referências	164
14	Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste	165
	Referências	172
15	Considerações finais	173
	Apêndices	179

1 Características territoriais

Leonardo Dias Lima

Economista. Mestre em Avaliação de Políticas Públicas

Thamiris Ferreira Pinto Paiva

Graduanda em Agronomia. Bolsista de Nível Superior

O Ceará possui um território de 148,9 mil km², o que representa 9,6% da Região Nordeste (1.554,3 mil km²) e 8,3% da área de atuação do BNB (1.789,5 mil km²). Entre os Estados nordestinos é o quarto maior em extensão, sendo menor apenas que Bahia, Maranhão e Piauí. Em relação ao Brasil, corresponde a 1,7% da área do País (8.515,8 mil km²). Faz fronteira ao sul com Pernambuco, ao leste com o Rio Grande do Norte e Paraíba, a oeste com o Piauí e ao norte com o Oceano Atlântico (Mapa 1).

Utilizando critérios de similaridade de aspectos geográficos e socioeconômicos, o IBGE regionalizou os 184 municípios cearenses em 33 microrregiões, que por sua vez foram agrupados em sete mesorregiões (Quadro 1 e Mapa 2).

O Centro-Sul Cearense engloba três microrregiões e 14 municípios, ocupando uma área de 9,9 mil km², que corresponde a 6,7% do território do Estado. Nessa mesorregião encontra-se o Açude Orós, o segundo maior do Estado. Seus principais municípios são Iguatu, Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre (Mapa 2).

A mesorregião do Jaguaribe abrange quatro microrregiões e 21 municípios, somando uma área de 18,4 mil km² (12,4% do Estado). Destaque nessa mesorregião a presença do Açude Castanhão, o maior do Estado, no curso do rio Jaguaribe. Tem como cidades mais importantes Aracati, Russas e Morada Nova.

A Metropolitana de Fortaleza engloba duas microrregiões e 11 municípios, ocupando 2,5% do território do Estado (3,8 mil km²). Apesar de ser a mesorregião menos extensa, apresenta-se como a mais importante economicamente.

Mapa 1 – Localização geográfica do Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Quadro 1 – Mesorregiões e Microrregiões Geográficas - Ceará

Mesorregiões	Microrregiões
Centro-Sul Cearense	Iguatu, Lavras da Mangabeira e Várzea Alegre.
Jaguaribe	Baixo Jaguaribe, Litoral de Aracati, Médio Jaguaribe e Serra do Pereiro.
Metropolitana de Fortaleza	Fortaleza e Pacajus.
Noroeste Cearense	Coreaú, Ibiapaba, Ipu, Litoral de Camocim e Acaraú, Meruoca, Santa Quitéria e Sobral.
Norte Cearense	Baixo Curu, Baturité, Canindé, Cascavel, Chorozinho, Itapipoca, Médio Curu e Uruburetama.
Sertões Cearenses	Sertão de Crateús, Sertão de Inhamuns, Sertão de Quixeramobim e Sertão de Senador Pompeu.
Sul Cearense	Barro, Brejo Santo, Cariri, Caririaçu e Chapada do Araripe.

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2010).

O Noroeste Cearense conta com sete microrregiões e 47 municípios em um território de 34,6 mil km² (23,2% do Estado). Sobral é o principal polo dinâmico dessa mesorregião, sendo também a cidade mais desenvolvida do interior cearense.

O Norte Cearense contempla oito microrregiões e 36 municípios em 21,1 mil km² (14,1% do Estado). É nessa mesorregião que se encontra o Porto do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante.

Os Sertões Cearenses estendem-se por uma área de 46,2 mil km² (31,1% do Estado), sendo a maior mesorregião do Estado. É formado por quatro microrregiões e 30 municípios. Os principais municípios são Quixadá, Quixeramobim e Crateús.

O Sul Cearense possui ao todo 25 municípios agrupados em cinco microrregiões em um território de 14,9 mil km² (10,0% do Estado). O principal polo dinâmico dessa região surgiu da conurbação dos municípios de Juazeiro do Norte (terceira maior população do Estado), Crato e Barbalha, formando a Região Metropolitana do Cariri.

Mapa 2 – Mesorregiões do estado do Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

Além da regionalização estabelecida pelo IBGE, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) estabelecem o semiárido brasileiro para efeito de definição e implementação de políticas públicas. Referido território é caracterizado pelo clima semiárido, índice de precipitação pluviométrica anual inferior a 800 mm, vegetação de caatinga ou de transição, além de apresentar, em geral, indicadores socioeconômicos abaixo da média do Nordeste. O Ceará possui 86,7% do seu território classificado como semiárido, ocupando uma área de 129,2 mil km². Esse território corresponde a 13,2% de todo o semiárido brasileiro (Mapa 3).

O Ceará é o único Estado da Região Nordeste cujo território está inteiramente no bioma da Caatinga (Mapa 4). Caracterizado pela baixa pluviosidade, variando de 400 mm a 800 mm anuais, concentrada em apenas quatro meses, a caatinga possui fauna e flora adaptadas à escassez de água.

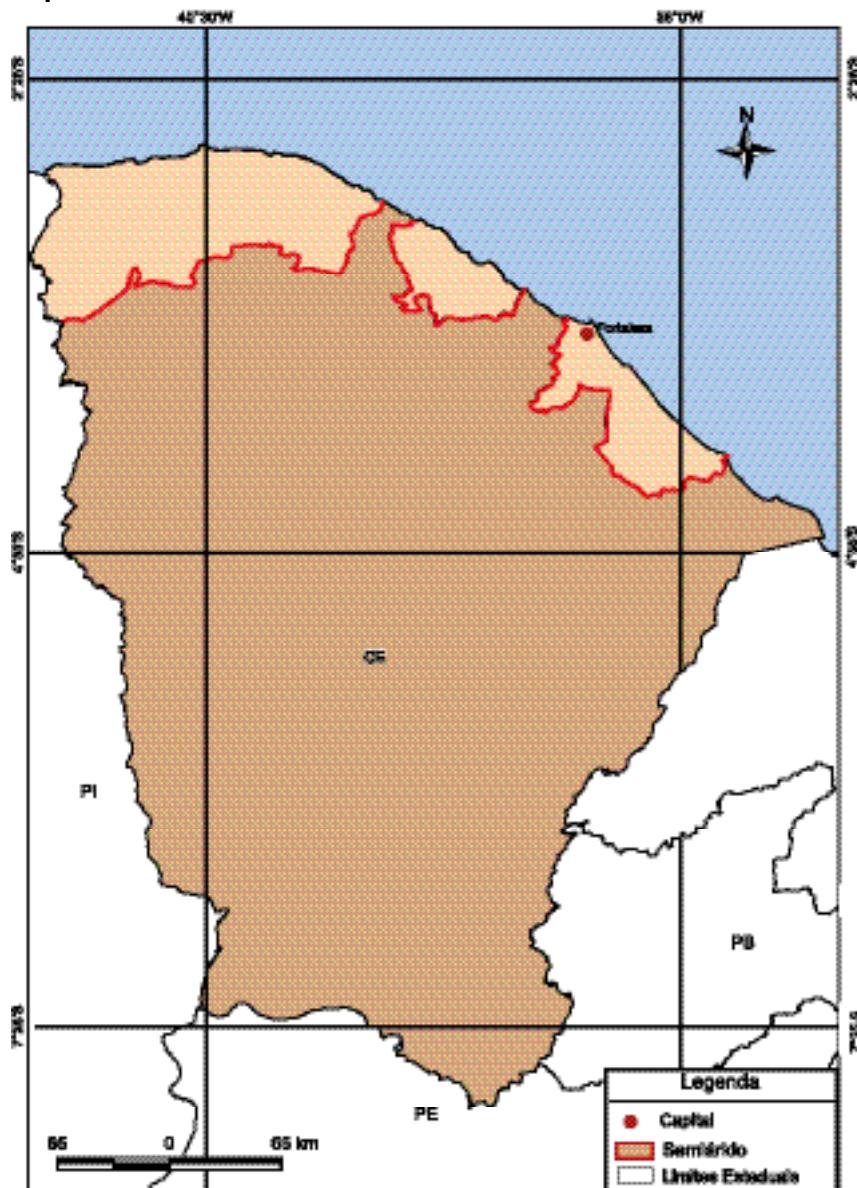
Porém, fatores como a proximidade do litoral, a presença de rios e a altitude confere ao Estado a existência de uma diversidade paisagística. No litoral e nas serras a precipitação média anual alcança 1.300 mm e 1.800 mm, respectivamente. De fato, o território conta com relevos elevados, como a Serra da Ibiapaba a oeste, a Chapada do Apodi a leste e a Chapada do Araripe ao sul. Na região central fica a Depressão Sertaneja. De acordo com Rodriguez e Silva (2002, p. 104):

Na Depressão Sertaneja predomina a paisagem semiárida, com bolsões mais áridos a oeste e a sudeste. No litoral, os ventos alísios ajudam a formar uma paisagem subúmida, presente também nas chapadas e nos territórios adjacentes do interior do Estado. E por fim, nas serras a barlavento próximas ao litoral predomina a paisagem úmida.

O litoral cearense possui uma extensão de 609 km, o que representa 5,6% da costa brasileira e 11,8% da nordestina. Além dos recursos pesqueiros, referido litoral possui potencial turístico.

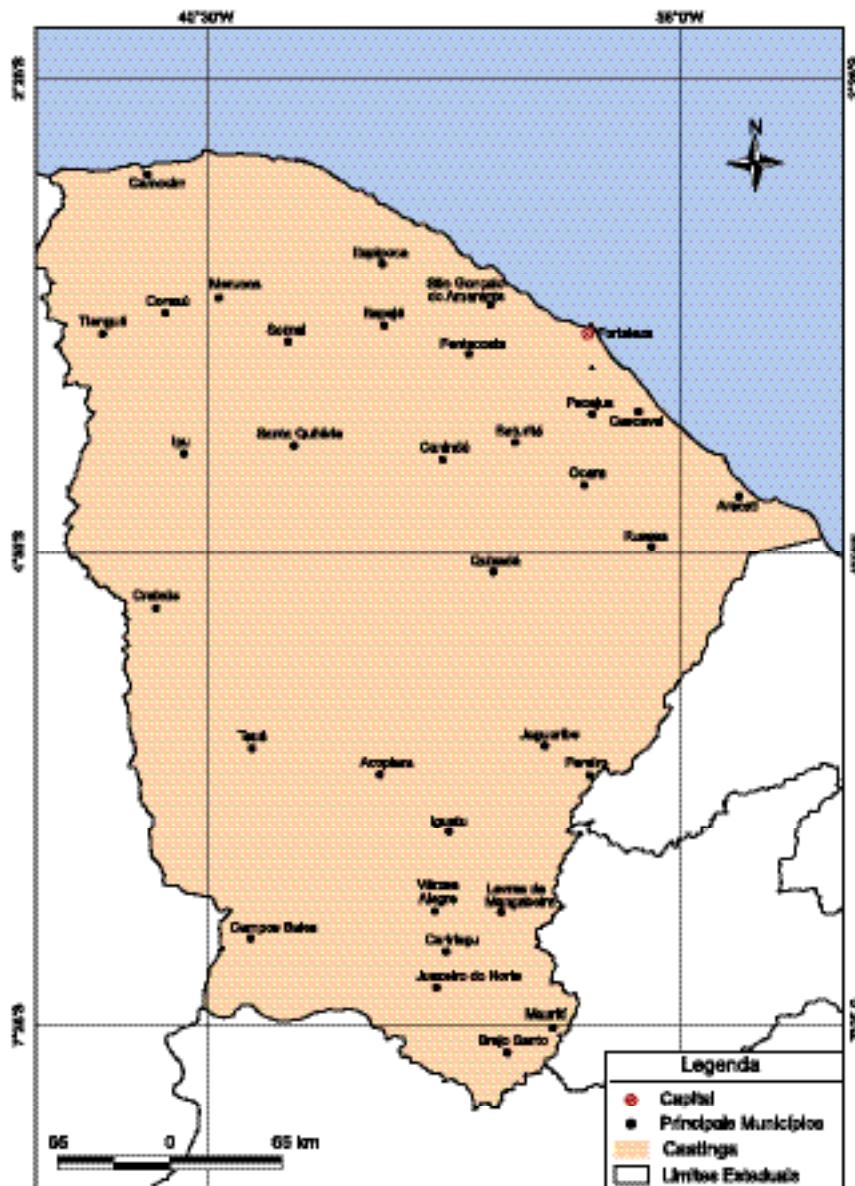
O Estado conta com um plano de recursos hídricos que fornece subsídios para a ampliação da infraestrutura além da implementação de um modelo de gerenciamento desses recursos com

Mapa 3 – Semiárido no Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Mapa 4 – Biomas do Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 nas microrregiões.

base em onze bacias hidrográficas, ou seja, Acaraú, Alto Jaguaribe, Banabuiú, Baixo Jaguaribe, Coreaú, Curu, Litoral, Médio Jaguaribe, Metropolitana, Parnaíba e Salgado (CEARÁ, 2014a).

Apesar da existência dessas bacias, a escassez e a concentração das chuvas exerce influencia na vazão dos rios, os quais tendem a ser descontínuos. Assim, diferentes administrações estaduais realizaram investimentos na construção de um complexo de açudes, canais e adutoras representando importante mecanismo para acumular e transportar água, reduzir os impactos das secas e das cheias sazonais que atingem o Estado, de forma que as estruturas possam ser utilizadas como reserva hídrica estratégica para o Ceará.

A título de ilustração, o Canal do Trabalhador, construído em 1993 e com 113 km de extensão, capta águas do rio Jaguaribe, que são provenientes do açude Orós despejando-as no Açude Pacajús e dessa forma garante o abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) (CEARÁ, 2014b).

A construção do açude Castanhão em 2002, na bacia hidrográfica do Rio Jaguaribe, permitiu que a infraestrutura hídrica do Ceará fosse ampliada. O Castanhão constitui um lago artificial de 32,5 mil hectares capaz de acumular 6,7 bilhões de metros cúbicos de água, e visa aumentar de 22 m³/s para 57 m³/s a vazão regulizada do rio Jaguaribe, viabilizando a irrigação de 43 mil ha, além de proteger das inundações cerca de 25 mil hectares de várzeas irrigáveis, pertencentes à área do Baixo Vale do Jaguaribe (FREIRE, 2002).

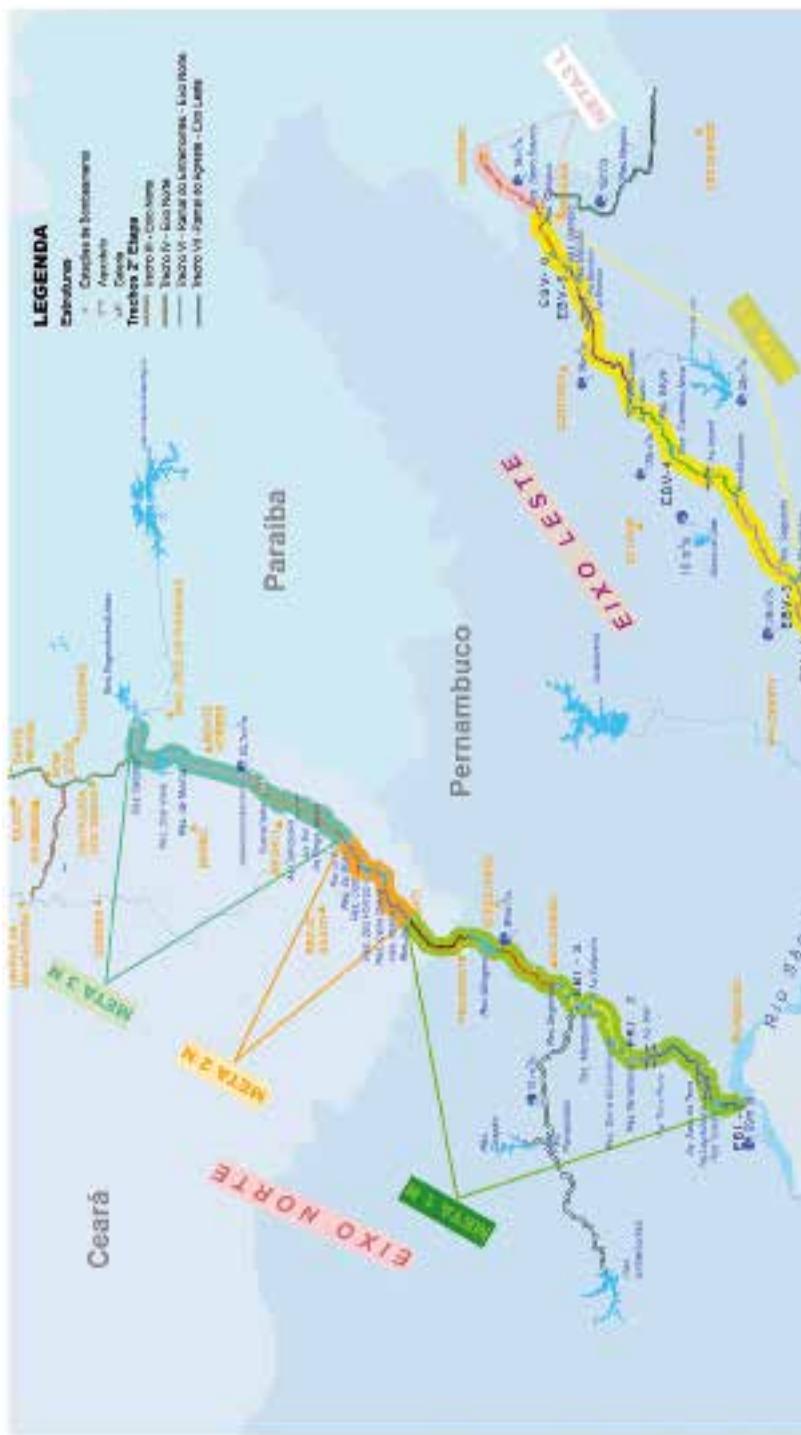
Além disso, o Governo do Estado está finalizando o Canal da Integração, também conhecido por “Eixo das Águas”, constituindo-se em um conjunto de obras composto por uma estação de bombeamento, canais, adutoras, sifões e túnel que realiza a transposição das águas do Açude Castanhão para a RMF além do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), reforçando o abastecimento, em uma extensão de 255 quilômetros. A obra auxiliará na integração das bacias hidrográficas do Vale do Jaguaribe e da Região Metropolitana, beneficiando uma população de aproximadamente três milhões de habitantes (CEARÁ, 2014b).

Outro projeto hídrico de interesse do Ceará diz respeito à transposição do Rio São Francisco, sendo de competência do Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional. A Iniciativa possibilitará aumentar a oferta hídrica estadual, gerando impactos positivos na economia e na qualidade de vida da população. O projeto viabilizará a integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e tem como objetivo assegurar a disponibilidade de água para uma população projetada de 12 milhões de habitantes, em 2025, abrangendo 390 municípios de pequeno, médio e grande portes da região do semiárido dos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (Mapa 5).

No Ceará, as bacias do Jaguaribe e Metropolitana receberão as águas do Rio São Francisco, atendendo a uma demanda projetada para 2025 de cinco milhões de habitantes em 56 municípios, inclusive a Região Metropolitana de Fortaleza, garantindo o aumento da oferta de água para múltiplos usos.

Em termos ambientais, o Ceará conta com um amplo marco ambiental regulatório, responsável pela criação de áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, contudo a pressão antrópica tem exercido efeitos danosos ao meio ambiente do Estado, a exemplo do desmatamento, erosão de solos, degradação de ecossistemas, contaminação dos recursos hídricos e poluição do litoral, de forma que uma das prioridades das políticas de desenvolvimento deverá ser a promoção da sustentabilidade socioambiental dos territórios cearenses.

Mapa 5 – Projeto de Integração do Rio São Francisco



Fonte: Brasil. Ministério da Integração Nacional (2014).

Referencias

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto São Francisco**. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. Conferencia Nacional de Desenvolvimento Regional, 1., 2012. **Documento referência**. Brasília, DF, 2012.

CEARÁ. Secretaria de Recursos Hídricos do Estado. **Planejamento Estratégico dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará**. Fortaleza, 2014a. Disponível em: <<http://www.srh.ce.gov.br/comites-de-bacias/planejamento-estrategico-comite-bacias.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. **Projeto Cinturão de Águas do Ceará**. Fortaleza, 2014b. Disponível em: <<http://www.srh.ce.gov.br/categoria2>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

FREIRE, L. L. R. **Perfil econômico do Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002. 86p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal Digital**. Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUEZ, J. M. M. ; SILVA, E. V. da. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 95-112, 2002.

2 Demografia e panorama social

Jackson Dantas Coêlho

Economista. Mestre em Economia Rural

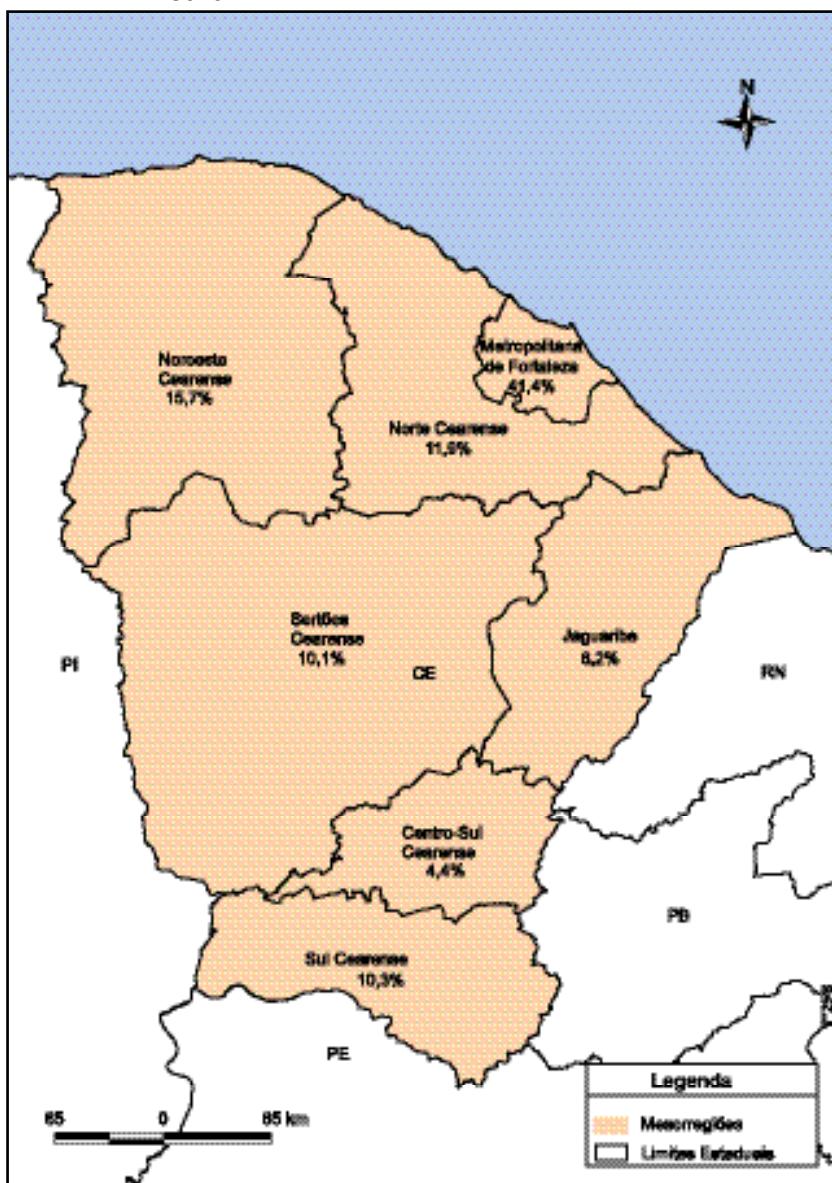
O Ceará é o quarto Estado em extensão territorial, com 148,9 mil km² e o terceiro em população na Região Nordeste, com 8.842.791 habitantes, um aumento de 4,6% em relação aos números do Censo de 2010, segundo dados do IBGE para 2014. É o Estado com a sexta densidade demográfica da Região, ou seja, 59,4 habitantes/km².

O Estado tem 184 municípios, e a Capital, Fortaleza, concentrou 29% da população estadual em 2014 (2.571.896 habitantes). Possui a maior densidade demográfica entre as capitais nordestinas, isto é, 8.166 habitantes por km². Segundo projeção do IBGE para 2030, a população cearense alcançará 9.566.063 habitantes, um aumento de 13,2% sobre a população residente em 2010, de 8.452.381 habitantes.

A mesorregião Metropolitana de Fortaleza conta com 41,4% da população cearense: o Noroeste Cearense, com 15,7%; Norte, com 11,9%; Sul com 10,3%; Sertão, com 10,1% da população estadual; Jaguaribe, 6,2%; e Centro-Sul, com 4,4% (Mapa 1).

A taxa de urbanização da população cearense, em 2012, era de 73,5%, mais alta que a do Nordeste (73,1%), e inferior à nacional (84,3%). Os municípios mais populosos são Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral, todos com população próxima ou superior a 200 mil habitantes, concentrando 40,8% da população total (3,6 milhões de habitantes), segundo dados do IBGE para 2014. A área somada destes cinco municípios é de 4.777,43 km², gerando uma densidade demográfica de 754,5 habitantes/km².

Mapa 1 – Participação das mesorregiões na população do Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

A Capital, Fortaleza, é o principal centro econômico do Estado, localizado na mesorregião Metropolitana de Fortaleza. Sua posi-

ção geográfica favorece o transporte aéreo e marítimo para África, América do Norte e Europa, e para isso conta com infraestruturas logísticas de grande porte, como o Aeroporto Internacional Pinto Martins. O comércio diversificado e a indústria, principalmente de alimentos, são segmentos fortes na economia fortalezense, que conta também com atrações turísticas, reconhecidas internacionalmente, a exemplo de belas praias e monumentos históricos, por ser um dos primeiros pontos de chegada dos navegadores europeus no Brasil.

O segundo município mais populoso do Ceará é Caucaia, na Região Metropolitana, com 349 mil habitantes. É a sede do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, um dos maiores portos do Nordeste, tendo sua economia lastreada também no turismo, possuindo praias de grande beleza e favoráveis à prática de esportes aquáticos.

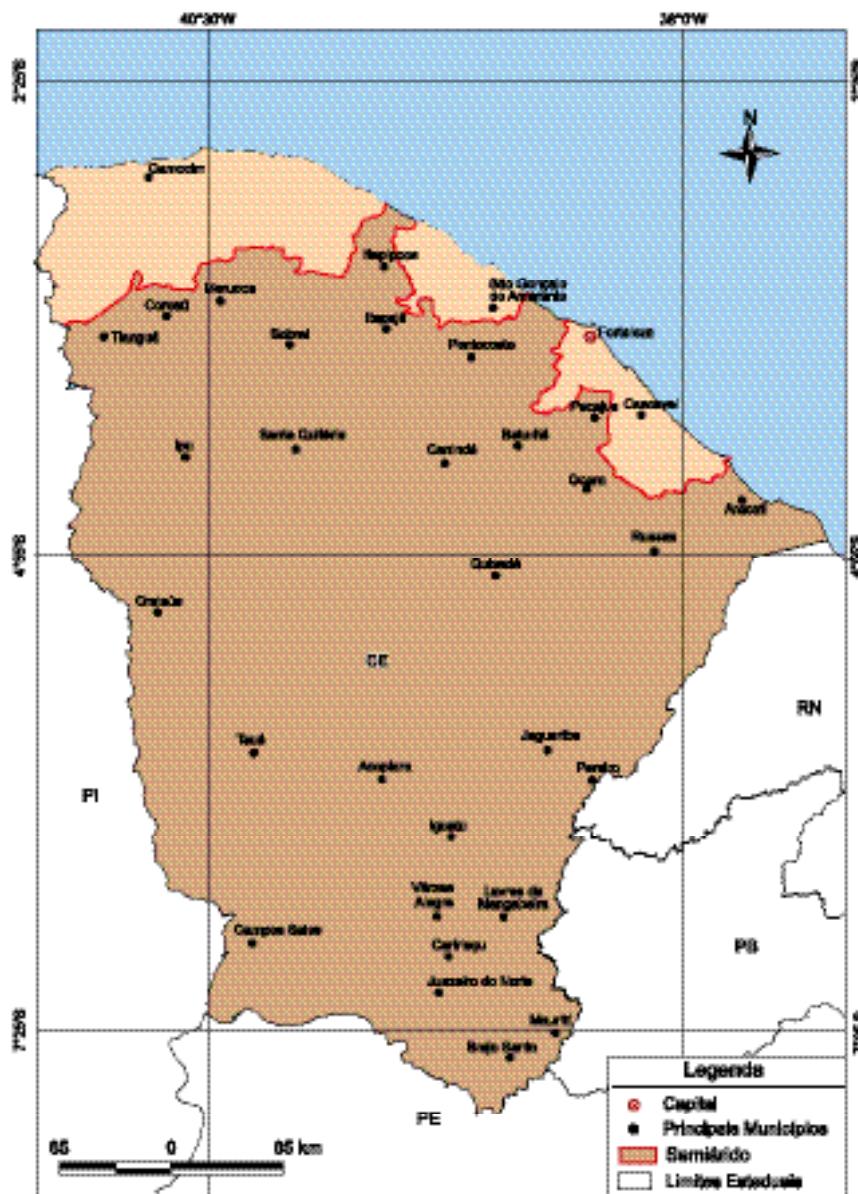
Juazeiro do Norte, na mesorregião Sul Cearense, é a terceira cidade em população no Estado, com 263 mil habitantes. Forma com Crato e Barbalha a confluência urbana mais importante no interior do Estado, sendo sua história marcada pela figura do Padre Cícero, importante líder religioso e político estadual no início do século XX. Além do comércio, o turismo religioso é um dos pontos fortes na economia municipal.

Maracanaú também faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza, sendo o quarto município em população, com 219 mil habitantes, e a sede do maior distrito industrial do Estado, com indústrias alimentícias, de calçados, de medicamentos, de plásticos e têxteis.

Sobral é o município economicamente mais importante da mesorregião do Noroeste Cearense, com 199 mil habitantes, que polariza mais de vinte municípios menores. Tem uma grande indústria de calçados e um setor de comércio e serviços representativo (Mapa 2).

Em 2000, a expectativa de vida no Ceará era de 69,4 anos e passou para 72,4 anos em 2010, superior à da média do Nordeste (71,2 anos) e próxima à do Brasil, de 73,9 anos, para este ano. No período citado, o Estado sempre foi a segunda melhor expectativa de vida no âmbito do Nordeste, perdendo somente para o vizinho Rio Grande do Norte.

Mapa 2 – Principais municípios do Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE (2010).

Nota 1: Municípios com maior população em 2014 na microrregião.

Em contraponto, o número de médicos por mil habitantes do Ceará, segundo dados do IBGE, em 2000, era de 0,72, subindo para 1,06, dez anos depois, sendo o terceiro menor número com relação a este indicador na Região, abaixo da média nordestina (1,09) e da nacional, de 1,86 por mil habitantes. Em termos de leitos hospitalares, são 1,85 para cada mil habitantes, índice inferior ao regional (2,02) e ao nacional (2,26).

O Ceará tem 97% dos domicílios com água canalizada internamente, 49,3% com rede de esgoto ou fossa séptica e 68,6% com coleta direta de lixo, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios de 2013, do IBGE.

O Estado tem duas universidades públicas sediadas em Fortaleza e campi distribuídos em cidades do interior. São elas a Universidade Federal do Ceará (UFC), com unidades em Crateús, Quixadá, Russas e Sobral, a Estadual (UECE), com campi em Cedro, Crateús, Crato, Iguatu, Ipu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Quixadá, Redenção e Ubajara. No âmbito público há ainda a Universidade Regional do Cariri-URCA, o Instituto Federal de Educação Tecnológica de Ceará-IFCE e a Escola Agrotécnica Federal de Iguatu. O Ceará possui também 42 instituições privadas de ensino, das quais 21 estão sediadas em Fortaleza. O aperfeiçoamento da mão de obra é realizado por instituições de ensino profissionalizante – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará (SEBRAE-CE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC).

Em relação aos outros estados nordestinos, o ensino básico no Ceará tinha a quarta menor taxa de analfabetismo entre os maiores de 15 anos, em 2008 (18,9%), subindo para a terceira menor em 2013 (16,7%), percentual abaixo do regional (16,9%) e superior ao nacional (8,5%) (IPEA, 2014). O Ceará tem reconhecimento nacional em suas políticas educacionais, principalmente as direcionadas ao ensino fundamental: foi onde começou o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), depois adotado em âmbito federal, realizado em parceria com os municípios e entidades como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera no seu cálculo variáveis relacionadas à saúde, educação e renda, no Ceará, foi de 0,405 em 1991, chegando a 0,658 em 2010, ficando

próximo em relação ao índice regional (0,660) e abaixo do índice nacional (0,726), no mesmo ano (melhor quanto mais próximo de 1), podendo-se inferir que houve melhorias no quadro social do Estado nos últimos vinte anos. A desigualdade de renda em período semelhante (1990-2013), medida pelo índice de Gini (melhor quanto mais próximo de 0), também teve progresso considerável, reduzindo-se de 0,627 para 0,514, o segundo menor da Região, melhor que o índice regional (0,537) e o nacional (0,527) para 2013, fato que pode ser considerado, em parte, como efeito dos programas federais de transferência de renda, incremento do salário mínimo e de formação profissional para o mercado de trabalho (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução do IDH e Índice de Gini - Anos selecionados - Ceará, Nordeste e Brasil

Índices de Desenvolvimento Humano e de Gini	Ceará	Nordeste	Brasil
IDH (1991)	0,405	0,405	0,501
IDH (2010)	0,658	0,660	0,726
Índice de Gini (1990)	0,627	0,626	0,614
Índice de Gini (2013)	0,514	0,537	0,527

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Ipeadata. Ipea (2014).

Alguns dos indicadores sociais analisados no Ceará apontam melhorias nos últimos vinte anos, inclusive superiores à média nacional. Mas ainda existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. Um deles está relacionado à demografia do Estado: seguindo a tendência nordestina e brasileira, a população cearense teve crescimento negativo na faixa de 0 a 14 anos, entre os dois últimos censos, em contraposição a um aumento expressivo nas faixas superiores a 65 anos de idade, o que implica um envelhecimento mais rápido entre as décadas de 1970 a 2010.

Atualmente, os residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totalizam 6,3 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (1,5 milhão) e superior a 64 anos (641 mil), somando 2,1 milhões, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA) (IBGE, 2010).

Quando a PIA é superior à PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total,

ocorrendo portanto o chamado “bônus demográfico”. O Ceará tem desfrutado dessa situação desde a década de 1970.

Porém, considerando que a população superior a 65 anos aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias, a primeira tende a subir no futuro, com mais pessoas a serem “sustentadas” por quem se encontra em idade de trabalhar. Assim, será necessário um esforço no presente para aproveitar esse bônus, pois no futuro a força de trabalho se reduzirá, demandando do poder público um redesenho em suas políticas direcionadas à educação profissional de jovens e à assistência médica e previdenciária para os mais idosos (IBGE, 2010).

A diminuição no crescimento populacional do Ceará é fruto da redução conjunta das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, que, nos últimos vinte anos, caíram conforme uma tendência regional e nacional, seja pelo aumento do processo de urbanização da população, pela maior presença feminina no mercado de trabalho, ou ainda pelos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução dos Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade - Anos selecionados - Ceará, Nordeste e Brasil

Índices de Fecundidade, Natalidade e Mortalidade	Ceará	Nordeste	Brasil
Fecundidade (1991) (1)	3,6	3,4	2,7
Fecundidade (2011)	1,8	1,9	1,8
Natalidade (1991) (2)	28,2	26,8	23,4
Natalidade (2011)	16,1	16,9	15,6
Mortalidade (1991) (3)	9,7	9,4	7,7
Mortalidade (2011)	5,9	6,1	6,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Notas:

(1) número médio anual de filhos por mulher;

(2) número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano;

(3) número de óbitos por 1.000 habitantes, por ano.

Observando-se o exposto, conclui-se que o panorama social do Ceará evoluiu no período estudado, ainda que alguns indica-

dores analisados permaneçam inferiores às médias do Nordeste e do Brasil. Levando-se em conta o déficit social ainda existente e as mudanças demográficas ocorridas no Ceará, será de grande importância que o Estado invista no fortalecimento das políticas públicas para se desenvolver socialmente.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013**: síntese de indicadores. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pi&tema=pnad_2013>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

3 Desempenho da economia estadual

Jacqueline Nogueira Cambota

Economista. Doutora em Economia

O texto analisa a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará com o objetivo de mostrar o desempenho macroeconômico desse estado no período compreendido entre 2002 e 2012, de acordo com a disponibilidade das Contas Regionais do IBGE. Destaca-se que esse indicador sintetiza a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (município, Estado ou país) em um dado período de tempo. Dessa forma, quanto maior o PIB em um período, maior terá sido o nível de produção de uma economia, e sua capacidade de gerar riqueza.

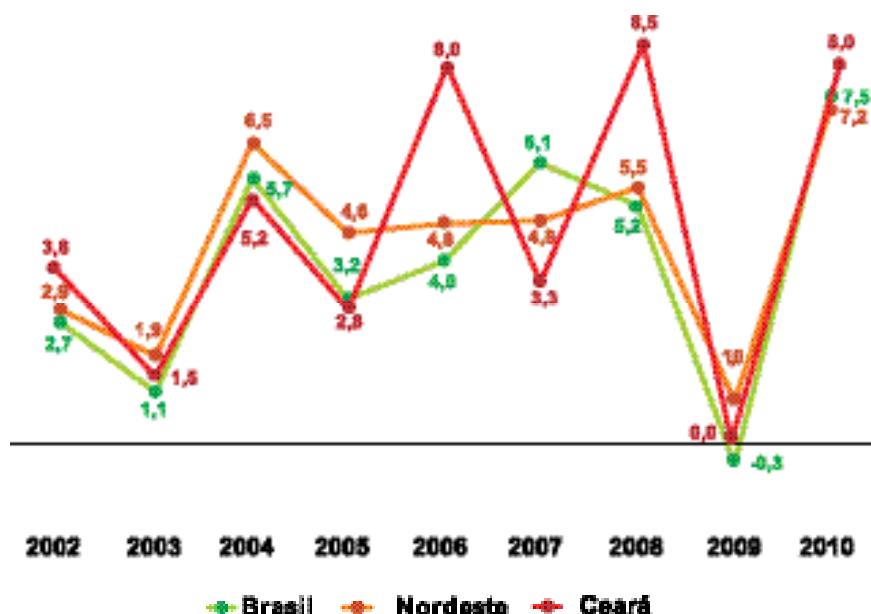
O PIB isoladamente não mostra como a riqueza gerada está sendo distribuída entre a população residente em uma região. Para isso, pode-se utilizar o PIB *per capita*, que representa o PIB dividido pela população residente no País, nas regiões geográficas ou Unidades da Federação analisadas.

O período escolhido para análise é marcado por importantes transformações econômicas e sociais no País, que impactaram notadamente o Nordeste pela significativa redução na desigualdade de renda e pobreza, mas também retrata o início da crise econômica e financeira internacional que afetou não apenas as principais economias capitalistas, mas também países em desenvolvimento como o Brasil.

Desse modo, a análise comprehende dois subperíodos distintos em termos de desempenho da economia brasileira. O primeiro (2002-2008) se caracteriza por uma taxa de crescimento média anual de 4,2%, enquanto que o segundo (2009-2013), possui taxas de expansão de 2,1%, compreendendo o período em que a economia brasileira sentiu mais fortemente os efeitos da crise financeira internacional.

O desempenho da economia cearense alternou períodos de crescimento abaixo e acima do comportamento da economia regional. Na comparação com o PIB nacional, entretanto, em apenas três anos (2004, 2005 e 2007) o Ceará registrou expansão inferior em comparação com o Brasil (Gráfico 1). Em anos mais recentes, a economia cearense tem registrado incremento acima da média regional e nacional, tendo inclusive aumentado sua participação no PIB nacional nesse período, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

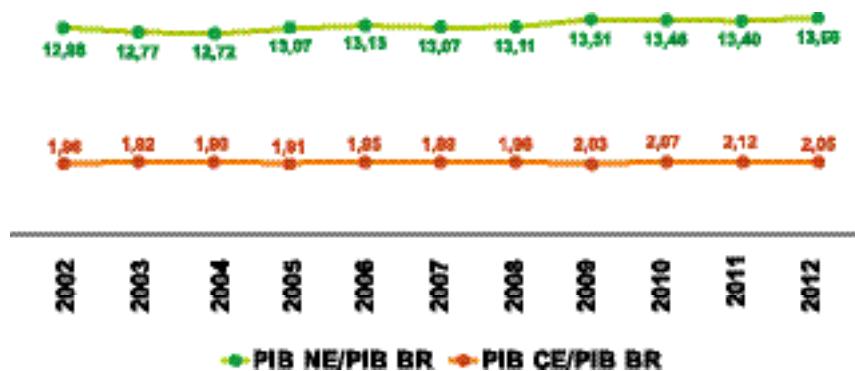
Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2010 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2012).

Desde 2002, a maioria dos estados da Região Nordeste experimentou crescimento na participação do PIB nacional, tendo o Ceará avançado 0,1 ponto percentual entre 2002 e 2012 (Gráfico 2). Esse resultado foi influenciado pela combinação de grandes investimentos públicos e privados na Região e pelos programas de transferência de renda do Governo Federal (Gráfico 2).

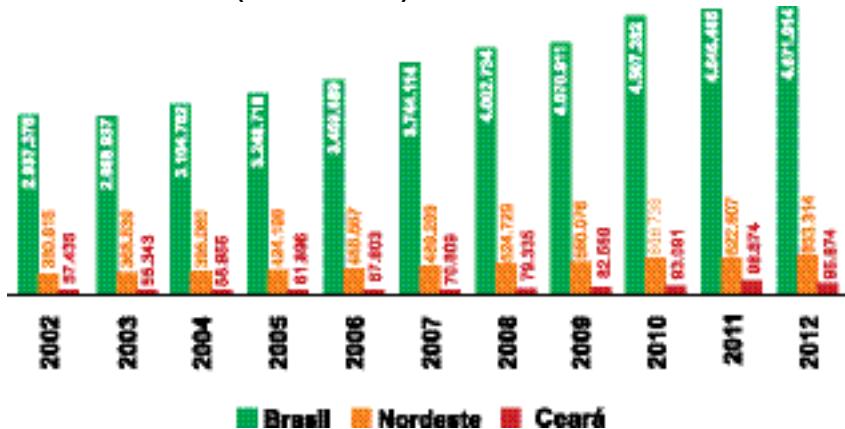
Gráfico 2 – PIB do Nordeste e PIB do Ceará em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

A soma de toda a riqueza produzida no Ceará atingiu o montante de R\$ 95,9 bilhões, em 2012, o que significou um aumento real de 66,9% em relação ao valor registrado no início da série, R\$ 57,4 bilhões. A significativa expansão do PIB cearense foi superior aos resultados obtidos no Nordeste e no Brasil, cujas economias obtiveram incremento real de 66,3% e 59,1%, respectivamente, no período analisado (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do PIB - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2012 - (R\$ milhões)

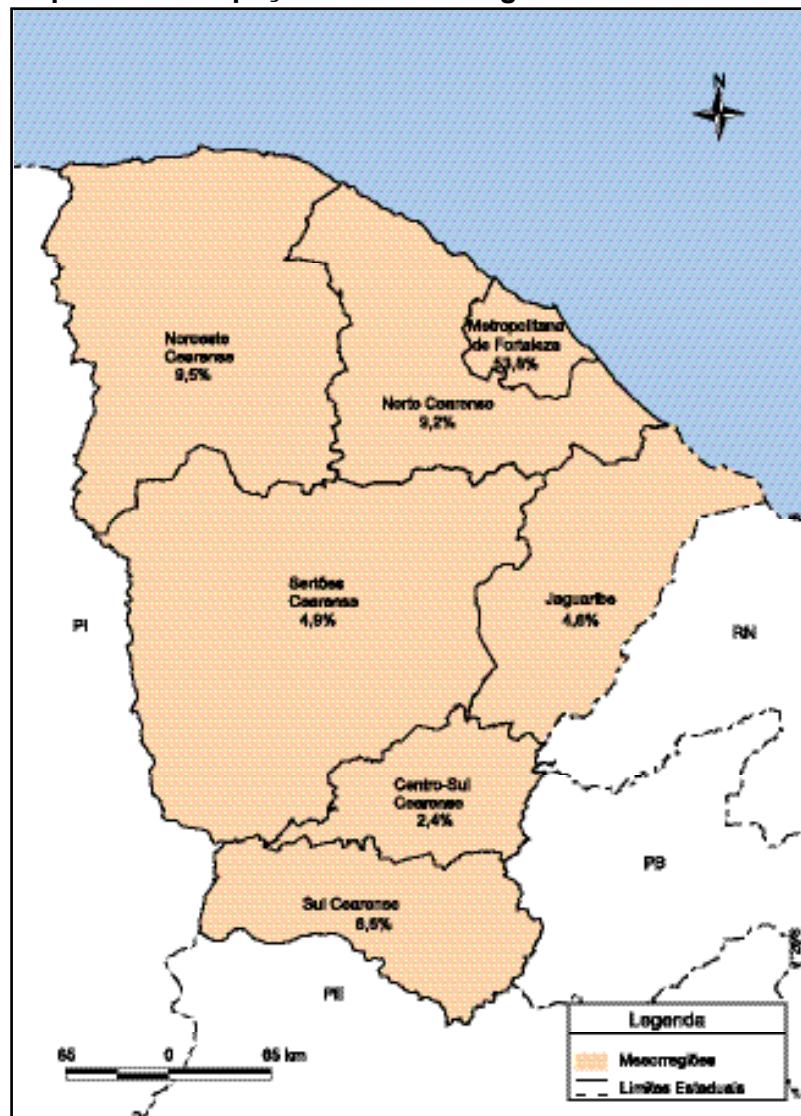


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

É importante registrar que o PIB do Ceará se distribui de forma desigual entre os territórios do Estado. A mesorregião Metropolitana de Fortaleza concentra quase dois terços do PIB cearense (63,8%). Seguem o Noroeste (9,5%), Norte (8,2%), Sul (6,6%), Sertões (4,9%), Jaguaribe (4,6%) e Centro-Sul (2,4%), Mapa 1.

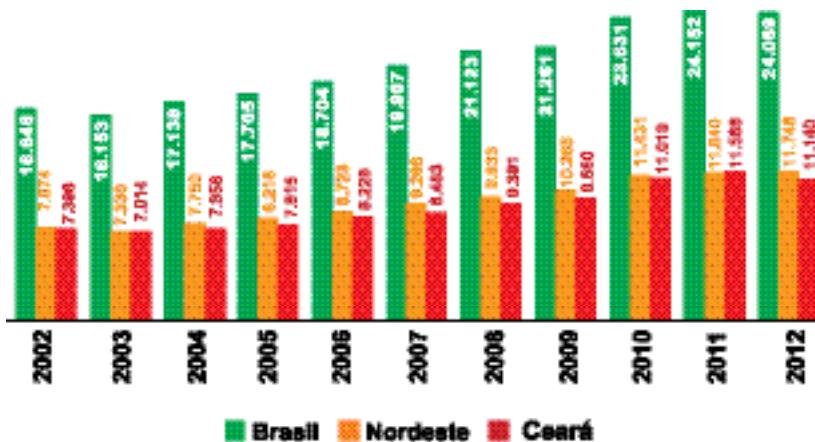
Mapa 1 – Participação das mesorregiões no PIB do Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com informações cartográficas do IBGE 2014a.

A evolução do PIB *per capita* do Ceará, considerando o crescimento populacional, apresentou valores próximos aos observados para a média regional ao longo de toda a série histórica. Contudo, o crescimento do PIB *per capita* do Ceará (50,6%) foi menor do que a média regional (53,1%), embora, ainda, superior em comparação com a expansão do PIB *per capita* do Brasil (44,7%) entre os anos de 2002 a 2012 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do PIB *per capita* - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2012 – (valores constantes)

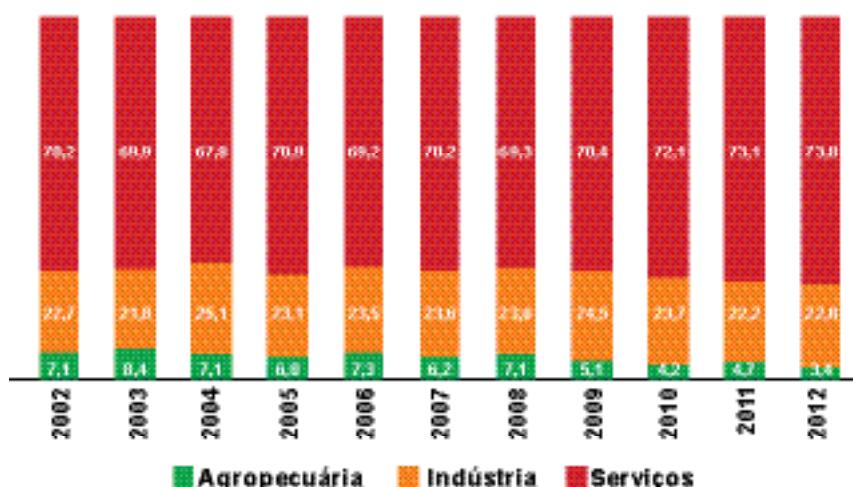


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Nota: valores constantes corrigidos pelo IPCA com base em 2013.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Ceará são concentradas no setor de serviços, 73,8% do VAB total em 2012, acréscimo de 3,6 pontos percentuais acima da participação obtida em 2002. A participação da indústria no VAB não registrou alteração significativa no período, ficando praticamente estável entre 2002 e 2012. A agropecuária, por outro lado, reduziu sua participação no VAB, que era de 7,1%, em 2002, para 3,4%, em 2012 (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Participação do valor adicionado da agropecuária, indústria e serviços no VAB total - 2002 a 2012 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Para uma descrição da evolução da desigualdade espacial, calculou-se a proporção entre os PIBs per capita do Ceará e do Brasil, um dos indicadores utilizados na literatura de desenvolvimento regional. Construiu-se também a medida para o Nordeste, a fim de posicionar a desigualdade do Estado no âmbito da Região. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100% menor é a diferença em entre o PIB per capita do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

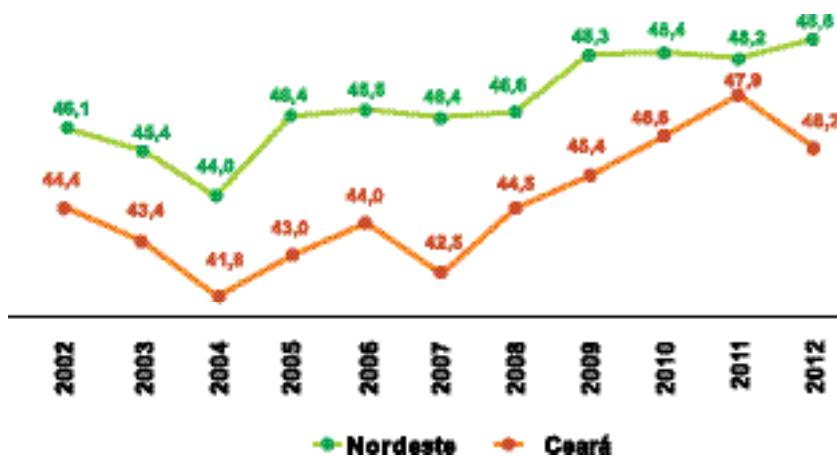
A evolução da desigualdade do PIB *per capita* do Ceará e do Nordeste entre 2002 e 2012 pode ser visualizada no Gráfico 6. A relação PIB *per capita* do Nordeste em relação ao PIB *per capita* do Brasil aumentou de 46,1% para 48,8% no período analisado, incremento de 2,7 pontos percentuais, implicando uma redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País. O fortalecimento das políticas regionais será fundamental para que o Ceará possa se desenvolver.

Por sua vez, a relação PIB *per capita* do Ceará em relação ao PIB *per capita* do Brasil aumentou de 44,4%, em 2002 para 46,2%, em 2012, o que significou um acréscimo de 1,8 pontos percentuais

nessa medida, sinalizando por sua vez uma ligeira redução da desigualdade do Estado em relação ao País (Gráfico 6).

Por outro lado, ocorreu uma pequena redução na relação PIB *per capita* do Ceará em comparação com o PIB *per capita* do Nordeste, pois a relação PIB *per capita* do Estado em relação ao PIB *per capita* do Nordeste decresceu de 96,4% em 2002 para 94,8% em 2012. Assim, o PIB *per capita* do Ceará ainda permanece ligeiramente inferior em comparação com a média do Nordeste.

Gráfico 6 – PIB *per capita* do Nordeste e do Ceará em relação ao PIB *per capita* do Brasil - 2002 a 2012 – Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2008, 2010a, 2012, 2013, 2014a, 2014b).

Referências

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2004-2008**. Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. **Contas regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

- _____. **Contas regionais do Brasil 2011.** Rio de Janeiro, 2013. (Contas Nacionais, n. 40). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contasregionais2011.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. **Estimativas da população.** Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/serie_2001_2014_tcu.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- _____. **Malha Municipal Digital.** Rio de Janeiro, 2010b.
- _____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050.** Revisão 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

4 Agricultura

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

O território do Ceará está inserido majoritariamente no semiárido, onde o clima é seco e as chuvas são irregulares. No entanto, o Estado conta com uma ampla infraestrutura hídrica composta por açudes, adutoras e canais que viabilizam a irrigação.

Nas bacias hidrográficas do Acaraú, Curu e Jaguaribe localizam-se as maiores áreas irrigáveis do Estado. Dentro os projetos de irrigação em operação e implantação no Ceará destacam-se Baixo Acaraú, Curu-Paraipaba, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas. Nesses perímetros existe uma extensa área ocupada por empresas, no entanto, os demais perímetros públicos de irrigação do Estado são utilizados predominantemente por pequenos agricultores familiares.

Em termos de valor da produção, o melão é a principal cultura temporária explorada nos perímetros irrigados, sendo produzido com elevado nível tecnológico no Baixo Jaguaribe. Segundo dados do IBGE (2014), o Ceará é o segundo maior produtor nacional de melão com 38,0% do volume total produzido no País. Entre 2002 e 2012 houve uma expansão da área colhida com melão equivalente a 102,9% que juntamente com a melhora na produtividade em 17,4% resultou em um crescimento de produção de 138,3% (Tabela 1), contribuindo assim para o expressivo aumento no valor da produção da cultura (57,2%) que ganhou importância relativa no total gerado pela agricultura estadual (Tabela 2).

Apesar da importância da agricultura irrigada, principalmente a fruticultura, substancial parcela do território cearense não é passível de ser irrigado, tanto por restrição de água quanto de solos, daí a ampla exploração de culturas de sequeiro por pequenos agricultores familiares. Dentre as atividades de sequeiro mais expressivas em termos de valor da produção destacam-se o feijão, a mandioca, o milho e o cajueiro.

Devido à baixa disponibilidade hídrica, em alguns anos entre 2002 e 2012, as culturas irrigadas foram as que apresentaram maior crescimento de produção no Ceará. No entanto, mesmo com o baixo volume de chuvas que tem afetado praticamente todo o Nordeste desde 2012, as culturas de sequeiro continuam com elevada contribuição para a geração do valor da produção no Estado.

O feijão e o milho são as principais culturas do Estado, tanto em termos de área quanto de valor da produção. As duas culturas são exploradas predominantemente por pequenos agricultores familiares em regime de sequeiro.

Mesmo com a seca de 2012, que provocou uma quebra da safra de feijão em 73,6% e redução do valor da produção em 36,4% em relação a 2002, a cultura ainda representou 12,4% do total do valor gerado pela agricultura em 2012 (Tabelas 1 e 2).

O milho, por ser ainda menos resistente à seca que o feijão, teve uma queda de valor da produção equivalente a 81,1%, saindo de 21,7% do total gerado pela agricultura em 2002 para apenas 4,4% em 2012 (Tabela 2). O milho teve uma quebra de safra em 2012 de 80,5% em relação a 2002, causada em parte pela redução da área colhida, mas principalmente pela drástica queda na produtividade (Tabela 1).

A mandioca é outra cultura temporária plantada predominantemente por pequenos agricultores e que sofreu elevada perda da produção em 2012 devido à escassez hídrica. A área colhida com a cultura não foi reduzida, no entanto, a queda na produtividade causou elevada redução na produção, 42,1% em relação a 2002 (Tabela 1). Esta quebra da produção ocorreu quase que totalmente entre 2011 e 2012, resultando em menor volume produzido dessa raiz no período analisado (IBGE, 2014).

Diferente do que ocorreu com o milho e o feijão, para a cultura da mandioca houve crescimento do valor da produção entre 2002 e 2012, o que evidencia uma melhora no preço do produto nesse período, principalmente em 2012 devido à redução na oferta. Vale ressaltar que, em relação a 2011, ocorreu queda do valor da produção da mandioca no Estado em 2012 (Tabela 2).

Com relação ao tomate, embora grande parte seja produzido na região da Serra da Ibiapaba, onde há maior volume de chuvas,

a seca de 2012 afetou a produtividade da cultura que caiu 14,0% quando comparado a 2002 (Tabela 1). De acordo com dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME (2014), o volume de chuvas na região hidrográfica da Serra da Ibiapaba foi 57,3% inferior em 2012 quando comparado com 2011. Só não ocorreu redução na produtividade de tomate no sertão de Quixeramobim onde a cultura é irrigada.

Porém, a redução na produtividade foi compensada pela expansão da área, que resultou num crescimento da produção de 11,0% (Tabela 1), contribuindo para um aumento expressivo do valor da produção da cultura em 31,8% entre 2002 e 2012 (Tabela 2).

Outra cultura que aparece entre as maiores geradoras do valor da produção agrícola no estado do Ceará é a cana-de-açúcar, que é plantada predominantemente para a fabricação de aguardente, cachaça artesanal e rapadura, porém, existe também uma pequena produção de álcool.

O plantio de cana no Estado se concentra nas microrregiões da Serra da Ibiapaba e Baixo Curu que respondem por 43,6% e 24,0% do total produzido no Estado, respectivamente.

A produtividade de cana-de-açúcar no Ceará é uma das menores do Nordeste. Em 2012, a exemplo do que ocorreu com todas as culturas de sequeiro, o rendimento da cana-de-açúcar foi afetado pela escassez hídrica, de forma que o crescimento da produção em 19,7% entre 2002 e 2012 foi decorrente da expansão da área colhida (Tabela 1).

Com relação à lavoura permanente, observa-se que houve expansão da área, produção e valor da produção das culturas irrigadas, com destaque para banana e maracujá que juntas passaram a representar 26,0% do valor da produção agrícola total do Estado (Tabelas 1 e 2).

A exploração de banana no Ceará se concentra nas microrregiões do Baixo Jaguaribe, onde é utilizado elevado nível tecnológico e em Baturité, onde a cultura é plantada de forma tradicional por pequenos produtores familiares. Estas microrregiões respondem por 35,2% e 21,3%, respectivamente, do volume total de banana produzido no Estado.

Entre 2002 e 2012 ocorreu crescimento da produção de banana no Ceará, decorrente tanto da melhora na produtividade quanto da expansão da área (Tabela 1) em perímetros irrigados. De acordo com dados do IBGE (2014), o crescimento da área nesse período foi de 13,1%, 5.477 hectares a mais; desse total, 84,0% foram implantados no Baixo Jaguaribe.

Em 2012, o Ceará foi o segundo maior produtor nordestino de banana, com um percentual de 17,1% do volume produzido na Região.

É importante ressaltar que existe exploração da cultura da banana no Estado sob regime de sequeiro. Dessa forma, a seca de 2012 também provocou queda da produção de banana no Estado em relação a 2011. Com exceção do Baixo Jaguaribe, a seca de 2012 provocou redução da produção de banana em todas as microrregiões do Estado.

O maracujá é a segunda cultura permanente mais importante no Ceará em termos de valor da produção. Entre 2002 e 2012 a cultura apresentou uma expressiva expansão da área colhida, isto é, 6.843 hectares, inferior apenas ao crescimento da área com cajueiro.

Também, ocorreu melhora na produtividade do maracujá no período, atingindo a 22.042 kg/ha em 2012, uma das maiores do País. A combinação desses fatores resultou no aumento de 689,6% no volume da produção e mais de 1.000% (mil) no valor da produção no período analisado. Dessa forma, o Ceará se tornou o segundo maior produtor nacional de maracujá, com 23,1% do total produzido no País em 2012 (Tabelas 1 e 2).

A microrregião da Ibiapaba concentra mais de 70,0% da produção total de maracujá do Ceará. A expansão da cultura nessa microrregião se deve às condições de clima e solo favoráveis e à elevada rentabilidade do maracujá no período. Evangelista et al. (2013) mostraram que entre 2002 e 2012 a cotação do maracujá foi crescente no estado do Ceará.

Historicamente, a castanha de caju é dentre as culturas permanentes a que gera maior valor da produção. As exceções foram os anos de 2007, 2010 e 2012 em que a cajucultura sofreu perdas de produção devido à escassez de chuvas nesses anos.

Entre 2002 e 2012 houve uma quebra de safra de castanha de caju no Estado equivalente a 62,3%, decorrente da redução de mais de 60,0% na produtividade. A severa seca que afeta o Ceará desde 2012, juntamente com a ocorrência de pragas (mosca branca) e doença (antracnose) tem provocado, além da quebra de safra a morte de grande número de plantas o que certamente deve afetar a produção futura.

A cultura do caju é cultivada no Estado principalmente por pequenos agricultores familiares em regime de sequeiro. Apesar do incentivo para adoção de novas tecnologias e do lançamento de novos materiais mais produtivos pela Embrapa, a produtividade continua baixa, mesmo em anos de chuvas regulares.

Em anos de chuvas satisfatórias, a castanha de caju responde por cerca de 10,0% do valor da produção total agrícola do Ceará, sendo que em 2012 este percentual foi reduzido para 3,4% (Tabela 2).

O Ceará é o Estado que possui a maior área plantada com cajueiro no País, sendo que a cultura é explorada predominantemente na faixa litorânea por apresentar maior pluviosidade e, apesar de possuir solos arenosos, consegue reter umidade para o crescimento da planta.

O coco é outra cultura permanente relevante para o valor da produção agrícola do Estado. Entre 2002 e 2012 houve melhora na produtividade em 15,4% e expansão da área plantada com a cultura em 16,5%, resultando no crescimento de 34,4% na produção. No entanto, o crescimento no valor da produção foi pequeno, ou seja, 1,4% (Tabelas 1 e 2). Estes dados mostram que houve redução na rentabilidade do coco no período analisado.

O Ceará é o segundo maior produtor de coco do Nordeste com 20,0% da produção da Região. As principais microrregiões produtoras do Estado são o litoral de Camocim e Acaraú além de Itapipoca, sendo explorado principalmente em perímetros irrigados.

As culturas do mamão e da manga possuem baixa contribuição para o valor da produção agrícola do Estado, equivalentes a 3,2% e 1,2% respectivamente. No entanto, as duas culturas apresentaram crescimento no valor da produção entre 2002 e 2012, em especial o mamão, que aumentou 110,0% no período (Tabela 2).

A expressiva expansão da área colhida com a cultura do mamão (51,3%) resultou no crescimento do mais de 60,0% na produção da fruta no período. A intensificação dos investimentos no plantio de mamão foi estimulado pelo aumento da rentabilidade da cultura, principalmente a partir de 2007 (Tabela 1).

Já a manga apresentou menor expansão da área e da produção, 16,5% e 12,8% respectivamente, o que resultou em um aumento do valor da produção em 17,1% entre 2002 e 2012. Existe produção de manga em todas as microrregiões do Ceará, no entanto, há maior concentração de produção no Sul do Estado (Tabelas 1 e 2).

A cultura da manga é cultivada no Ceará por diferentes estratos de produtores, mas principalmente por pequenos agricultores familiares que exploram variedades locais de forma extensiva e pequenos irrigantes (SILVA; CORREIA, 2004).

Grande percentual do valor da produção agrícola do Ceará é gerado por culturas exploradas principalmente por agricultores familiares, destacando-se o feijão, o milho e a castanha de caju. No entanto, as culturas cultivadas sob regime de sequeiro sofreram expressiva quebra de safra nos últimos anos por conta principalmente da escassez hídrica que afeta o Estado desde 2012. Nesse contexto, a agricultura irrigada ganhou importância relativa no valor da produção total agrícola do Estado entre 2002 e 2012.

A cajucultura, uma das principais atividades agrícolas desenvolvida no Ceará, vem sofrendo severa perda de produção e de valor da produção desde 2012 devido à escassez hídrica, situação que tem sido agravada pela ocorrência de pragas e doenças. Juntos, estes fatores têm provocado a morte de elevado número de plantas nos pomares de cajueiro, especialmente nas regiões mais secas do Estado.

Tabela 1 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Ceará - 2002 e 2012

Culturas	Área colhida (ha)			Produtividade (kg/ha)			Quant. produzida (ton)		
	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)	2002	2012	Var (%)
Lavoura temporária									
Feijão	596.124	451.190	-24,3	334	117	-65,0	199.493	52.721	-73,6
Milho	702.962	497.598	-29,2	895	246	-72,5	629.447	122.501	-80,5
Melão	3.842	7.794	102,9	23.958	28.138	17,4	92.047	219.309	138,3
Mandioca	86.639	89.117	2,9	9.410	5.260	-44,1	815.306	468.724	-42,5
Cana-de-açúcar	33.974	40.248	18,5	49.117	49.612	1,0	1.668.718	1.996.789	19,7
Tomate	1.789	2.309	29,1	53.630	46.119	-14,0	95.945	106.489	11,0
Lavoura permanente									
Banana	41.936	47.413	13,1	7.971	8.769	10,0	334.273	415.763	24,4
Maracujá	1.289	8.132	530,9	17.610	22.042	25,2	22.700	179.243	689,6
Coco-da-baía (Mil frutos)	38.799	45.202	16,5	5.215	6.019	15,4	202.366	272.060	34,4
Castanha de caju	362.226	400.285	10,5	282	96	-66,0	102.431	38.574	-62,3
Mamão	1.693	2.562	51,3	31.744	33.729	6,3	53.744	86.414	60,8
Manga	4.515	5.262	16,5	8.471	8.198	-3,2	38.247	43.138	12,8

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Tabela 2 – Valor da produção das principais culturas temporárias e permanentes - Ceará - 2002 e 2012

Culturas	Valor da produção (Mil R\$)			Participação (%)	
	2002	2012	Var (%)	2002	2012
Lavoura temporária	1.210.553	939.588	-22,4	67,6	56,1
Feijão	325.620	207.246	-36,4	18,2	12,4
Milho	388.622	73.410	-81,1	21,7	4,4
Melão	104.191	163.809	57,2	5,8	9,8
Mandioca	103.337	133.807	29,5	5,8	8,0
Cana-de-açúcar	95.322	124.181	30,3	5,3	7,4
Tomate	82.521	108.774	31,8	4,6	6,5
Outros	110.940	128.361	15,7	6,2	7,7

continua...

continuação

Lavoura permanente	580.945	734.848	26,5	32,4	43,9
Banana	160.053	217.275	35,8	8,9	13,0
Maracujá	18.315	231.204	1.162,4	1,0	13,8
Coco-da-baía	119.553	121.171	1,4	6,7	7,2
Castanha de caju	196.911	57.330	-70,9	11,0	3,4
Mamão	25.142	52.821	110,1	1,4	3,2
Manga	16.911	19.801	17,1	0,9	1,2
Outros	44.059	35.246	-20,0	2,5	2,1

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Referências

EVANGELISTA, J. S. B. et. al. A cultura do maracujá no estado do Ceará: aspectos da sazonalidade e tendências de preços. In: SOBER NORDESTE, 8., 2013, Parnaíba. **Anais eletrônicos...** Parnaíba, 2013. Disponível em: <<http://www.viiisoberne.com.br/anais/ARQUIVOS/GT2-319-190-20131029151807.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. **Média anual de chuva por região hidrográfica 2005-2014**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.hidro.ce.gov.br/regioes/regioes-media-anual>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 11 de dez. 2014.

SILVA, P. C. G. da.; CORREIA, R. C. **Cultivo da mangueira**. Embrapa Semiárido. Sistema de Produção 2. Versão eletrônica. jul./2004. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Manga/CultivodaMangueira/socioeconomia.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

5 Pecuária

Maria Simone de Castro Pereira Brainer

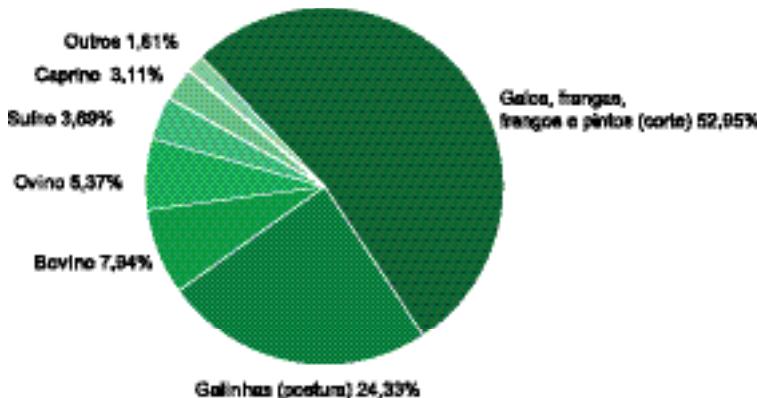
Engenheira Agrônoma. Mestre em Economia Rural

Luciano J. F. Ximenes

Zootecnista. Doutor em Zootecnia

A atividade que concentrou o maior número de rebanhos no Ceará, entre os anos de 2000 e 2012, foi a avicultura, com plantel de cerca de 77,0% do total de animais domésticos de produção do Estado. São aproximadamente 27 milhões de aves para corte e postura, considerando a média desse período (Gráfico 1 e Tabela 1). Em seguida destacam-se os bovinos e ovinos, com participações respectivas de 7,9% e 6,4% e média de rebanho de 2.389 mil cabeças de bovinos e 1.916 mil cabeças de ovinos. A suinocultura e a caprinocultura compõem em torno de 3% de cada efetivo total e as demais criações que, somadas, respondem por 1,6% do rebanho total, são constituídas de asininos, equinos, muares, codornas, coelhos e bubalinos.

Gráfico 1 – Proporção média dos rebanhos por espécie - 2000 a 2012



Fonte: IBGE (2014).

5.1 Avicultura

A avicultura tem grande importância social e econômica para o Ceará, tanto a industrial como a de origem familiar. A produção familiar está presente na maioria dos estabelecimentos agropecuários, apesar da menor representatividade em termos de quantidade produzida em relação aos estabelecimentos não familiares. A produção no âmbito da agricultura familiar abriga mais de 90% dos estabelecimentos com aves e nestes, o número de aves representa 25,5% do total de aves do Estado e 18,6% da quantidade produzida de ovos (IBGE, 2006).

De acordo com dados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (IBGE, 2015), o Ceará é o terceiro maior produtor de carne de frango do Nordeste (23,79 mil toneladas, 5,51%), antecedido pela Bahia (203,37 mil t, 47,05%) e Pernambuco (129,36 mil t, 29,93%). Importante destacar que o Ceará tem apresentado nos últimos cinco anos (2013-2009) taxa de crescimento médio anual de 15,84% na produção de carne de frango, acima das médias da Bahia (9,92%), Pernambuco (1,11%) e do próprio Nordeste (8,12%).

Conforme pesquisa realizada pelo BNB/ETENE em 2008 (OLIVEIRA et al., 2008), a Associação Cearense de Avicultura (Aceav) congrega 22 produtores comerciais de frangos e 15 de ovos, incluindo seis produtores mistos de ovos e frangos (31 produtores no total, dos quais 16 exclusivamente de frango e 9 exclusivamente de ovos). Aproximadamente a metade do consumo de frangos é atendida pela produção local e o restante por outros Estados. A comercialização do frango local é quase totalmente com a ave viva. A Granja Regina, na época da pesquisa, era a única empresa avícola que industrializa o frango, processando 6.000 aves por dia. O sistema avícola cearense conta, no processo de distribuição dos produtos, com cerca de 1.200 estabelecimentos que abatem e comercializam o chamado “frango quente”. Trata-se de um tipo de intermediário que fornece o “frango abatido na hora”, produto muito difundido na capital cearense e em outros municípios. Entre esses “abatedouros” e as granjas há ainda intermediários, que adquirem as aves vivas, distribuindo-as com aqueles que fazem o abate “na hora” e as repassam aos consumidores. Os produtores relataram da prática de concorrência desleal por parte de frigoríficos de outros Estados: algumas marcas de frango congelado concorrem com a

produção local com preço aviltado. O Estado é autossuficiente com relação à oferta de ovos. Além de atender a quase 100% do consumo local, cerca de 20% da produção cearense de ovos é destinada para outros estados, especialmente, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraíba, Bahia e Pará. O consumo de ovos é realizado em domicílios, restaurantes, padarias e confeitarias dentre outros. As grandes indústrias alimentícias utilizam, preferencialmente, o ovo industrializado, em pó. A Aceav tem realizado campanhas promocionais pelo maior consumo de ovos, que registrou crescimento de 20% nos últimos anos.

A tributação foi um dos itens mais discutidos pelos representantes da avicultura estadual, nas entrevistas da pesquisa do BNB/ETENE. A avicultura era tributada em toda a cadeia, mas foi desonerada. Atualmente o ICMS incide apenas sobre o milho trazido de fora do Estado. Como há incidência de tributos federais, como Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), sobre empresas jurídicas, os avicultores preferem adotar a condição de Pessoa Física, sob a forma de produtor rural, para a condução de seus trabalhos. A produção de ovos está isenta de PIS e Cofins.

O consumo de grãos (milho, soja, sorgo, milheto) é aspecto fundamental na atividade, pois as despesas com a ração representam cerca de 70% dos custos totais de produção do frango. Em anos de safra farta, o milho produzido localmente abastece os avicultores com grãos de boa qualidade (novos). Segundo os entrevistados, não há milho de melhor qualidade que o produzido no Estado. Quando a safra é insuficiente, os produtores importam milho da Argentina, com baixo frete marítimo ou adquirem o produto de Goiás e do Mato Grosso. Atualmente, o maior fornecimento provém dos cerrados do Piauí e Maranhão. Existe interação com os produtores daquelas localidades, que têm nos avicultores cearenses um mercado certo para sua produção. Está sendo estimulada pela Aceav a produção de sorgo e milheto, como elementos de rotação de cultura nos cerrados. A produção de milho do Ceará é quase toda derivada de agricultores com crédito do Pronaf, que contam com seguro de safra. Outrossim, a Conab concede bônus para redução do custo do milho. Acordo existente entre os avicultores e o Governo Federal garante paridade do milho com os preços internacionais.

A alternativa da produção de sorgo tende a se firmar. A área plantada com sorgo no Ceará alcançou 8.400 hectares, em 2006. O momento é oportuno para re-dinamização do Programa de Sorgo e Milheto do BNB para o Nordeste. Com isso, seria possível incrementar, mais efetivamente, a expansão da área cultivada com esses grãos. Ao mesmo tempo, o Pronaf tem representado um estímulo à produção de milho, pois seus beneficiários constituem o público ideal para um programa local nesse sentido, porque estão cobertos com seguro e só pagam 50% do crédito.

A construção da Ferrovia Transnordestina representa outra ação de grande repercussão para a atividade no Ceará, pois contribuirá para a redução do custo dos insumos vindos do Maranhão e do Piauí. De modo geral, cada unidade avícola procede a formulação de sua própria ração, agregando os micronutrientes, porque o estado do Ceará não conta com unidades industriais de abate ou de fabricação de ração em funcionamento (existe uma fábrica de ração e um abatedouro industrial fechados).

Em relação ao consumo, estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2015) indica que o Brasil, em 2015, deve ser o segundo maior produtor de carne de frango do mundo, com 13 milhões de toneladas, superando, inclusive a China. Os Estados Unidos seguirão na liderança mundial com cerca de 18 milhões de toneladas, crescimento de 1,27% a.a. (2010-2015). O Brasil exporta do excedente da produção, em torno de 30%, e a demanda mundial tem crescido na proporção de 1,97% a.a. No Nordeste brasileiro, a melhoria da renda da população, especialmente de baixa renda, mudou o perfil de preferência do consumidor, em favor de cortes especiais, de maior valor agregado e de mais fácil preparo. Observa-se nas Pesquisas de Aquisição Domiciliar do IBGE (2004, 2010), com as reduções nos consumos de carnes bovinas de segunda e aumento das aquisições da carne bovina de primeira no Nordeste e no Ceará em -6,88% (6,248 e 5,818 kg/*per capita*) e -15,67% (4,116 e 3,471 kg/*per capita*) e 5,16% e 3,73% (4,630 e 4,869 kg/*per capita*), nesta ordem. No caso da carne de frango, a aquisição no Nordeste teve aumento de 6,60% do frango

abatido (10,227 e 10,902 kg/*per capita*) e 66,05% de peito de frango (0,483 e 0,802 kg/*per capita*). Para o Ceará, conforme observado na pesquisa do BNB/ETENE, a aquisição de frango inteiro abatido ainda é majoritária, no mesmo período da Pesquisa do IBGE (2004; 2010) o crescimento do consumo de frango inteiro abatido foi de 8,79% (13,321 e 14,492 kg/*per capita*) e de peito de frango 1,91% (0,472 e 0,481 kg/*per capita*), entre os anos de 2002/2003 e 2008/2009.

A pesquisa do BNB/ETENE indicou que no Ceará, apenas cerca de 1% da produção é abatida em abatedouro industrial da empresa produtora. Em grande parte dos Estados nordestinos, com forte presença de granjas independentes, que não possuem frigorífico próprio, a comercialização é realizada ainda, com o frango vivo. Tal ocorre com 99% da produção do estado do Ceará, com 60% do frango produzido em Pernambuco e de forma predominante nos demais estados. Na Bahia, porém, o sistema tradicional de venda do frango vivo já está sendo superado e os frangos abatidos em frigoríficos fiscalizados representam 76% do total comercializado no Estado (OLIVEIRA et al., 2008).

Quanto à produção de ovos de galinha, Ceará é o segundo produtor do Nordeste e do Norte e o décimo produtor nacional. Em 2012, gerou 127.023 mil dúzias de ovos de galinhas, o que representa 24,1% do total regional e 3,7% da soma brasileira. Nesse mesmo ano, o rebanho de galinhas do Ceará era de 8.296 mil cabeças, uma participação de 20,6% do total do Nordeste e 3,9% do rebanho brasileiro, colocando o Estado como terceiro produtor regional de galinhas. Segundo ainda a Pesquisa de Aquisição Domiciliar (IBGE, 2004, 2010), o consumo de ovos de galinha cresceu no Nordeste e no Ceará 78,46% (1,848 e 3,298 kg/*per capita*) e 30,55% (2,511 e 3,278 kg/*per capita*), respectivamente.

Abaixo, no Quadro 1, estão listados 16 produtores de frango e 10 produtores de ovos associados à Associação Cearense de Avicultura:

Quadro 1 – Produtores da Associação Cearense de Avicultura e suas atividades

Produtores	Atividades
Avine Comercial e Avícola do Nordeste	Frango
Carneiro Indústria Avícola Ltda	Frango
Cialne – Cia. de Alimentos do Nordeste	Frango
Décio Klein	Frango
Flávio Sabino dos Santos	Frango
Granja Abrigo Ltda	Frango
Granja Albuquerque Ltda	Frango
Granja Feliana Ltda	Frango
Irmãos Pereira	Frango
Pacatuba Hortigranjeira S/A	Frango
Sebastião Cavalcante de Souza – Produtor Rural	Frango
Xerez Avícola Ltda	Frango
Avicultura Industrial Josidith Ltda	Ovos
Emape – Alimentos Ltda	Ovos
Granja Santa Lúcia S/A	Ovos
Granja Serjal Ltda	Ovos
J. Reis Avícola Ltda / Drogavet	Ovos
José Ricardo de Melo Carneiro	Ovos
Granjas São José S/A	Frango e ovos
Tijuca Alimentos	Frango e ovos
Haisa – Horizonte Avícola e Industrial S/A	Frango e ovos
Regina Agroindustrial S/A	Frango e ovos

Fonte: ACEAV, 2015.

Chama a atenção o fato de que a organização da produção por integração esteja ausente no Ceará, um dos principais estados produtores na avicultura nordestina. De acordo com a Aceav, o modelo ainda não prosperou no Estado mercê da fragilidade da agricultura familiar estadual. Em estados como o Paraná e Santa Catarina, agricultores familiares e diversificados recorreriam à avicultura como mais uma atividade dentro de suas propriedades e dedicariam a ela a atenção necessária. No Ceará, as propriedades pertenceriam a produtores comerciais, que entregam a administração dos estabelecimentos a gerentes e funcionários, os quais não

dispensariam às aves os devidos cuidados, o que explicaria os fracassos – materializados na diminuição do número de produtores – e a resistência à implantação da produção integrada. A esses pontos adiciona-se a característica da comercialização das aves vivas, menos exigentes em termos de coordenação do que o processo criação/abate/distribuição para supermercados e até para o exterior. No caso das empresas independentes, vem ocorrendo um processo de concentração das granjas de corte, em que permanecem aquelas mais competitivas. Isso é mais evidente nos estados de Pernambuco e Ceará. Em muitos casos, os produtores têm preferido atuar sob a figura de pessoa física, como forma de evitar a incidência de algumas tributações, como Cofins e PIS.

5.2 Bovinocultura

O Ceará possui cerca de 2,5 milhões de bovinos (IBGE, 2015). Os animais leiteiros são predominantemente mestiços oriundos do cruzamento entre raças zebuínas e europeias (Holandesa e Jersey dentre outras). O rebanho de corte também é composto por animais da raça zebu ou de mestiços das raças zebus com raças europeias.

5.2.1 Bovinocultura leiteira

Quase metade (48,1%) dos estabelecimentos com pecuária leiteira pertence à agricultura familiar e produz em torno de 30% do leite do Estado (IBGE, 2006). Ainda de acordo com dados do IBGE (2015a), no período de 2000 a 2012, a quantidade de vacas ordenhadas cresceu 34,31% e a produtividade aumentou 55,23%, representando incremento da produção de leite de 2,79% ao ano, ou 108,49%, no período. Mesmo com a estiagem prolongada, dados da Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE, 2015b) mostram que a produção de leite teve alta de 24,16% no período de janeiro a setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado. Neste ritmo, a produção de leite em 2014 deve superar 272 milhões de litros, 22,44% acima da produção em 2013. O Valor Bruto da Produção em 2013 foi de R\$ 514,57 milhões de reais.

Com relação à demanda, com a melhoria da renda da população, o consumo por lácteos de maior valor agregado tem aumentado consideravelmente, a exemplo de queijos e requeijões e io-

gurte, com altas de 35,88% e 42,37% no período de 2002 a 2008, respectivamente, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2004; 2010). No Ceará, o consumo de lácteos no mesmo período teve alta de 9,35% (35,817 e 39,166 kg/*per capita*), queijos e requeijões 38,17% (1,137 e 1,571 kg/*per capita*), iogurte 36,51% (1,271 e 1,735 kg/*per capita*) e de manteiga 101,39% (0,216 e 0,435 kg/*per capita*). Importante destacar que, ao contrário da Região Nordeste, o Ceará tem reduzido sua dependência da importação de lácteos, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior – MDIC (BRASIL, 2015b), no período de 2010 a 2014, em 6,21% a.a. e -21,43%, nesta ordem. Em 2014, foram adquiridas cerca de 243 toneladas de lácteos, totalizando US\$ 1,21 milhão. Em comparação com 2013, houve queda de 73,37% na quantidade importada e redução de -65,02% no valor das importações. Em 2013, foram adquiridos no Nordeste US\$ 3,46 milhões em lácteos.

A oferta de lácteos (leite, iogurte e queijo de vaca adicionados com a enzima lactase) para pessoas com restrição à lactose (pessoas de todas as idades intolerantes à lactose) tem crescido satisfatoriamente nas gôndolas dos supermercados. Estes itens já são produzidos por diferentes empresas. Tendência também já observada em pequenos municípios da zona rural é a presença do leite UHT (Ultra High Temperature) ou longa vida, tendo em vista sua praticidade de conservação e maior duração em relação ao leite fresco. Apesar da diferença entre pasteurizado e UHT, o consumo do leite pasteurizado também tem sido observado quando comparado ao leite fresco, conforme dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (IBGE, 2004; 2010). No Nordeste, o consumo de leite fresco caiu 22,77% (de 16,651 kg/*per capita* para 12,859 kg/*per capita*) e no Ceará -2,52% (de 19,836 kg/*per capita* para 19,336 kg/*per capita*). O leite de vaca pasteurizado cresceu 10,58% (de 6,798 kg/*per capita* para 7,517 kg/*per capita*) no Nordeste e 16,69% (de 10,418 kg/*per capita* para 12,157 kg/*per capita*) no Ceará. Esta mudança gradual representa avanço de melhoria de qualidade no consumo de leite.

Em resumo, conforme observado por Yamaguchi et al. (2008), no perfil da pecuária leiteira, dentre outras características a seguir especificadas:

- a) Cerca de 60% dos produtores de leite do Estado estão no âmbito da produção familiar. São 1.187 produtores fornecendo de 0 a 50 litros/dia, totalizando mais de 62 mil litros/dia, o que representa 18,80% da produção total diária do Estado (330 mil litros/dia). A produção média por propriedade neste estrato ou perfil é de 28 litros/dia. Apenas 1,1% dos produtores ofertam acima de 500 litros/dia, equivalente a 17,89% da produção total diária;
- b) No perfil de 0 a 50 litros/dia, 78,10% dos produtores são analfabetos (9,70%) ou não concluíram o ensino fundamental (68,40%);
- c) São também os pequenos produtores que menos realizam a escrituração contábil e zootécnica do sistema de produção, sendo que apenas 0,45% usam recursos de informática, 9,05% o controle leiteiro e 13,02% avaliam o custo de produção. Entende-se que a análise do custo de produção é superficial e não deve, salvo melhor juízo, ter sido considerado a depreciação e outros custos;
- d) Na pequena produção, o trabalho é predominantemente familiar e/ou temporário, em 9,81% dos casos há o registro de emprego formal. Esta proporção se inverte na medida em que a produção se especializa;
- e) Basicamente, os produtores são assistidos pelos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Da mesma forma, proporcionalmente, o atendimento dos técnicos da Ematerce ocorre em maior escala nos menores estratos de produção, que é um serviço gratuito do Estado. Destaca-se que 37,20% dos produtores não utilizam nenhum tipo de assistência técnica. No nível de 0 a 50 litros/dia, 49,11% têm assessoria da Ematerce, enquanto que 40,08% não têm nenhum tipo de auxílio;
- f) Nas pequenas propriedades, existe menor proporção de animais em produção em comparação com animais em lactação, sinalizando uma relação econômica desfavorável na economia do sistema de produção;

- g) Também, é nas pequenas propriedades que predomina a não adoção de adubação na capineira, sendo elevados os níveis de adubação orgânica. Até 50 litros/dia, a pesquisa da Embrapa observou que 46,93% dos produtores deste extrato não utilizavam nenhum tipo de fertilizante na capineira, e;
- h) As capineiras eram predominantemente formadas por capim (basicamente variedade de capim elefante), seguida pela cana-de-açúcar. Os produtores não têm o hábito de usar feno, independentemente do nível de produção;
- i) No universo pesquisado, é considerável bom o nível de adoção do sal mineral, em qualquer nível de produção, sendo o índice é superior a 70%;
- j) A maioria dos produtores entrevistados não adota nenhum sistema de resfriamento. Entre aqueles que utilizam, 64,70% possuem tanque de resfriamento;
- k) Da mesma forma, a inseminação artificial é prática pouco difundida entre os produtores cearenses, prevalecendo o sistema de monta natural ou controlada no manejo reprodutivo do rebanho.

Com relação ao controle da qualidade do leite, importante destacar o atendimento dos prazos aos requisitos exigidos pela Instrução Normativa Nº 62, de 29 de dezembro de 2011 (Quadro 1) que alterou a Instrução Normativa Nº 51, de 18 de setembro de 2002, na qual o produtor integrante de um Programa de Granelização está obrigado a cumprir as especificações do presente Regulamento Técnico. O descumprimento parcial ou total pode acarretar, inclusive, o afastamento do pecuarista desse Programa.

Quadro 2 – Requisitos microbiológicos, físicos, químicos, de CCS, de resíduos químicos a serem avaliados pela Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite

Índice medido (por propriedade rural ou por tanque comunitário)	A partir de 1/7/2008 até 31/12/2011 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A partir de 1/7/2010 até 31/12/2012 nas regiões Norte e Nordeste	A partir de 1/1/2012 até 30/6/2014 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A partir de 1/1/2013 até 30/6/2015 nas regiões Norte e Nordeste	A partir de 1/7/2014 até 30/6/2016 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A partir de 1/7/2015 a 30/6/2017 nas regiões Norte e Nordeste	A partir de 1/7/2016 nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A partir de 1/7/2017 nas regiões Norte e Nordeste
Contagem Padrão em Placas (CPP), expressa em UFC/mL (mínimo de 01 análise mensal, com média geométrica sobre período de 3 meses)	Máximo de 750.000	Máximo de 600.000	Máximo de 300.000	Máximo de 100.000
Contagem de Células Somáticas (CCS), expressa em CS/mL (mínimo de 01 análise mensal, com média geométrica sobre período de 3 meses)	Máximo de 750.000	Máximo de 600.000	Máximo de 500.000	Máximo de 400.000

Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura (2015a).

5.2.2 Bovinocultura de corte

Os estabelecimentos com pecuária de corte na agricultura familiar representam pouco mais de 40% e possuem em torno de 30% do número de cabeças de bovinos (IBGE, 2006). Há consenso entre os criadores e suas organizações, intermediários, matadouros-frigoríficos, indústrias de embutidos, supermercados e os órgãos de inspeção animal de que o padrão racial do rebanho bovino cearense está focado para a mestiçagem de raças Holandesa e Girolanda, portanto, para produção de leite. Os bovinos machos

mestiços da raça Holandesa são matéria-prima para o abate nos matadouros municipais (SANTOS et al., 2012)

Conforme pesquisa realizada pelo BNB/ETENE, os animais abatidos pesam de 18 a 22 arrobas de peso vivo, com 24 meses de idade, com predominância de sangue Nelore e, em menor grau, Guzerá. Os bezerros são comercializados com 6 a 7 arrobas de peso vivo para recriadores, enquanto os garrotes atingem de 12 a 13 arrobas de peso vivo. O rendimento médio de carcaça no Ceará é de 50%, sendo que, para novilho Nelore, adota-se rendimento de 55%. No balanço da oferta e consumo de carne bovina, em 2009, o Ceará apresentou déficit de 137,1 mil toneladas. Como seus mercados consumidores não são supridos pelo seu rebanho, o estado do Ceará importa carne de outros países e também adquire bovinos para recria e engorda provenientes de outros estados, como Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. Para o presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Carnes de Fortaleza (Sindicarnes), no Ceará, o peso do animal vivo abatido situa-se em torno de 300 kg resultando em 10 arrobas de carcaça (rendimento médio de 50%). Porém, afirmou que, na região de Iguatu, o bovino é mais pesado, enquanto os novilhos provenientes do Pará e Maranhão alcançam de 16 a 20 arrobas de carcaça, com 55% de rendimento aos 30 a 36 a 36 meses de idade. Acrescentou, ainda, que o peso médio da carcaça bovina proveniente dos matadouros cearenses variou de um mínimo de 158 kg (10,5 arrobas) na região do litoral leste, para um máximo de 225 kg (15 arrobas) na Região Metropolitana de Fortaleza, resultando, portanto, média no Ceará de 185 kg (12,3 arrobas) por bovino abatido. O maior rendimento de carcaça registrado na Região Metropolitana de Fortaleza é influenciado pelos bovinos provenientes do Maranhão e do Pará (SANTOS et al., 2012).

Com relação ao abate, à época dessa pesquisa, os técnicos da Adagri entrevistados informaram que relativamente às condições de funcionamento dos matadouros cearenses (públicos e alguns privados):

- a) 76,3% contam com o serviço de inspeção sanitária eventual, contra 23,7% sem inspeção;
- b) a maioria dos animais é abatida sem acompanhamento de um médico veterinário permanente, inclusive nas madrugadas e noites (96,6%), e sem certificação dos serviços oficiais de inspeção (98,3%);

- c) 58,7% dos municípios não possuem controle sanitário eficiente, o que constitui, portanto, grave problema de saúde pública com implicações e prejuízos para o meio ambiente;
- d) nenhum matadouro cearense atende plenamente aos requisitos normativos de higiene e sanitários para funcionar, à medida que apenas 10% atendem parcialmente às exigências legais, cabendo aos 90% restantes a condição de não atendimento;
- e) dos equipamentos classificados como matadouro, um conta com SIE;
- f) dos 169 matadouros existentes, somente dois contam com mão de obra qualificada;
- g) apenas 18,3% adotam o processo de abate aéreo, enquanto nos 81,7% restantes os bovinos são abatidos sobre o piso;
- h) a maioria dos matadouros públicos e privados não satisfaz as condições básicas de funcionamento, seja pela sua localização inadequada, seja porque as edificações não proporcionam as mínimas condições de higiene;
- i) o transporte dos produtos e subprodutos comestíveis dos matadouros é realizado de diversas formas. Um total de 99,4% desses equipamentos estão em desconformidade com o Riispoa, que exige a utilização de transporte resfriado e fechado.

Segundo dados do IBGE (2010), o Ceará é o oitavo consumidor de carne bovina no Nordeste, com consumo anual *per capita* de 11,574 kg, menor que o consumo regional que é de 16,740 kg. Estudo do BNB/ETENE observou que na média, a “oferta de carne” *per capita* diminuiu 16% no Nordeste, entre os triênios 1980-1982 e 2004-2006. Apenas o Maranhão apresentou comportamento diametralmente distinto, uma vez que registrou forte aumento (47%) na relação bovino de corte/habitante. Seguem-se os estados do Piauí e da Bahia, nos quais houve queda no indicador, mas em intensidade menor que a registrada pelos demais Estados. O Ceará

foi o estado de pior desempenho, com uma redução de 44% no indicador (EVANGELISTA et al., 2010).

O BNB/ETENE elaborou também um estudo de áreas vocacionadas para recria e engorda de bovinos no Nordeste com potencial para a recria e engorda de bovinos a campo. No Ceará poucas áreas foram observadas com vocação para esta atividade no sistema de manejo a pasto, sendo alguns poucos municípios, 3 no Centro-Sul do Estado, 3 a Noroeste, 4 nos Sertões e 3 no Vale do Jaguaribe (EVANGELISTA et al., 2010).

Dessa forma, os dados estão de acordo com a pesquisa do BNB/ETENE (SANTOS et al., 2012) que identificou que praticamente o suprimento de bovinos aos matadouros públicos municipais no Ceará, localizados nos pequenos centros urbanos, provém do próprio município e/ou municípios circunvizinhos. Geralmente, apenas os grandes centros urbanos no interior cearense recorrem a outros municípios cearenses ou outros Estados para suprir os matadouros públicos e privados. O presidente do Sindicato Atacadista de Carnes de Fortaleza estimou que apenas 5% das necessidades cearenses de carne bovina são atendidas pelos criadores locais, originando-se principalmente dos municípios de Quixeramobim, Quixadá, Iguatu, Caucaia, Brejo Santo, Icó e Jaguaribe. Cerca de 95% das necessidades de carne bovina do Ceará são supridos por outros estados brasileiros na forma a seguir: 20 a 30% são de bovinos vivos provenientes de outros Estados e 70% a 80% são constituídos por animais abatidos fora do Estado, sendo metade em carcaça e o restante em carne desossada. Maranhão, Pará, Tocantins e, em menor escala, Piauí e Goiás figuram como os maiores estados supridores de novilhos gordos para abate nos matadouros e frigoríficos instalados no Ceará, grande parte concentrada nos meses de agosto a dezembro (entressafra), coincidindo, portanto, com o período sem chuvas no Ceará. Quixadá e Quixeramobim destacam-se como os principais supridores de bovinos para abate, por dois motivos: detêm um rebanho bovino considerável e a tradição de engordar bovino em confinamento. No caso específico de Quixadá, há que se considerar a realização, entre as quartas e quintas-feiras, de uma feira de animais, resultando na comercialização de bovinos provenientes de vários municípios cearenses (Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú, Senador Pompeu, Milhã, Sionópole e Pedra Branca), além do envolvimento de compradores

(recriador, confinador, marchantes e intermediários) cujos animais destinam-se a outros municípios cearenses, inclusive para a Região Metropolitana de Fortaleza. Para o suprimento de carne se-mielaborada para as duas empresas cearenses pesquisadas, os principais fornecedores são o Pará, Goiás e Tocantins. Dentre as principais marcas de fornecedores, figuram o Boi Forte, Mafrinorte e Equatorial.

5.3 Caprinos e ovinos

Os caprinos e ovinos estão em quarto e quinto lugares, respectivamente, em termos de rebanho mais populoso do Estado. No período de 2000 a 2012, o rebanho de caprinos cresceu 27,46% e o de ovinos, 119,44% (Tabela 1). O Ceará é o segundo produtor nacional e regional de caprinos, com 1.791 mil cabeças e também se destaca como o quarto produtor nacional de ovinos e terceiro produtor regional, com 1.653 mil cabeças.

A demanda pela carne de ovinos e caprinos tem crescido, nos últimos anos, mas ainda apresenta baixo consumo per capita. No Nordeste, o consumo *per capita* de carne de ovino é de 339 gramas e o de caprino, de 369 gramas. O consumo de carne de ovino, no Ceará, é de 448 gramas, um pouco maior que a média regional. Por outro lado, o consumo de carne de caprino é de 348 gramas, abaixo da média regional (IBGE, 2010).

Segundo o estudo do BNB/ETENE, uma parcela da carne de ovino e caprino se destina ao consumo de subsistência e a outra parcela é comercializada. O volume da carne comercializada formalmente no Nordeste (com inspeção federal ou estadual) é inferior a 5%. A produção de leite de cabra também tem crescido, principalmente, devido aos incentivos dos programas governamentais. Tem-se o registro de que, em 2006, o Ceará produziu 2.022 mil litros de leite de cabra (NOGUEIRA FILHO et al., 2010).

Mas, a partir das informações do Programa Leite de Todos, houve grande aumento da produção, uma vez que a distribuição de leite de cabra para famílias carentes será ampliada para 10 mil litros/dia conforme Governo do Estado (CEARÁ, 2015). Ainda de acordo com o estudo do BNB/ETENE, a pele foi a matéria-prima que admitia a mais elevada agregação de valor em toda cadeia

produtiva. No entanto, a maior parte das peles produzidas é de qualidade inferior, apresentando defeitos de diversas origens provocados por manejo deficiente, doenças e danos mecânicos. Segundo as estatísticas disponíveis, apenas 7% podem ser classificadas como de boa qualidade.

Os desafios maiores, salvo melhor juízo, estão além da porteira, pois demanda mais organização de um complexo eixo das cadeias produtivas dos produtos de caprinos e de ovinos, que resulta no atendimento do consumidor final com qualidade, regularidade e segurança alimentar. É necessária, portanto, a integração plena dos municípios de acordo com a legislação vigente para os produtos de origem animal. Para NOGUEIRA FILHO et al. (2010), cabe ao poder público, em suas esferas federal e estadual, em conjunto com instituições privadas, além da fiscalização e do estabelecimento de exigências sanitárias, o desenvolvimento de políticas de incentivo e de organização dos agentes da cadeia produtiva. Uma reação indispensável ao crescimento dos mercados consiste na criação de padrões de classificação e qualidade para os produtos cárneos, que uma vez concebidos permitiriam estruturar de forma eficiente a distribuição dos produtos, além de gerar uma agregação maior de valor. Ao invés de se reforçar as contradições e conflitos entre os mercados formal e informal, limitando-se a proposições de eliminação da informalidade, as políticas e programas de governo e as ações da iniciativa privada devem se pautar no fortalecimento de suas virtudes e possibilidades de sinergia, ao mesmo tempo buscando minimizar suas limitações.

5.4 Apicultura

Segundo estudo do BNB/ETENE, dentre os produtos da apicultura, o mel é o principal, no Nordeste, por ser de mais fácil exploração, sendo também o mais conhecido e com maiores possibilidades de comercialização. Além de alimento, devido às conhecidas propriedades terapêuticas, o mel é usado na formulação de produtos farmacêuticos e cosméticos. Os demais produtos apícolas são produzidos em menor escala no Nordeste porque a maioria dos apicultores não possui conhecimento sobre o processo produtivo e sobre o mercado, tendo maior dificuldade de comercialização (KHAN et al., 2012).

De acordo com a pesquisa, como a apicultura não requer mão de obra intensiva durante todo o ano, muitos apicultores trabalham em outras atividades, inclusive não agrícolas, como é o caso de trabalhadores das indústrias do polo gesseiro de Araripe¹, para complementar a renda da família. Isso tem provocado impasse porque os apicultores dependem da vegetação nativa para o desenvolvimento da atividade apícola e ao mesmo tempo trabalham nas indústrias que demandam grandes quantidades de madeira, competindo com os recursos florestais, pois estão percebendo a necessidade de manutenção da flora nativa para a sustentabilidade da apicultura, na chapada. Desse modo, a apicultura desenvolvida no Nordeste tem caráter eminentemente familiar, pois de cada família que trabalha na apicultura, em média, 2,1 pessoas estão envolvidas com a atividade e a maioria dos apicultores possui menos de 100 colmeias. Ademais, o mercado interno para produtos apícolas é vasto, no entanto, o consumo *per capita* de mel no Brasil é baixo, em torno de 128 gramas por habitante/ano. As maiores dificuldades relacionadas à comercialização no mercado doméstico estão associadas à visão de que o mel é um produto terapêutico em detrimento do seu valor como alimento e ao elevado preço pago pelo consumidor, quando comparado à remuneração do produtor.

Segundo dados mais recentes do IBGE (2015b), que são do ano de 2013, o Ceará é o sétimo produtor do Brasil e o segundo maior produtor regional de mel de abelha, com 1,83 mil toneladas. O Estado produziu 4,16 mil toneladas de mel de abelha, em 2011, que foi um ano normal em termos de precipitação. A partir de 2012, com a seca, a produção caiu bruscamente, foram 2,02 mil toneladas. Em comparação a 2011, nos anos de 2012 e de 2013, a perda acumulada no Valor Bruto da Produção foi superior a R\$ 9 milhões.

No estudo de Vidal (2014), as condições climáticas favoráveis do Nordeste juntamente com a demanda externa crescente, provo-

¹ A microrregião de Araripe foi quem mais sofreu as consequências dessa seca, uma queda de 92,46% em sua produção. Em 2011, era responsável por 74% da produção de Ceará, perdendo posição de microrregião mais produtora do Estado. Essa região possui uma vegetação que se destaca por produzir méses diferenciados com características muito procuradas pelo mercado, a exemplo do mel do cipó-erva (Serjania sp.). Nela, a apicultura é desenvolvida por pequenos agricultores familiares e se tornou a principal atividade econômica, para muitos deles.

caram crescimento da produção de mel nesta década, contribuindo para que a Região se tornasse um dos principais polos produtores de mel do País, se consolidando como importante atividade para a diversificação da produção das pequenas propriedades. No entanto, sobre os efeitos das secas na atividade, a autora elatou que em 2010, o Ceará e o Rio Grande do Norte foram os Estados mais afetados, mas também houve queda da produção de mel no Piauí. Em 2012, a severa seca que assolou todo o Nordeste provocou grande quebra de safra de mel na Região, mais de 50,0%, o que foi refletido em 2013 e provavelmente em 2014, pois ocorreu elevada perda de enxames por conta da alta temperatura e falta de alimentação. Estados como Pernambuco e Piauí perderam em 2012 cerca de 70% da produção de mel comparado ao ano anterior.

5.5 Considerações finais

As formas de organização referidas mostram casos exitosos e de insucessos. Em alguns estados a integração (e suas formas mistas) vem funcionando de forma satisfatória, com alguns percalços, mas com perspectivas favoráveis. Bahia, Pernambuco, Paraíba e Piauí apresentam exemplos de sucesso com a utilização desse sistema produtivo. Por outro lado, o sistema independente tem prosperado nos estados do Ceará e Pernambuco, com tendência de concentração da atividade em poucas empresas. Com relação à agricultura familiar é necessário esforço maior de profissionalização dos produtores que abastecem o mercado de produtos cárneos e lácteos. Ações que demandam intervenção do poder público para segurança alimentar da população, mas que possam garantir e melhorar a geração de renda.

Na avicultura industrial, os produtores cearenses queixam-se da prática de concorrência desleal por parte de frigoríficos de outros estados: algumas marcas de frango congelado concorrem com a produção local com preço das carcaças. Sem esse expediente, acreditam, os concorrentes provavelmente só poderiam disputar o mercado local quando ocorressem impedimentos súbitos à exportação, gerando uma sobreoferta no mercado interno.

Para a bovinocultura leiteira, os desafios são importantes para a assistência técnica do Ceará, porque se destina para os pequenos produtores que são a maioria na atividade e estão pulverizados

no Estado. As recomendações sugeridas são aquelas propostas nos trabalhos do Professor Fernando Madalena que devem se basear na produção de baixo custo: produção e utilização de pastagens e forragens econômicas; níveis econômicos de suplementação com concentrados; uso mínimo de medicamentos; instalações simples, rústicas e funcionais; máquinas e equipamentos só quando justificados economicamente; genética apropriada para este sistema, tanto nos cruzamentos como na seleção dos reprodutores. Acrescenta-se que se o Legislativo Estadual definisse uma política estadual para a pecuária leiteira, a exemplo do Propec Leite de Minas Gerais, com base em zoneamento e informações técnicas e econômicas (fornecedor de novilhas, forragem e genótipos adequados). Este projeto facilitaria também o trâmite de propostas de crédito no Banco do Nordeste, no que se refere ao aspecto técnico e econômico e, consequentemente, tem rebatimento direto no risco das operações de crédito para a atividade.

Com relação à bovinocultura de corte, elencam-se algumas vantagens e desafios, a saber: a) pontos fortes: disponibilidade de rebanho bovino misto (leite e corte), importante supridor de novilhos e matrizes descartadas para abate nos matadouros municipais; existência de tradicionais engordadores, cuja oferta de novilho gordo coincide com o período de entressafra, quando os preços são maiores, além de ser uma garantia de suprimento de novilhos gordos para abate; condições sanitárias favoráveis, como zona livre de febre aftosa com vacinação; expressividade do mercado consumidor de carne bovina no Estado, não atendido plenamente pela produção local; possibilidades de ofertar embutidos, carne salgada, carne seca e carne-de-sol de melhor qualidade, voltando-se a nicho de mercado mediante a utilização de receitas com temperos e condimentos locais; ações desenvolvidas pela Adagri junto aos matadouros públicos e privados no interior do Estado, definindo políticas públicas para modernização desses equipamentos prestadores de serviços, melhorando as condições das instalações e funcionamento. Os principais desafios são ausência de áreas propícias às pastagens com capacidade de suporte forrageiro capaz de competir com as grandes regiões produtoras do País; estrutura fundiária prevalecente incompatível para a bovinocultura de corte, sugerindo maior vocação para produção mista; ausência de condições para competir com os Estados detentores de rebanhos espe-

cializados em corte, os quais são menos vulneráveis às condições climáticas; desconhecimento de padrão racial e cruzamento industrial mais adequados à produção de carne no semiárido; elevado nível de abate clandestino de bovino e comercialização de carne sem atender as exigências sanitárias vigentes; ausência de estímulos governamentais à produção de embutidos e enlatados para melhorar a competitividade das pequenas unidades industriais; carência de assistência técnica com qualidade para pequenos e médios produtores, matadouros, frigoríficos e indústrias de carne bovina de pequeno porte.

Seria redundante tratar sobre os desafios da caprinovinocultura, sendo relevante enfatizar que a participação do Estado tem sido importante na organização dos produtores. Destaca-se como exemplo, o Rio Grande do Norte no ano de 1999, seguido pela Paraíba, além de outras experiências localizadas no Ceará (Projeto Cabra Nossa), Maranhão, Bahia e Pernambuco (a exemplo dos condomínios intermunicipais), já citados anteriormente. A partir dessas experiências de sucesso, surgiram indústrias de laticínios específicas para o beneficiamento e industrialização de leite de cabra. Embora o mercado seja ainda incipiente, já demonstra potencial, seja para a Região Nordeste, seja para as demais regiões brasileiras. Os programas governamentais de estados como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, em parceria com o Programa Fome Zero, do Governo Federal, são os grandes responsáveis pelo aumento da produção e melhoria da qualidade do leite caprino. Esses programas, através de convênios ou de cooperativas locais, promovem a organização dos produtores, prestam orientação, assistência técnica e adquirem a produção para atender à demanda da merenda escolar. Evidentemente que o mercado institucional não deve ser o único, então, a assistência técnica tem como desafio incorporar o produtor no mercado formal, tanto dos produtos cárneos como lácteos e, consequentemente, estimulando a produção de pele de caprinos e ovinos com qualidade.

Por sua vez, a apicultura traz consigo uma série de benefícios sociais, econômicos e ambientais, motivo pelo qual deve ser apropriadamente difundida para uso em consórcio com outras atividades agropecuárias ou mesmo para uso exclusivo. Contudo,

torna-se necessário apoiar os produtores na retomada de produção e exportação, diante da estiagem prolongada. No período do ano mais crítico para a apicultura nordestina (setembro a janeiro do ano seguinte), época em que a maioria das regiões produtoras não conta com a diversidade da vegetação nativa, torna-se fundamental alimentar os enxames e proteger as colmeias das altas temperaturas.

Tabela 1 – Principais rebanhos no Ceará - 2000 a 2012

Tipo de rebanho	Mil cabeças		Variação (%)	Média (mil cabeças)	Proporção média (%)
	2000	2012			
Galos, frangas, frangos e pintos	14.357	18.548	29,19	15.937	52,95
Galinhas	6.456	8.296	28,50	7.322	24,33
Bovino	2.206	2.715	23,06	2.389	7,94
Ovino	1.607	2.071	28,89	1.916	6,37
Suíno	1.025	1.173	14,43	1.111	3,69
Caprino	790	1.024	29,67	937	3,11
Asinino	198	184	-7,50	198	0,66
Equino	135	136	1,11	138	0,46
Muar	76	80	5,37	79	0,26
Codornas	28	113	310,20	66	0,22
Coelhos	3	2	-29,23	2	0,01
Bubalino	1	2	60,97	1	0,00

Fonte: IBGE (2014).

Tabela 2 – Produção de origem animal - 2002 a 2012

Tipo de produto	Produção de origem animal		Variação (%)
	2000	2012	
Leite (Mil litros)	331.873	461.662	39,11
Ovos de galinha (Mil dúzias)	88.100	127.023	44,18
Ovos de codorna (Mil dúzias)	238	1475	519,75
Mel de abelha (Quilogramas)	654.791	2.016.621	207,98
Leite (CE/NE)	15,4	13,2	-14,21
Ovos de galinha (CE/NE)	22,5	24,1	7,17
Ovos de codorna (CE/NE)	2,9	9,5	229,11
Mel de abelha (CE/NE)	17,5	26,2	49,91

Fonte: IBGE (2014).

Tabela 3 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - 2000 a 2012

ANO	2000	2012	Variação (%)
Região/Estado	Vacas ordenhadas (cabeças)		
Nordeste	3.413.365	4.493.504	31,64
Ceará	440.704	576.030	30,71
Participação CE/NE	12,9	12,8	-0,71
Produção de leite (mil litros)			
Nordeste	2.159.230	3.501.316	62,16
Ceará	331.873	461.662	108,49
Produtividade (litros/vaca-ano)			
Nordeste	633	779	23,18
Ceará	753	801	6,43

Fonte: IBGE (2014).

Referências

ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE AVICULTURA. Relação de associados. Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.aceav.com.br/index.php/2013-03-04-13-47-19/associados>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura. 2015a. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/sda/dipoa/index.htm>>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **AliceWeb 2.** 2015b. Base de Dados.

EVANGELISTA, F. R. et al. Identificação de áreas vocacionadas para recria/engorda de bovinos no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 15 p. (Informe Rural ETENE, ano 4, n. 4).

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. Programa Leite de Todos. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.pe.gov.br/interna.php?p=programas&s=leite_de_todos>. Acesso em: 16 jan. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2015a.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003.** Rio de Janeiro, 2004. 251p.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009.** Rio de Janeiro, 2010. 282p.

_____. **Produção pecuária municipal. Rio de Janeiro, 2015b.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **Pecuária Trimestral do Abate de Animais.** Rio de Janeiro, 2015c. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=AX&z=t&o=24>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

KHAN, A. S. et al. Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 246p. (Série Documentos do ETENE, n. 33).

NOGUEIRA FILHO, A.; FIGUEIREDO JÚNIOR, C. A.; YAMAMOTO, A. Mercado de carne, leite e pele de caprinos e ovinos no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. 125 p. (Série Documentos do ETENE, n. 27).

SANTOS, J. A. et al. A agroindústria da carne bovina no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450 p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

UNITED STATE DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Production, Supply and Distribution Online. Disponível em: <<http://apps.fas.usda.gov/psdonline/>>. Acesso em: mar. 2015.

VIDAL, M. F. Efeitos da seca de 2012 nas exportações nordestinas de mel. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014. 6p. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_ano8_n3_2014.pdf/8f2a145f-4c23-4520-8ae5-6657576de434>. Acesso em: mar. 2015. (Informe Rural ETENE, ano 8, n. 3).

YAMAGUCHI, L. C. T. et al. Caracterização do segmento de produção primária de leite no Ceará. In: ZOCCAL, R. et al. (Ed.). **Competitividade da cadeia produtiva do leite no Ceará:** produção primária. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2008. p. 13-38.

6 Indústria

Francisco Diniz Bezerra

Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção.

A indústria constitui um elemento-chave para o crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento. Isto decorre do fato da atividade industrial possuir forte encadeamento intersetorial, deter elevada capacidade de agregação de valor aos produtos, apresentar potencial para o crescimento da produtividade e ser fonte de inovação e difusão de novas tecnologias para o ambiente empresarial e a economia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as atividades industriais compreendem as seções B a F da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), mostradas no Quadro 1. Cada seção, por sua vez, é desagregada em divisões, grupos e classes. O presente texto abrange as indústrias extractivas (seção B), as indústrias de transformação (seção C), os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), que constituem as seções D (eletricidade e gás) e E (água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação), e a indústria da construção (seção F).

Quadro 1 – CNAE 2.0: seções representativas da atividade industrial

Seção	Divisões	Descrição CNAE
B	05 .. 09	Indústrias extractivas
C	10 .. 33	Indústrias de transformação
D	35 .. 35	Eletricidade e gás
E	36 .. 39	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	41 .. 43	Construção

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2007).

A análise será empreendida tendo por base principalmente o Valor Adicionado Bruto¹ (VAB), divulgado nas Contas Regionais do IBGE, e os dados de emprego formal, oriundos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O IBGE publica o VAB por Estado apenas ao nível de seção. Visando à análise mais desagregada, recorreu-se à utilização da Matriz de Insumo-Produto do Banco do Nordeste, que disponibiliza para os estados do Nordeste o VAB ao nível de divisão e grupo da CNAE 2.0. No caso dos dados de emprego do MTE, é possível obter desagregação por município até o nível de classe.

De um modo geral, os segmentos industriais existentes no Nordeste e, de modo particular, no estado do Ceará, exploram atividades econômicas tradicionais e possuem baixo conteúdo tecnológico. São atividades que normalmente não requerem elevado nível de qualificação da mão de obra empregada como também não demandam investimentos expressivos em inovação tecnológica.

Este capítulo disponibiliza informações sobre a atividade industrial no Ceará, sendo formado por esta introdução e por cinco subtópicos que tratam do perfil da indústria e, de forma mais específica, das indústrias extractivas, das indústrias de transformação, da indústria da construção e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, além de outro subtópico destinado às considerações finais.

6.1 Perfil da indústria do Ceará

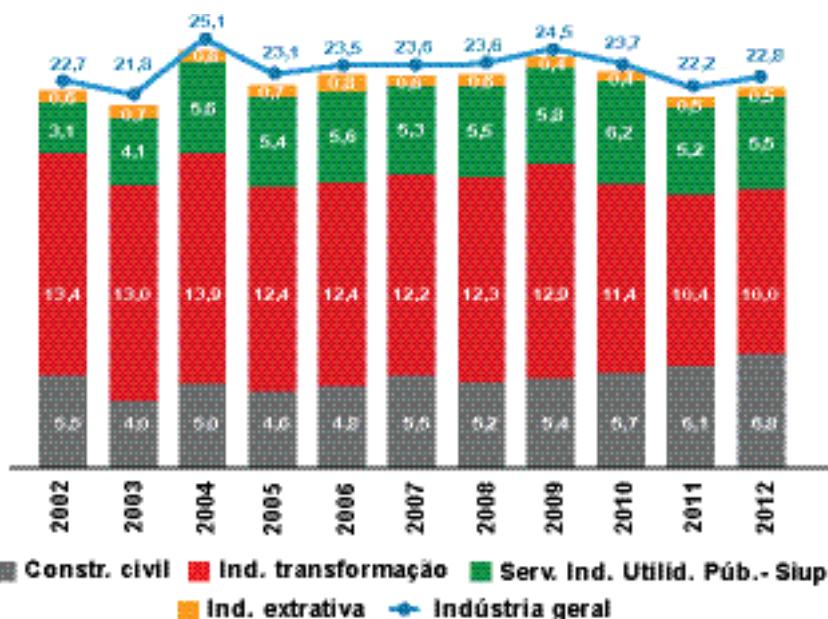
No período compreendido entre 2002 e 2012, a participação da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas do Ceará oscilou entre 21,8% (em 2003) e 25,1% (em 2004), não se configurando nenhuma tendência de alta ou baixa consistente (Gráfico 1). No ano de 2012, a indústria cearense adicionou à economia do Estado, a preços de dezembro de 2013, o montante de R\$ 18,9 bilhões, destacando-se principalmente o segmento das indústrias de transformação, que contribuíram com R\$ 8,3 bilhões, cifra correspondente a 10,0% do VAB total.

O setor industrial cearense é formado, em sua maior parte, pela atividade da indústria de transformação e, em menor escala,

¹ Valor Adicionado Bruto corresponde à diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário (IBGE, 2014a).

pela indústria da construção e pelos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), tendo por base o Valor Adicionado Bruto. Consoante o que se observa para a maioria dos estados brasileiros, as indústrias extractivas são pouco representativas na composição estrutural da indústria do Ceará, no entanto, são importantes fornecedoras de insumos para diversas outras atividades industriais, particularmente para a construção civil.

Gráfico 1 – Participação da indústria no VAB das atividades econômicas do Estado - Em%

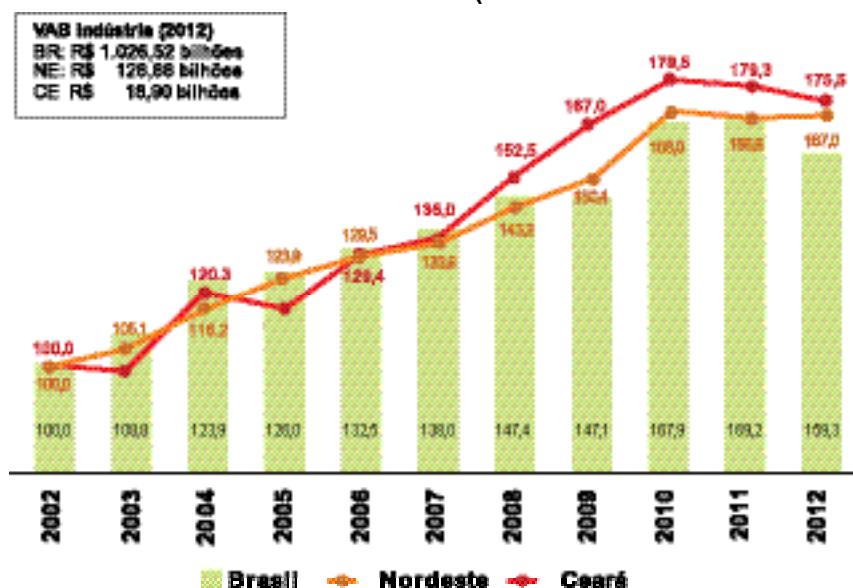


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a)

Entre 2002 e 2012, a indústria do Ceará teve desempenho superior ao de suas congêneres do Brasil e do Nordeste. De fato, nesse período, a indústria cearense cresceu 75,5%, enquanto a brasileira avançou 59,3% e a nordestina 67,0% (Gráfico 2).

Em relação ao Nordeste, a participação do Ceará no VAB da indústria da Região oscilou entre 2002 e 2012 em torno de 14%. Esse indicador correspondeu a 14,7% em 2012, ano em que o total do VAB da indústria do Estado foi de R\$ 18,9 bilhões, conforme já informado, e o da indústria nordestina somou R\$ 128,9 bilhões.

Gráfico 2 – Indústria: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Concernente ao emprego, Fortaleza abriga parcela expressiva do número de estabelecimentos e de empregos industriais do Ceará. De fato, segundo a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2013b), existiam no Estado, ao final de 2013, 14.795 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo e 362.358 empregos formais na indústria cearense, dos quais 56,3% dos estabelecimentos e 43,8% dos vínculos empregatícios encontravam-se na Capital (Figura 1). O município de Juazeiro do Norte possui a segunda maior concentração industrial do Estado em número de estabelecimentos, enquanto Maracanaú ocupa o segundo lugar em número de empregos industriais, com 8,8% do total.

Figura 1 – Perfil da indústria do Ceará - VAB (2012) - Estabelecimentos e empregos formais (2013)

Indústria geral

Valor Adicionado Bruto (VAB)	R\$ milhões	18.897,62	100,0%	
	Part. Ind. NE	14,7%	-	
Estabelecimentos	Total:	14.795	100,0%	
	Fortaleza	58,3%	Juazeiro do Norte	5,3%
Empregos	Total:	362.368	100,0%	
	Fortaleza	43,8%	Mesorregião	5,5%

Subsetores da Indústria

	Extrativa	Transformação	Síntese	Construção
VAB (R\$ milhões):	441,36 (2,3%)	8.297,27 (43,9%)	4.546,92 (24,1%)	5.612,28 (29,7%)
Estabelecimentos:	183 (1,2%)	9.471 (64,0%)	320 (2,2%)	4.821 (32,6%)
Empregos:	3.583 (1,0%)	264.872 (70,3%)	6.820 (2,5%)	94.083 (26,2%)

Principais segmentos (nível de divisão CNAE) da Indústria de transformação

Em VAB			Em número de empregos				
Preparação de couro e fabricação de artigos de couro, artigos para viagem e calçados	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos têxteis	Preparação de couro e fabricação de artigos de couro, artigos para viagem e calçados	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos alimentícios		
R\$ milhões	1.470,4	1.201,8	918,1	Qtd. postos	87.199	54.424	33.506
% Ind. transf.	17,7%	14,5%	11,1%	% Ind. transf.	26,4%	21,4%	13,1%

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a), Brasil (2013b) e BNB (2014).

Notas:

- (1) VAB: dados de 2012, a preços de dez. 2013. Empregos e estabelecimentos: dados de 2013;
- (2) dados percentuais dos subsetores são relativos à indústria geral;
- (3) dados percentuais das divisões são relativos ao total da indústria de transformação.

Analizando-se o porte das indústrias, observa-se que as Micro e Pequenas Empresas, com até 99 empregados, representam

96,4% do número de estabelecimentos, enquanto as unidades industriais de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, correspondem a apenas 3,6% do total. Apesar disto, os empreendimentos de médio e grande portes, com 100 ou mais empregados, concentram 56,9% da mão de obra formal, enquanto as Micro e Pequenas Empresas ocupam 43,1% da força de trabalho regularizada (Tabela 1).

O Ceará tem diversificado o seu parque industrial, agregando empreendimentos de fabricação de aerogeradores, geração de energia elétrica a partir das fontes eólica e solar, fabricação de aço com a implantação (em curso) da Companhia Siderúrgica do Peçém (CSP), dentre outros. Além desses, numerosos outros empreendimentos industriais têm sido implantados no Estado em diversos setores da economia. A Figura 2 sintetiza alguns dos principais segmentos industriais consolidados ou nascentes no Estado.

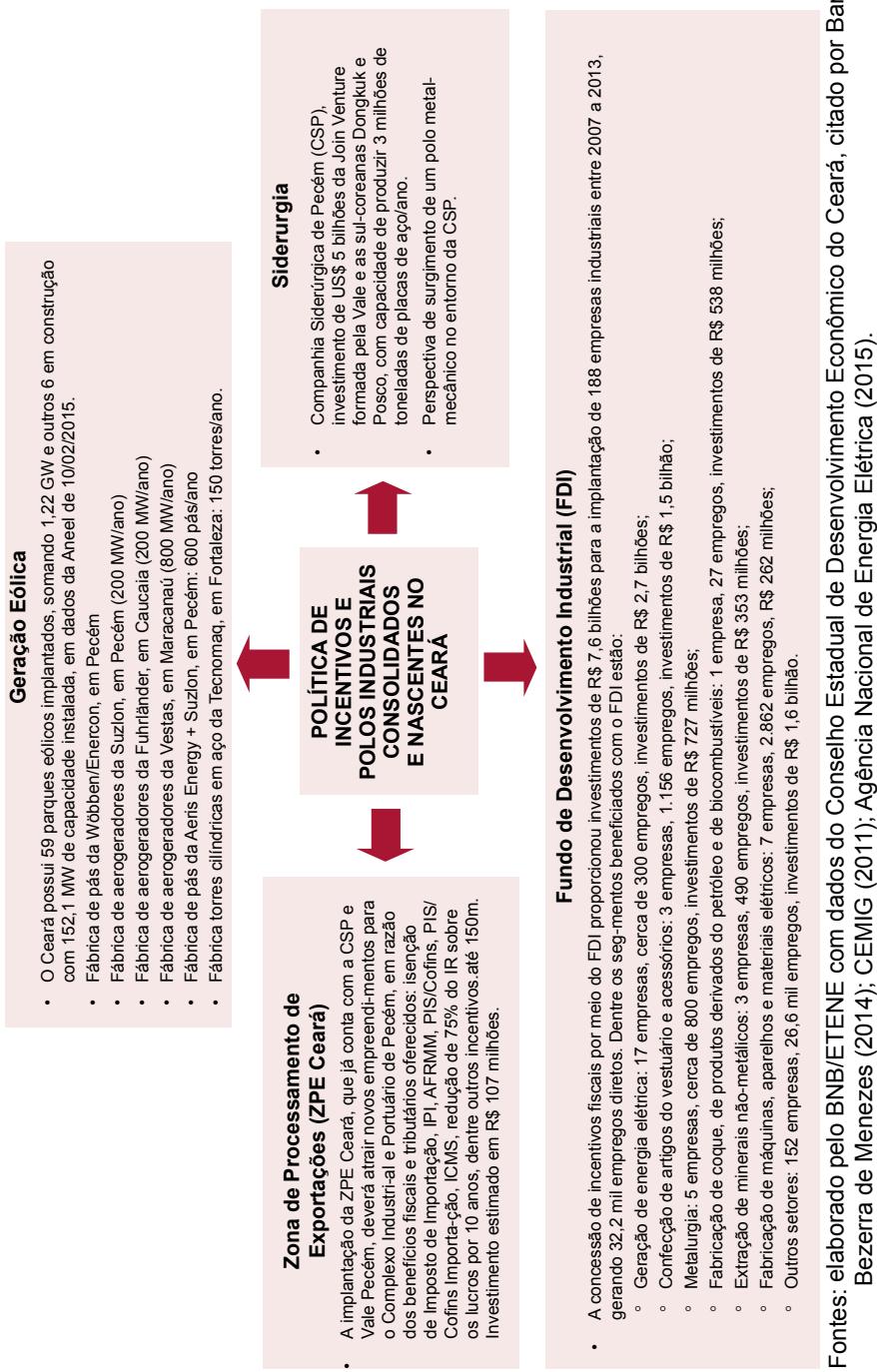
Nos tópicos seguintes serão realizados comentários sobre os subsetores da indústria do Ceará, com destaque para as atividades mais relevantes no que se refere à contribuição no valor adicionado e na disponibilização de empregos.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos e de vínculos empregatícios nos subsetores industriais segundo o porte - 2013

Estab/Vínc.	Porte Estab.	Setores de atividades				Total	Part. (%)
		Indústrias Extrativas	Indústrias de Transformação	Siup	Construção		
Número de estabelecimentos	De 1 a 19	134	7.716	229	3.888	11.967	80,9
	De 20 a 99	43	1.426	76	745	2.290	15,5
	De 100 a 499	6	276	12	175	469	3,2
	500 ou mais	-	53	3	13	69	0,5
	Total	183	9.471	320	4.821	14.795	100,0
	Part. (%)	1,2	64,0	2,2	32,6	100,0	-
Número de vínculos	De 1 a 19	698	40.775	1.257	18.338	61.068	16,9
	De 20 a 99	1.953	57.370	3.181	32.855	95.359	26,3
	De 100 a 499	932	58.605	2.055	33.901	95.493	26,4
	500 ou mais	-	98.122	2.427	9.889	110.438	30,5
	Total	3.583	254.872	8.920	94.983	362.358	100,0
	Part. (%)	1,0	70,3	2,5	26,2	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

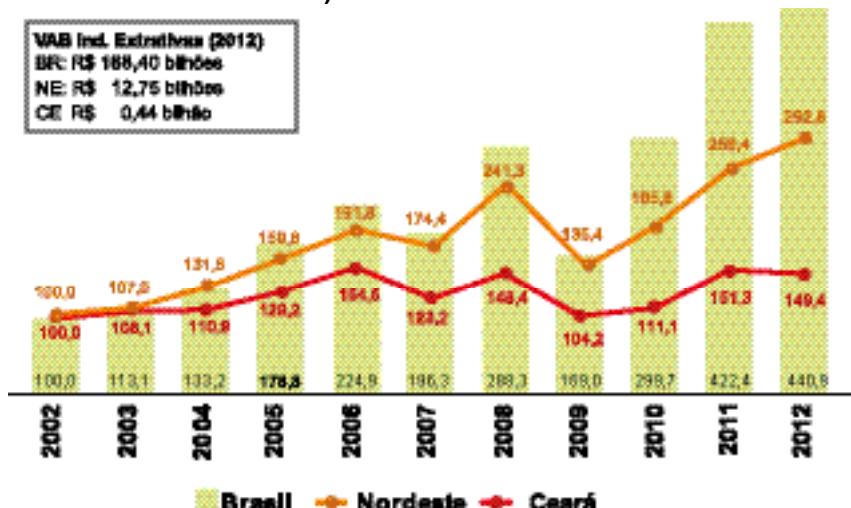
Figura 2 – Principais polos industriais consolidados e nascentes no Ceará



6.2 Indústrias extractivas

Em termos de Valor Adicionado Bruto, as indústrias extractivas do Ceará cresceram 49,4% entre 2002 a 2012, evoluindo de R\$ 295 milhões para R\$ 441 milhões. Nesse período, o desempenho acumulado da indústria cearense foi inferior ao de suas congêneres nacional e regional, que cresceram, respectivamente, 340,9% e 192,8% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Indústrias extractivas: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

No final de 2013, a indústria extractiva do Ceará reunia 183 empreendimentos e 3.583 empregos formais. Dentre os segmentos da indústria extractiva, sobressai-se a extração de minerais não metálicos, com 162 dos estabelecimentos (88% do total) e 2.981 dos empregos formais (83% do total). Embora em escala menor, a indústria de extração de petróleo e gás natural emprega 224 pessoas no Estado (Tabela 2). A atividade de extração de minerais não metálicos é mais expressiva no município de Caucaia (834 empregos), seguido de Sobral (242 empregos), enquanto a extração de petróleo e gás natural possui maior número de empregos formais no município de Paracuru, pois contava com 116 postos no final de 2013.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e vínculos empregatícios de segmentos da indústria extractiva mineral - Principais municípios - 2013

Município	Número de Estabelecimentos			Número de Vínculos					
	Extração de minerais não-metálicos	Extração de petróleo e gás natural	Outros segmentos	Total	Extração de minerais não-metálicos	Extração de petróleo e gás natural	Outros segmentos	Total	Part. total vínculos (%)
Caucaia	14	0	2	16	834	0	40	874	24,4
Fortaleza	13	2	4	19	185	108	11	304	8,5
Sobral	12	0	0	12	242	0	0	242	6,8
Maracanaú	5	0	0	5	188	0	0	188	5,2
Eusébio	2	0	0	2	186	0	0	186	5,2
Quiterianópolis	0	0	1	1	0	0	177	177	4,9
Santa Quitéria	4	0	0	4	134	0	0	134	3,7
Acarape	8	0	2	10	71	0	45	116	3,2
Paracuru	0	1	0	1	0	116	0	116	3,2
Itaitinga	3	0	1	4	66	0	44	110	3,1
Outros	101	0	8	109	1.075	0	61	1.136	31,7
Total	162	3	18	183	2.981	224	378	3.583	100,0
Part. Total (%)	88,5	1,6	9,8	100,0	83,2	6,3	10,5	100,0	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

De acordo com o Anuário Mineral Brasileiro, elaborado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM (2010), o valor da produção mineral comercializada no Ceará, em 2009², correspondeu a R\$ 324,6 milhões, destacando-se as seguintes atividades: rochas britadas e cascalhos (R\$ 141,2 milhões), água mineral (R\$ 63,3 milhões) e calcário (R\$ 40,3 milhões) – dados em valores correntes. Com base nessas informações, depreende-se que a principal atividade mineral do Ceará está relacionada com o suprimento de insumos para a construção civil.

Ainda segundo o DNPM (2010), o Ceará apresenta potencialidades para produção de ferro, manganês, fosfato, urânio e rochas ornamentais, cujas reservas comprovadas são expressivas, abrindo perspectivas para futuros investimentos na atividade de mineração no Estado.

6.3 Indústrias de transformação

As indústrias de transformação cearenses obtiveram crescimento real de 30,0% entre 2002 e 2012, aumentando o valor adicionado de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 8,3 bilhões, a preços constantes de dezembro de 2013. O desempenho do Ceará superou o crescimento do Brasil (27,3%) e do Nordeste (21,4%) nesse período (Gráfico 4).

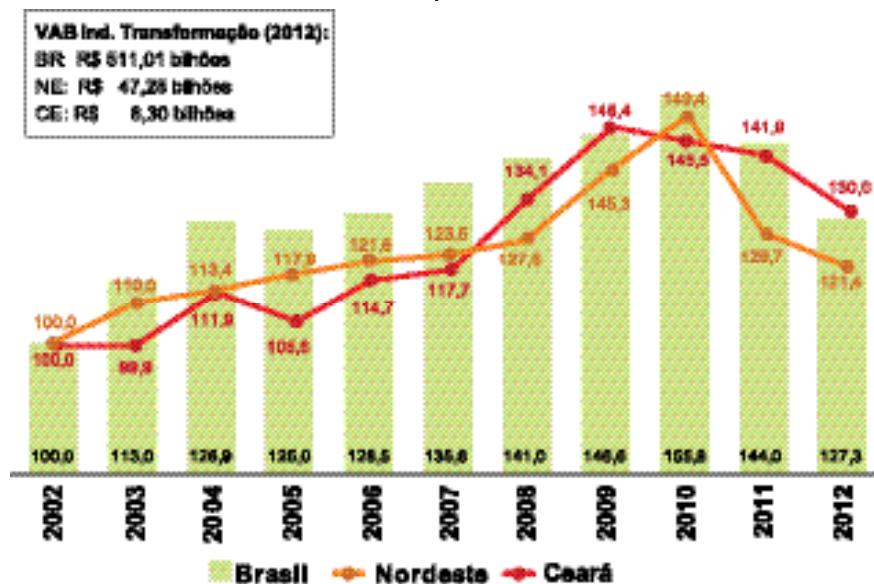
Utilizando-se dados da Matriz de Insumo-Produto (BNB, 2014), constata-se que o segmento de couros e calçados participa com 17,7% do VAB da indústria de transformação do Ceará. Os segmentos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (14,5%) e a fabricação de produtos têxteis (11,1%) constituem a segunda e a terceira atividades mais importantes na participação do VAB da indústria de transformação do Estado. Essas três atividades são responsáveis, em conjunto, por 43,3% do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação do Ceará.

No que se refere aos empregos disponibilizados, a indústria de transformação do Ceará detinha, ao final de 2013, 254.872 empregos formais em 9.471 estabelecimentos com pelo menos 1 vínculo ativo, conforme mostrado na Figura 1. Sob a ótica setorial, as ativi-

² Dados mais recentes indisponíveis.

dades de couro e calçados (26,4%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (21,4%) e fabricação de produtos alimentícios (13,1%) são as mais expressivas da indústria de transformação no Ceará, concentrando cerca de 60% dos postos de trabalho formais do subsetor (Tabela 3). Do ponto de vista geográfico, Fortaleza reúne cerca de 1/3 dos vínculos empregatícios da indústria de transformação, indicando concentração de empregos neste município. Em seguida, aparecem os municípios de Maracanaú (11,1%) e de Sobral (9,2%).

Gráfico 4 – Indústrias de transformação: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

O segmento de couros e calçados destaca-se em função do número de postos formais de trabalho, especialmente na atividade de fabricação de calçados, com 62.336 empregos formais. Na fabricação de artigos do vestuário, destaca-se o grupo de atividades de mesmo nome, com 54.144 empregos formais. Na fabricação de produtos alimentícios, sobressaem-se, em termos do número de empregos formais, as atividades de moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais (5.123 postos) e a fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais (4.071 empregos). Ressalta-se que as indústrias enquadradas no grupo de fabricação de outros produtos alimentícios disponibilizam 17.281 empregos formais, em dados de dezembro de 2013.

Também merecem destaque na indústria de transformação a fabricação de produtos cerâmicos (7.395 postos), fabricação de móveis (6.828 postos), tecelagem (5.429 postos) e fabricação de produtos de material plástico (4.410 postos).

Tabela 3 – Municípios e atividades da indústria de transformação de maior expressão em número de empregos formais - 2013

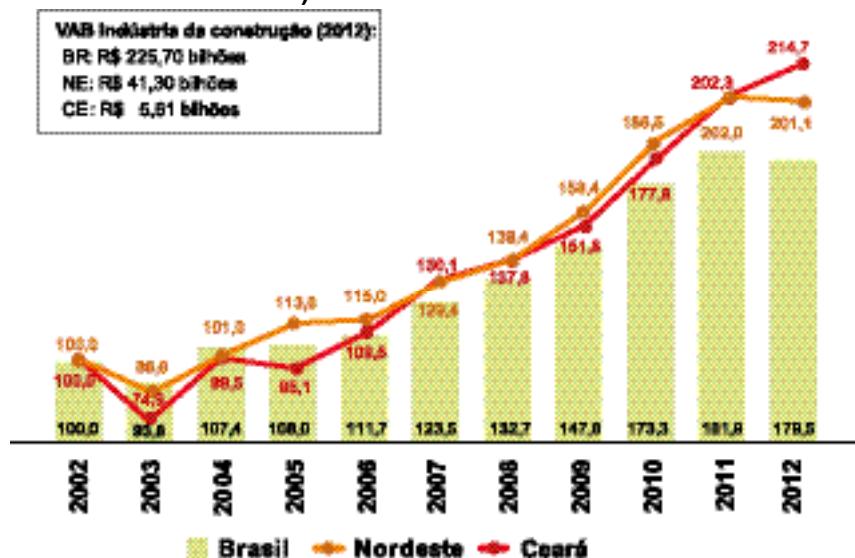
Município	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	Confeção de artigos do vestuário e acessórios	Fabricação de produtos alimentícios	Fabricação de produtos têxteis	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	Outras Atividades	Total (qde)	Total (%)
Fortaleza	4.222	35.066	12.728	3.692	1.921	6.412	18.428	82.469	32,4
Maracanaú	351	5.077	3.347	8.145	1.301	891	9.292	28.404	11,1
Sobral	20.391	308	714	44	619	77	1.206	23.359	9,2
Horizonte	10.797	501	86	1.166	93	84	1.097	13.824	5,4
Eusébio	15	86	5.927	672	429	1.208	3.965	12.302	4,8
Juazeiro do Norte	5.333	379	405	41	350	829	2.741	10.078	4,0
Caucaia	6	1.534	827	32	1.822	429	5.042	9.692	3,8
Maranguape	1.940	2.032	351	65	112	141	735	5.376	2,1
Crato	3.290	39	239	0	852	176	733	5.329	2,1
Russas	2.998	66	176	8	1.310	31	273	4.862	1,9
Outrros Municípios	17.856	9.336	8.706	2.585	6.283	1.629	12.782	59.177	23,2
Total	67.199	54.424	33.506	16.450	15.092	11.907	56.294	254.872	100,0
Total (%)	26,4	21,4	13,1	6,5	5,9	4,7	22,1	100,0	-

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2013b).

6.4 Indústria da construção

Entre 2002 e 2012, a indústria da construção do Ceará obteve desempenho superior ao de suas congêneres do Brasil e do Nordeste. De fato, enquanto no País essa atividade cresceu 79,5% e na Região 101,1% no período compreendido entre 2002 e 2012, no Estado a indústria da construção avançou 114,7%, atingindo R\$ 5,6 bilhões no último ano da série (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Indústria da construção: evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014a).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

Dos 94.983 empregos formais existentes na indústria da construção no Ceará ao final de 2013, conforme mostrado na Figura 1, cerca de metade pertencia à construção de edifícios, principalmente na Capital.

Em todo o País e no Ceará, em particular, o ritmo de crescimento da indústria da construção pode ser explicado em função da criação de programas federais de incentivo à aquisição de moradias, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida, e pela implementação de obras de infraestrutura, por meio do Programa

de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outras ações governamentais. Também, contribuíram para o crescimento da atividade o aquecimento do mercado imobiliário na capital cearense e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de *shopping centers*, motivada pela expansão do comércio varejista local e pelo aumento do poder de compra da população.

Considerando as carências na área de infraestrutura e o déficit habitacional do Ceará de 11,7%, correspondente a aproximadamente 270 mil moradias em 2010, de acordo com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2013a), conclui-se que há possibilidades para a expansão da indústria da construção no Estado.

6.5 Serviços Industriais de Utilidade Pública

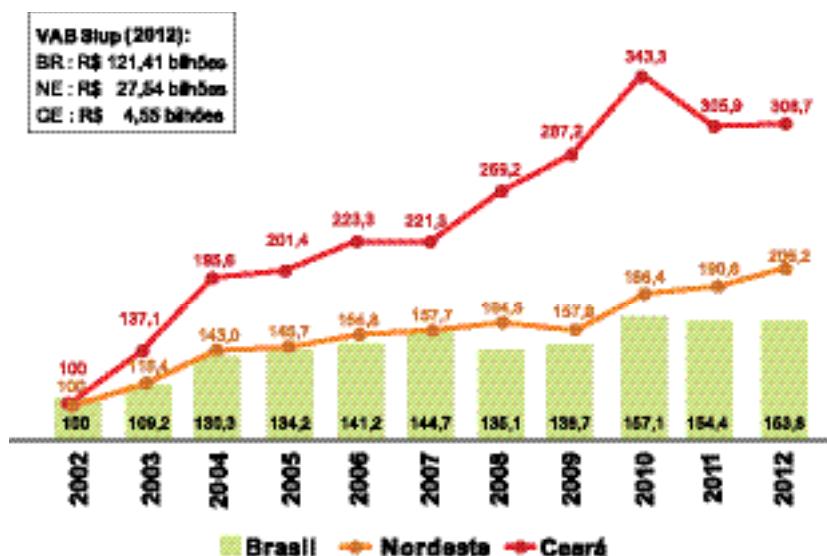
Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) são constituídos pela produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Ante a carência histórica no Ceará da disponibilidade de alguns serviços básicos de infraestrutura domiciliar (principalmente água e esgoto³), assim como na maioria dos estados nordestinos, é importante a realização de investimentos no Estado em patamar superior à média da Região e do País. Desta forma, poder-se-á diminuir, ao longo do tempo, as disparidades existentes entre o Ceará e as Unidades da Federação melhor aquinhoadas no que concerne à oferta de serviços básicos de infraestrutura domiciliar.

Precisamente é o que tem se constatado entre 2002 e 2012, período em que o Valor Adicionado Bruto dos Siup no Ceará triplicou, enquanto duplicou no Nordeste e aumentou aproximadamente 80% no Brasil (Gráfico 6). Espera-se que este ritmo de crescimento se mantenha no futuro face às ainda elevadas carências de Serviços Industriais de Utilidade Pública no Estado do Ceará.

³Em 2013, 65% dos domicílios urbanos do Ceará não eram ligados à rede de esgoto (IBGE, 2014c) e aproximadamente 30% das residências urbanas não eram abastecidas pela rede de água com existência de canalização em pelo menos um cômodo (IBGE, 2014b).

Gráfico 6 – Siup: Evolução do VAB - Brasil, Nordeste e Ceará - 2002 a 2012 - (Número-índice: 2002 = 100)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014b).

Nota: preços utilizados nos cálculos corrigidos para dez./2013 pelo IPCA.

6.6 Considerações finais

No Ceará, a participação da indústria na economia representa 22,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB), em dado de 2012, ano em que alcançou o montante de R\$ 18,9 bilhões, a preços de dezembro de 2013. A título de comparação, esse indicador correspondeu, para o ano de 2012, a 26,0% no Brasil e a 23,5% no Nordeste.

A indústria geral do Ceará apresentou desempenho superior ao de suas congêneres brasileira e nordestina entre 2002 e 2012, tendo crescido aproximadamente 75% no período. Comportamento no Estado mais favorável do que o registrado no País e na Região ocorreram também nos subsetores das indústrias de transformação, da construção e dos Siup.

O Ceará contribui com 14,7% do Valor Adicionado Bruto da indústria do Nordeste, tendo a participação do Estado nesse indicador apresentado tendência crescente entre 2002 e 2012, embora alternando períodos de baixa e de alta.

Particularmente no subsetor da indústria de transformação, destacam-se, quanto ao valor adicionado, os segmentos de couro e calçados, de artigos do vestuário e de têxteis, que juntos representam mais de 40% do VAB do subsetor de transformação. No que se refere ao emprego, destacam-se os segmentos de couro e calçados, de artigos do vestuário e de fabricação de produtos alimentícios, que somam cerca de 60% do total de empregos formais da indústria de transformação.

Parcela expressiva da indústria cearense concentra-se em Fortaleza, onde se encontra mais da metade dos estabelecimentos e cerca de 40,0% dos empregos formais industriais. Embora de menor expressão, Maracanaú representa o segundo município do Estado em número de empregos industriais formais.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Capacidade de geração no Estado [da Bahia]. In: **Banco de Informações de Geração**. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/CapacidadeEstado.cfm?cmbEstados=CE:CEAR%C1>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

BARRETO, F. A. F. D.; BEZERRA DE MENEZES, A. S. **Desenvolvimento econômico do Ceará**: evidências recentes e reflexões. Fortaleza: IPECE, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013a. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

CEMIG. Energia eólica: o Brasil é a bola da vez. In: **FÓRUM INDUSTRIAL DE PRODUTIVIDADE, ENERGIA E NEGÓCIOS**, 6.,

2011, Belo Horizonte. **Apresentação...** Belo Horizonte: CIEMG-FIEMG, 20 dez. 2011. Disponível em: <http://ielged.fiemg.com.br/portalid100/Documentos%20Pblicos/APRESENTACAO_CEMIG_FIEMG_FIPEN_2011.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL.

Anuário Mineral Brasileiro 2010. Brasília, DF, 2010.

Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=68&IDPagina=2005>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Estrutura da CNAE 2.0. Rio de Janeiro, 2007.

Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0>. Acesso em: 12 nov.

_____. Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto a preços básicos por atividade econômica das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012. In: **Contas regionais do Brasil 2012.** Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default.xls_2002_2012.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. Tabela 1955 – Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e abastecimento de água. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013.** Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1955>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. Tabela 1956 – Domicílios particulares permanentes e Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, situação do domicílio e esgotamento sanitário. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013.** Rio de Janeiro, 2014c. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1956>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

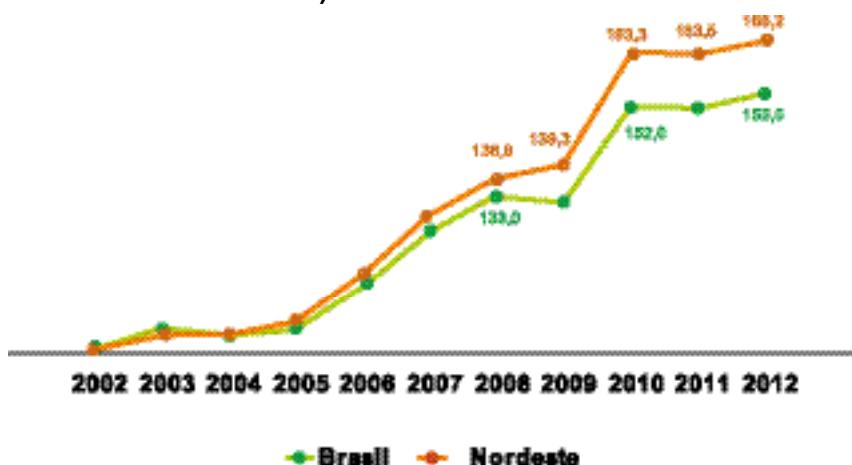
7 Comércio e serviços

Wellington Santos Damasceno

Economista. Mestre em Economia

O setor de comércio e serviços é expressivo no Nordeste, registrando forte expansão nos últimos anos. O Valor Adicionado Bruto (VAB) desse segmento na Região obteve uma evolução superior à média nacional no período de 2002 a 2012, conforme os dados disponíveis mais recentes. Enquanto no Brasil o crescimento em termos reais foi de 55,0%, no Nordeste o crescimento alcançou 66,2% no período estudado (Gráfico 1).

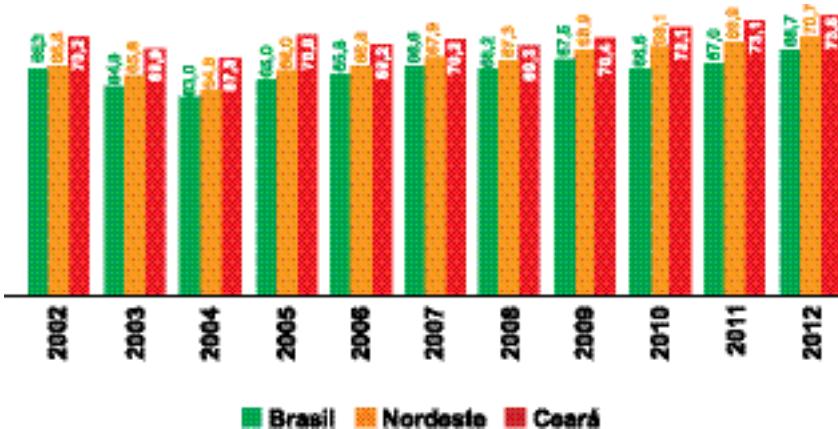
Gráfico 1 – Evolução do VAB - Comércio e serviços - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Especificamente no Ceará, o valor adicionado para comércio e serviços correspondia a 70,2% do VAB da economia do Estado em 2002. Essa relação ampliou-se para 73,8% em 2012, participação superior às médias nacional e regional que representavam no mesmo ano, 68,7% e 70,7% respectivamente (Gráfico 2).

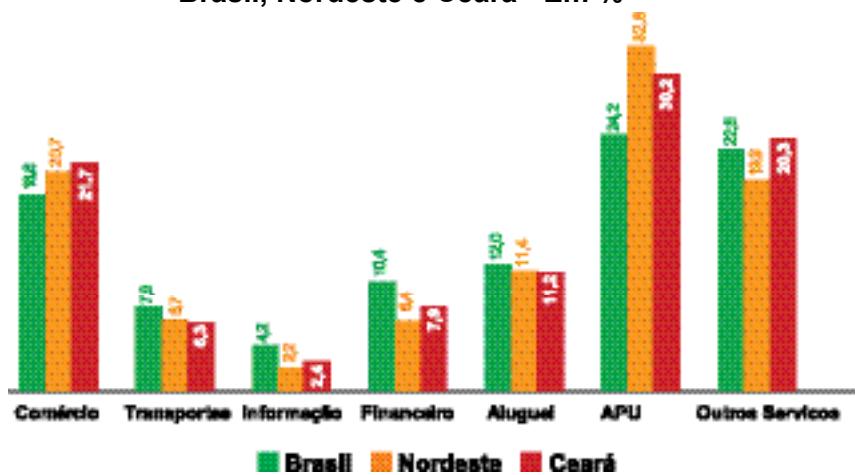
Gráfico 2 – Participação do VAB - Comércio e serviços na economia - Brasil, Nordeste e Ceará - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A Administração Pública (APU) é expressiva no Ceará, tendo representado 30,2% do total do setor de comércio e serviços em 2012. No Nordeste e no Brasil a participação foi de 32,6% e 24,2%, respectivamente, nesse mesmo ano (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição VAB - Comércio e serviços por atividade - Brasil, Nordeste e Ceará - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: transportes referem-se a transportes, armazenagem e correios; informação compreende serviços de informação e comunicação; financeiro trata-se de

intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; aluguel representa atividades imobiliárias e aluguéis; e APU significa administração, saúde e educação pública e seguridade social.

Conforme dados do IBGE, o Ceará possui 15,9% da população do Nordeste. O Estado, conforme dados mais recentes das Contas Regionais, participa com 15,1% do VAB do Nordeste. Por sua vez, o comércio e os serviços do Estado representam 15,7% do VAB desse setor em termos regionais (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores selecionados em 2012

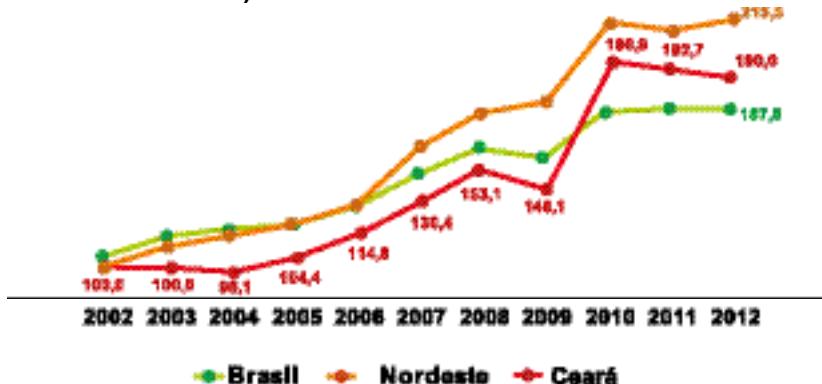
Participação (%) da população do Ceará no Nordeste	15,99
Participação (%) do VAB de comércio e serviços do Ceará no VAB do setor do Nordeste	15,75
Participação (%) do VAB do Ceará no VAB do Nordeste	15,10

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

7.1 Comércio

O VAB do comércio do Ceará obteve crescimento semelhante à média brasileira e inferior à média nordestina no período de 2002 a 2012. O valor adicionado no Estado cresceu 90,0%, enquanto que no Nordeste o incremento foi de 115,5%. No Brasil, a evolução foi de 87,8% no mesmo período (Gráfico 4).

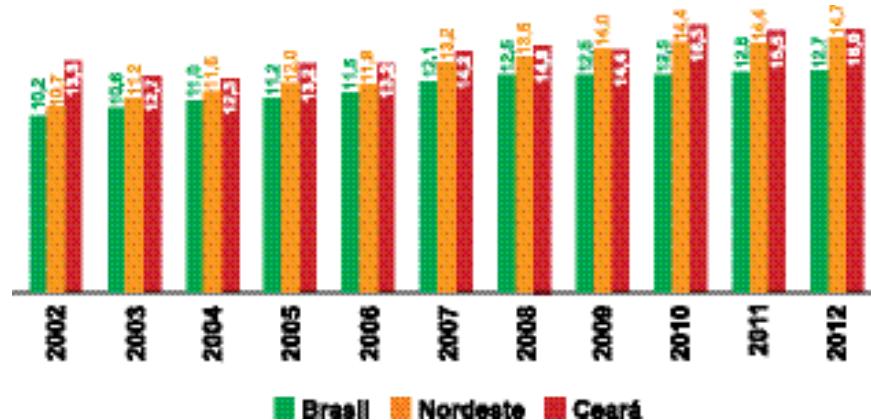
Gráfico 4 – Evolução do VAB do comércio - (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

A participação do comércio no Valor Adicionado Bruto do Nordeste cresceu de 10,7% em 2002 para 14,7% em 2012. No Ceará, essa atividade obteve uma participação superior, crescendo de 13,3% em 2002 para 16,0% em 2012. No Brasil essa participação foi de 12,7% em 2012 (Gráfico 5).

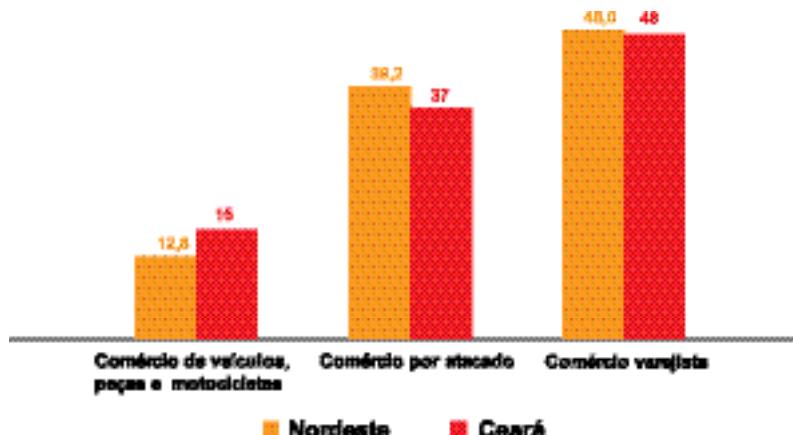
Gráfico 5 – Participação do VAB - Comércio - Brasil, Nordeste e Ceará - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

O comércio varejista participa com 48,0% do total do comércio do Nordeste. No Ceará, essa representatividade também alcançou 48,0%, seguido do comércio atacadista com 37,0% e comércio de veículos, motos e peças com 15,0% do total da receita bruta do setor em 2012 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição da receita bruta de revenda e comissões do Nordeste e Ceará por atividade em 2012 - Em %



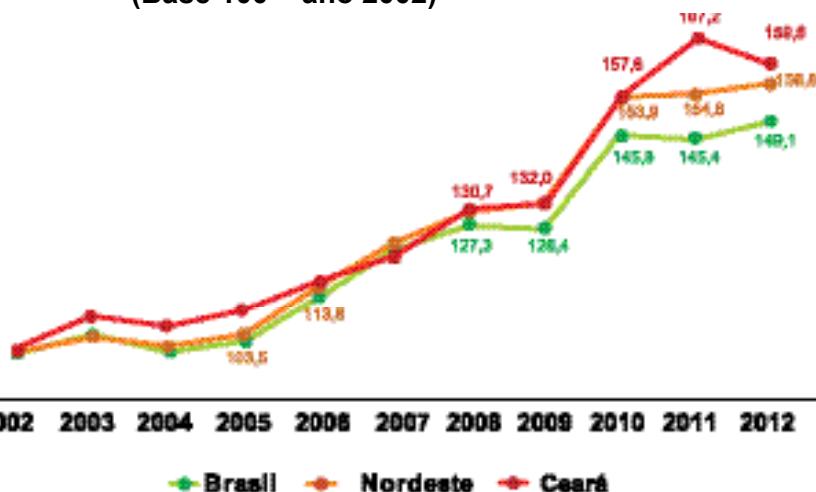
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2012).

7.2 Serviços

O valor adicionado pelos serviços à economia do Ceará, exclusive comércio, obteve crescimento superior ao desempenho regional e nacional no período de 2002 a 2012. Em termos reais, o valor adicionado cresceu 59,8% no Ceará, enquanto que no Nordeste e Brasil, os aumentos foram de 56,8% e 49,1%, respectivamente (Gráfico 7).

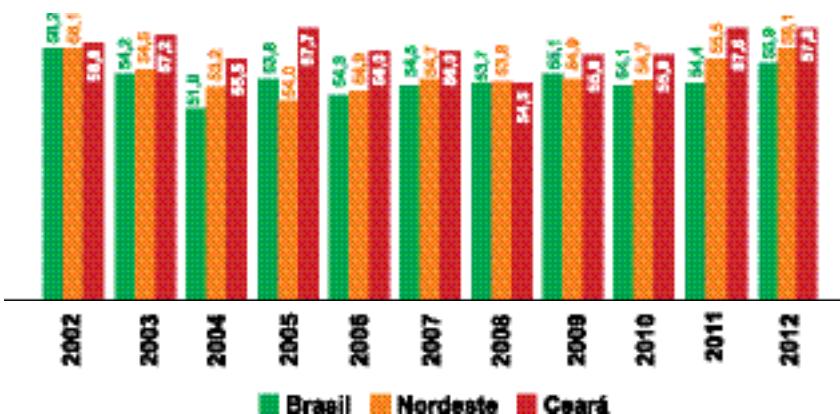
A participação dos serviços, exclusive comércio, no VAB estadual registrou ampliação de 56,9% em 2002 para 57,8% em 2012, enquanto que no Nordeste essa relação não se alterou nos anos estudados. No Brasil, a participação obteve uma pequena redução de 56,2% para 55,9% no mesmo período.

Gráfico 7 – Evolução do VAB - Serviços exclusive comércio – (Base 100 = ano 2002)



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

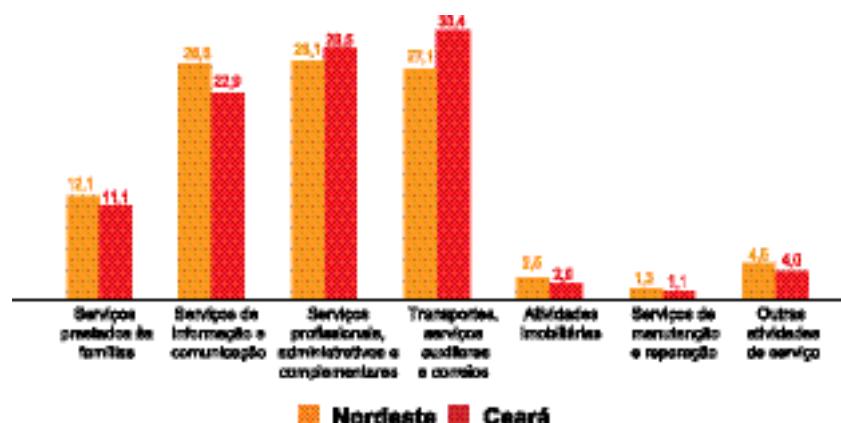
Gráfico 8 – Participação dos serviços no VAB - Brasil, Nordeste e Ceará - Exclusive comércio



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Em termos de receitas, os serviços de transportes e auxiliares são mais expressivos no Ceará, seguidos pelos serviços de informação e comunicação e pelos serviços profissionais e administrativos (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição da receita bruta de prestação de serviços não financeiros do Nordeste e Ceará por atividade em 2011 - Em%



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2011).

7.3 Considerações finais

O setor de comércio e serviços registrou crescimento no Ceará nos últimos anos, tendo alcançado 73,8% da economia estadual em 2012. As atividades da administração pública ainda são representativas com quase 30,2% do VAB comércio e serviços do Estado em 2011.

Em termos gerais, o comércio no Ceará cresceu em valores próximos à média regional e acima da média nacional de 2002 a 2012. O comércio cresceu 90,0% e o restante dos serviços cresceram 59,8%, evolução semelhante à nordestina e, portanto, superior quando comparado com o Brasil.

A participação do comércio cresceu de 13,3% para 16,0% no VAB do Estado de 2002 a 2012, com destaque para o comércio varejista que representou 48,0% de todo o comércio em 2012.

As demais atividades de serviços, exceto comércio, ganharam participação no Estado, mas mantiveram participação inferior às médias regional e nacional. O VAB Serviços, exceto comércio, representou 57,8% do VAB estadual em 2012, enquanto que no Nordeste e no Brasil as relações alcançaram 56,1% e 55,9%, respectivamente.

8 Fluxos do comércio interestadual

Francisco Raimundo Evangelista

Engenheiro Agrônomo. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Economista. Mestre em Administração de Empresas

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Paulo André Almeida Lopes

Graduando em Economia. Bolsista de Nível Superior

O presente capítulo foi elaborado a partir de dados gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Referida matriz constitui-se em uma ferramenta utilizada em análises econômicas, pois mostra como os setores estão relacionados entre si, ou seja, quais segmentos suprem os outros de serviços e produtos e quais atividades compram das demais. Assim, a Matriz de Insumo-Produto apresenta uma perspectiva sobre o funcionamento da economia, revelando inclusive a interdependência entre as diversas atividades que compõem o sistema econômico de um determinado território.

A Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, construída pelo Banco do Nordeste em parceria com a Universidade de São Paulo, utiliza dados das contas regionais e nacionais de 2009, que por sua vez são elaboradas e divulgadas pelo IBGE. A Matriz tem um recorte de 82 setores.

É importante assinalar que, embora o quadro socioeconômico dos Estados do Nordeste tenha apresentado consideráveis mudanças na última década, as transformações na estrutura produtiva de um determinado território costumam ocorrer somente a médio ou no longo prazo. Nesse sentido, considera-se relevante a análise aqui apresentada e embasada nas contas regionais e nacionais de 2009.

O capítulo está dividido em quatro partes. Inicialmente, detalham-se as compras realizadas pelo Ceará em termos de insumos intermediários. Em seguida, apresentam-se as vendas de insumos intermediários realizadas por esse Estado. A terceira parte sintetiza o balanço de compras e vendas realizadas. Finaliza-se o texto com uma análise sobre a agregação de valor por parte da economia cearense.

8.1. Compras de insumos intermediários

Os insumos intermediários são representados pelos bens e serviços utilizados para alimentar a produção setorial do Ceará, podendo ser constituídos por matérias-primas, peças, partes, componentes ou mesmo produtos acabados e serviços que entram na composição de determinado setor produtivo.

É importante ressaltar que os resultados apresentados referem-se a compras de insumos intermediários. O Ceará produz bens finais que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada nesse trabalho. Também, não são computadas as importações de fora do País.

Conforme os dados da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados, o total das compras do Ceará com insumos intermediários totalizou R\$ 34,7 bilhões em 2009. A maior parte das compras foi oriunda do próprio estado do Ceará, ou seja, R\$ 19,0 bilhões ou 54,8% do total das aquisições realizadas. Isto implica dizer que o Ceará adquiriu R\$ 15,7 bilhões das outras Unidades Federativas nesse mesmo ano.

O estado de São Paulo foi um dos principais fornecedores para o Ceará com R\$ 5,4 bilhões no ano estudado. Seguem Minas Gerais com R\$ 1,6 bilhão, Rio de Janeiro com R\$ 1,4 bilhão, Rio Grande do Sul com R\$ 1,0 bilhão e Paraná com R\$ 835,2 milhões. Portanto, a economia cearense possui vínculos comerciais mais expressivos com alguns Estados do Sudeste e Sul em comparação com os vizinhos do Nordeste (Tabela 1).

A indústria aparece como a mais relevante em termos de compras no Estado, correspondendo a R\$ 16,7 bilhões ou 48,2% do total das aquisições cearenses. O principal fornecedor foi o pró-

prio Estado do Ceará, com R\$ 6,8 bilhões. Portanto, a indústria do Ceará adquiriu um total de R\$ 9,9 bilhões das demais Unidades Federativas com destaque para São Paulo (R\$ 2,8 bilhões), Minas Gerais (R\$ 994,3 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 888,6 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 688,9 bilhão) e Paraná (R\$ 575,0 milhões).

Os serviços representam o segundo setor mais representativo em termos de compras, isto é, R\$ 16,7 bilhões, com destaque para as aquisições realizadas no próprio Ceará (R\$ 11,6 bilhões). Assim, o setor de serviços cearense comprou R\$ 5,1 bilhões de outros Estados, especialmente de São Paulo (R\$ 2,4 bilhões), Minas Gerais (R\$ 463,4 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 440,0 milhões), Pernambuco (R\$ 294,5 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 288,7 milhões).

A agropecuária cearense adquiriu R\$ 1,2 bilhão de insumos intermediários em 2009, dos quais R\$ 614,7 milhões foram provenientes do próprio Estado e R\$ 620,3 milhões das demais Unidades Federativas do País. Os principais vendedores foram São Paulo (R\$ 175,0 milhões), Minas Gerais (R\$ 94,4 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 62,7 milhões), Paraná (R\$ 55,0 milhões) e Bahia (R\$ 38,9 milhões).

Tabela 1 – Origem das compras de insumos por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total	%
		Valor		Valor		Valor		Valor	
Nordeste		737,9	59,7	8.780,2	52,5	12.374,0	74,0	21.892,0	63,1
AL	2,8	0,2	106,3	0,6	21,0	0,1	130,1	0,4	
BA	38,9	3,2	478,9	2,9	206,2	1,2	724,0	2,1	
CE	614,7	49,8	6.848,7	40,9	11.569,9	69,2	19.033,3	54,8	
MA	21,4	1,7	221,0	1,3	62,4	0,4	304,8	0,9	
PB	11,6	0,9	271,0	1,6	106,8	0,6	389,4	1,1	
PE	19,5	1,6	474,0	2,8	294,5	1,8	788,0	2,3	
PI	15,9	1,3	148,5	0,9	41,8	0,3	206,2	0,6	
SE	7,6	0,6	100,3	0,6	17,1	0,1	125,1	0,4	
RN	5,4	0,4	131,7	0,8	54,1	0,3	191,2	0,6	
Sudeste	299,1	24,2	4.869,0	29,1	3.330,9	19,9	8.499,0	24,5	
ES	5,3	0,4	173,1	1,0	59,3	0,4	237,7	0,7	
MG	94,4	7,6	994,3	5,9	463,4	2,8	1.552,1	4,5	
RJ	24,4	2,0	888,6	5,3	440,0	2,6	1.353,0	3,9	
SP	175,0	14,2	2.813,1	16,8	2.368,2	14,2	5.356,3	15,4	

continua...

continuação

Norte	21,7	1,8	613,4	3,7	213,6	1,3	848,7	2,4
AC	1,6	0,1	8,1	0,0	4,9	0,0	14,7	0,0
AP	1,3	0,1	13,7	0,1	1,9	0,0	16,9	0,0
AM	7,0	0,6	108,0	0,6	135,1	0,8	250,1	0,7
PA	6,1	0,5	322,5	1,9	38,5	0,2	367,2	1,1
RO	2,1	0,2	53,1	0,3	9,8	0,1	65,0	0,2
RR	0,3	0,0	4,2	0,0	2,7	0,0	7,2	0,0
TO	3,3	0,3	103,8	0,6	20,5	0,1	127,6	0,4
Centro-Oeste	41,2	3,3	775,9	4,6	187,0	1,1	1.004,1	2,9
DF	1,3	0,1	25,1	0,1	30,7	0,2	57,1	0,2
GO	16,1	1,3	302,3	1,8	75,1	0,4	393,5	1,1
MT	18,9	1,5	329,5	2,0	49,2	0,3	397,6	1,1
MS	4,9	0,4	119,0	0,7	31,9	0,2	155,9	0,4
Sul	135,2	10,9	1.698,2	10,1	625,4	3,7	2.458,7	7,1
PR	55,0	4,5	575,0	3,4	205,2	1,2	835,2	2,4
SC	17,4	1,4	434,3	2,6	131,5	0,8	583,2	1,7
RS	62,7	5,1	688,9	4,1	288,7	1,7	1.040,3	3,0
Total	1.235,0	100,0	16.736,8	100,0	16.730,8	100,0	34.702,6	100,0

Fonte: BNBETENE.

As quinze principais atividades compradoras do Ceará em 2009 estão especificadas na Tabela 2. Referidas atividades responderam por R\$ 21,8 bilhões das compras realizadas, ou seja, por 62,7% do total das aquisições do Estado. Desses R\$ 21,8 bilhões obtidos por essas 15 atividades, R\$ 12,2 bilhões foram adquiridos no próprio Estado do Ceará e R\$ 9,6 bilhões foram comprados nas demais Unidades Federativas.

Dessas quinze atividades, nove são do setor de serviços (administração pública, serviços de informação, comércio varejista, intermediação financeira, serviços de alimentação, educação pública, transporte de carga e correios, comércio atacadista e saúde pública), que foram responsáveis por R\$ 12,7 bilhões de compras.

As seis atividades restantes advêm do setor industrial (construção civil, artefatos de couro e calçados, beneficiamento de outros produtos vegetais, distribuição de energia elétrica, artigos do vestuário e acessórios e têxteis), que compraram R\$ 9,1 bilhões. Quanto às atividades do setor agropecuário, nenhuma delas compareceu na classificação utilizada.

Tabela 2 – Principais atividades compradoras de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Administração Pública e Seguridade Social	2.803,7	8,1	8,1
2	Construção	2.252,5	6,5	14,6
3	Artefatos de couro e calçados	1.869,3	5,4	20,0
4	Beneficiamento de outros produtos vegetais	1.614,1	4,7	24,6
5	Comércios varejista	1.611,2	4,6	29,3
6	Serviços de Informação	1.463,8	4,2	33,5
7	Intermediação financeira e seguros	1.401,6	4,0	37,5
8	Distribuição de energia elétrica	1.260,6	3,6	41,1
9	Serviços de alimentação	1.167,3	3,4	44,5
10	Artigos do vestuário e acessórios	1.099,3	3,2	47,7
11	Educação pública	1.077,7	3,1	50,8
12	Transporte de carga e correios	1.057,2	3,0	53,8
13	Comércio atacadista	1.054,0	3,0	56,9

continua...

14	Saúde pública	1.036,4	3,0	59,8
15	Têxteis	1.003,6	2,9	62,7
16	Demais 67 setores	12.930,2	37,3	100,0
	Total	34.702,6	100,0	

Fonte: BNB/ETENE.

8.2 Vendas de insumos intermediários

A economia cearense vendeu R\$ 30,3 bilhões em termos de insumos intermediários a diferentes segmentos produtivos do País em 2009. O principal destino desses bens foi o próprio estado do Ceará, R\$ 19,0 bilhões ou 62,8% do total das vendas. Assim, o Ceará comercializou R\$ 11,3 bilhões com as demais Unidades Federativas em 2009.

O estado de São Paulo absorveu R\$ 3,4 bilhões ou 11,3% do total vendido pelos setores produtivos cearenses. Seguem Minas Gerais que comprou R\$ 801,3 milhões, Rio Grande do Sul com R\$ 794,0 milhões, Rio de Janeiro com R\$ 701,0 milhões e Distrito Federal com R\$ 604,0 milhões (Tabela 3).

Em termos setoriais, os serviços foram o principal fornecedor de insumos intermediários com R\$ 15,6 bilhões, seguido do setor da indústria com R\$ 13,0 bilhões e da agropecuária com R\$ 1,6 bilhão.

O próprio estado do Ceará é o principal destino dos insumos intermediários provenientes dos serviços, tendo totalizado R\$ 12,9 bilhões, enquanto que R\$ 2,7 bilhões foram comercializados para as demais Unidades Federativas. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 831,4 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 244,7 milhões), Minas Gerais (R\$ 223,5 milhões), Distrito Federal (R\$ 194,2 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 164,8 milhões).

Em termos de indústria, o próprio estado do Ceará absorveu R\$ 5,7 bilhões de insumos intermediários, enquanto que R\$ 7,3 bilhões foram vendidos para outros Estados. Os principais compradores foram São Paulo (R\$ 2,2 bilhões), Minas Gerais (R\$ 537,0 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 485,1 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 436,0 milhões) e Distrito Federal (R\$ 420,4 milhões).

Já a agropecuária vendeu R\$ 444,1 milhões para o próprio Ceará e R\$ 1,2 bilhão para as demais Unidades Federativas. Os principais destinos dos insumos intermediários provenientes da agropecuária foram São Paulo (R\$ 412,7 milhões), Santa Catarina (R\$ 180,3 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 144,0 milhões), Paraná (R\$ 111,9 milhões) e Goiás (R\$ 54,5 milhões).

Verifica-se, portanto, que o setor produtivo do Ceará tem conexões comerciais mais expressivas com estados do Sul, Sudeste e o Distrito Federal em comparação com os vizinhos do Nordeste.

Tabela 3 – Destino das vendas de insumos intermediários por grandes setores - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Região	UF	Agropecuária Valor	%	Indústria		Servicos Valor	%	Total Valor	%
				Valor	%				
Nordeste	AL	566,3	34,5	7.193,5	55,3	13.472,7	86,2	21.232,6	70,1
	BA	3,7	0,2	61,0	0,5	15,7	0,1	80,3	0,3
	CE	25,2	1,5	391,1	3,0	134,3	0,9	550,5	1,8
	MA	444,1	27,0	5.694,5	43,7	12.894,8	82,5	19.033,3	62,8
	PB	5,7	0,3	164,8	1,3	39,5	0,3	210,0	0,7
	PE	9,9	0,6	144,1	1,1	46,1	0,3	200,1	0,7
Sudeste	PI	33,2	2,0	242,9	1,9	111,4	0,7	387,6	1,3
	SE	13,3	0,8	122,2	0,9	72,8	0,5	208,3	0,7
	RN	2,9	0,2	52,2	0,4	29,6	0,2	84,7	0,3
	ES	28,4	1,7	320,7	2,5	128,6	0,8	477,8	1,6
	MG	481,4	29,3	3.288,4	25,3	1.325,3	8,5	5.095,1	16,8
	RJ	7,7	0,5	150,2	1,2	25,6	0,2	183,5	0,6
Sul	SP	40,8	2,5	537,0	4,1	223,5	1,4	801,3	2,6
		20,2	1,2	436,0	3,3	244,7	1,6	701,0	2,3
		412,7	25,1	2.165,2	16,6	831,4	5,3	3.409,2	11,3

continua...

continuação

Norte	AC	24,1	1,5	472,4	3,6	155,6	1,0	652,1	2,2
	AP	0,5	0,0	12,5	0,1	2,3	0,0	15,3	0,1
	AM	0,8	0,0	15,1	0,1	4,0	0,0	19,9	0,1
	AM	3,1	0,2	161,2	1,2	86,6	0,6	250,9	0,8
	PA	14,1	0,9	205,1	1,6	41,0	0,3	260,1	0,9
	RO	3,0	0,2	32,6	0,3	7,0	0,0	42,6	0,1
	RR	0,3	0,0	8,8	0,1	2,8	0,0	11,9	0,0
	TO	2,3	0,1	37,1	0,3	11,9	0,1	51,3	0,2
Centro-Oeste	DF	135,0	8,2	895,6	6,9	319,1	2,0	1.349,7	4,5
	GO	9,4	0,6	420,4	3,2	194,2	1,2	624,0	2,1
	MT	54,5	3,3	237,6	1,8	45,1	0,3	337,1	1,1
	MS	52,8	3,2	115,8	0,9	59,8	0,4	228,4	0,8
	Sul	18,4	1,1	121,7	0,9	20,1	0,1	160,2	0,5
	PR	436,2	26,5	1.167,5	9,0	356,4	2,3	1.960,1	6,5
	SC	111,9	6,8	377,5	2,9	108,5	0,7	597,9	2,0
	RS	180,3	11,0	304,9	2,3	83,1	0,5	568,3	1,9
	Total	1.643,0	100,0	13.017,4	100,0	15.629,2	100,0	30.289,6	100,0

Fonte: BNB/ETENE.

Considerando o detalhamento dos 82 setores gerados pela Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, constata-se que apenas 15 segmentos são responsáveis por 72,2% ou R\$ 21,9 bilhões das vendas cearenses de insumos intermediários. Os demais 67 setores responderam por R\$ 8,4 bilhões do restante das vendas (Tabela 4). As 15 atividades especificadas na Tabela 4 venderam R\$ 15,3 bilhões no próprio Ceará e R\$ 6,5 bilhões para as demais Unidades Federativas.

Tabela 4 – Principais setores fornecedores de insumos intermediários - 2009 - (R\$ milhões correntes)

Ordem	Setores	Valor	%	% Acum.
1	Comércio atacadista	3.731,6	12,3	12,3
2	Serviços prestados às empresas	2.643,0	8,7	21,0
3	Intermediação financeira e seguros	2.505,4	8,3	29,3
4	Serviços de informação	2.104,1	6,9	36,3
5	Transporte de carga e correios	1.837,8	6,1	42,3
6	Têxteis	1.403,7	4,6	47,0
7	Distribuição de energia elétrica	1.165,7	3,8	50,8
8	Água, esgoto e serviços de limpeza urbana	1.063,7	3,5	54,3
9	Beneficiamento de outros produtos vegetais	914,1	3,0	57,3
10	Serviços Imobiliários e aluguel	825,4	2,7	60,1
11	Bebidas	810,1	2,7	62,7
12	Gás encanado	779,8	2,6	65,3
13	Construção	779,5	2,6	67,9
14	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	684,7	2,3	70,2
15	Refino de petróleo e coque	628,3	2,1	72,2
16	Demais 67 setores	8.412,8	27,8	100,0
	Total	30.289,6	100,0	

Fonte: BNB/ETENE.

Desses quinze setores, nove são atividades relacionadas com a indústria, cinco pertencem aos serviços e somente um faz parte da agropecuária. As atividades da indústria são têxteis, distribuição de energia elétrica, água, esgoto e serviços de limpeza urbana, beneficiamento de outros produtos vegetais, bebidas, gás encanado, construção, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e refino de petróleo e coque, que em conjunto foram responsáveis por 27,2% ou R\$ 8,2 bilhões das vendas intermediárias do Ceará.

As principais atividades dos serviços, explicitadas na Tabela 4, por sua vez, responderam por 45,1% ou R\$ 13,6 bilhões das vendas, isto é, comércio atacadista, serviços prestados às empresas, intermediação financeira e seguros, serviços de informação, transporte de carga e correios, serviços imobiliários e aluguel. Quanto às principais atividades do setor agropecuário, nenhuma se destacou na classificação utilizada.

8.3 Balanço das compras e vendas

As compras interestaduais do Ceará com insumos intermediários somaram R\$ 15,7 bilhões, enquanto que as vendas interestaduais totalizaram R\$ 11,3 bilhões, implicando um saldo comercial negativo com as demais Unidades Federativas de R\$ 4,4 bilhões em 2009.

É importante ressaltar que os resultados referem-se à movimentação (compras e vendas) de insumos intermediários. O Ceará produz e vende bens finais, que se destinam ao consumo das famílias ou ao investimento das empresas, itens da demanda final, também registrada na Matriz de Insumo-Produto, mas não analisada aqui. Além disso, as famílias, empresas e o setor público do Ceará adquirem bens finais provenientes de outras Unidades Federativas.

Portanto, a economia cearense apresentou resultado negativo no relacionamento comercial com as demais Unidades Federativas do País. O Estado mostrou-se superavitário somente em relação à Região Centro-Oeste (R\$ 0,3 bilhão), e deficitária em relação ao Norte (R\$ 0,2 bilhão de saldo), Nordeste (R\$ 0,6 bilhão), Sul (R\$ 0,5 bilhão) e Sudeste (R\$ 3,4 bilhões).

Os serviços venderam R\$ 2,7 bilhões, e compraram R\$ 5,1 bilhões de outras Unidades Federativas, implicando um déficit de R\$ 2,4 bilhões. A indústria apresentou déficit de R\$ 2,6 bilhões ao Estado, resultado das vendas de R\$ 7,3 bilhões e compras de R\$ 9,9 bilhões. Somente a agropecuária apresentou um resultado superavitário, com R\$ 0,6 bilhão, pois vendeu R\$ 1,2 bilhão e adquiriu R\$ 620,3 milhões.

Assim, o resultado positivo da agropecuária não foi suficiente para cobrir o déficit apresentado pela indústria e serviços, ocasionando um saldo comercial negativo de R\$ 4,4 bilhões. É possível

concluir que o setor produtivo cearense é um importante comprador de insumos intermediários de diferentes segmentos produtivos do País.

8.4 Análise da Agregação de Valor

A presente seção traz algumas considerações sobre a agregação de valor na economia cearense. Inicialmente, é importante esclarecer alguns conceitos. O valor da produção de um determinado setor diz respeito ao preço de mercado do bem ou serviço gerado multiplicado pela quantidade produzida. O valor adicionado refere-se ao valor da produção subtraído pelo consumo intermediário, ou seja, o valor adicionado é o valor da produção retirando-se os bens e serviços que foram adquiridos de outros segmentos e que foram utilizados no processo produtivo.

O pessoal ocupado abrange todos aqueles que trabalham na atividade, incluindo proprietários e sócios, pessoas da família que exercem algum ofício na empresa sem remuneração, inclusive a mão de obra informal, isto é, sem carteira de trabalho assinada.

Analizando-se a Tabela 5 verifica-se que o setor de serviços é preponderante na economia cearense tanto em termos de geração de ICMS, remunerações, valor adicionado, valor da produção e pessoal ocupado. A indústria detém o segundo posto quanto aos itens citados anteriormente, exclusive pessoal ocupado. Enquanto que a agropecuária é o segundo setor no que se refere a pessoal ocupado e o terceiro quanto aos outros itens mencionados antes.

A relação valor adicionado/valor da produção é mais expressiva em serviços (66,90%), pois esse segmento adquire menor quantidade de insumos em comparação com os demais setores. A agropecuária e a indústria ocupam o segundo e terceiro postos nesse indicador, respectivamente.

Os serviços tem a maior relação remuneração/valor adicionado, vindo a seguir a indústria e a agropecuária. Quanto à relação valor adicionado/pessoal ocupado, os serviços (R\$ 17.918,33) apresentaram o maior valor, acompanhado pela indústria (R\$ 16.355,14), estando o indicador da agropecuária distante dos demais (R\$ 2.540,46).

Tabela 5 – Valor adicionado e valor da produção por grandes setores - 2009 – (R\$ milhões correntes)

Indicadores	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviço	%	Total
Imposto de importação	2,98	2,63	90,67	80,15	19,48	17,22	113,12
ICM	74,93	3,38	964,87	43,55	1.175,87	53,07	2.215,67
IPI	1,23	1,71	34,84	48,35	35,99	49,94	72,06
Outros impostos indiretos líquidos	38,64	3,33	554,45	47,75	567,94	48,92	1.161,03
Remunerações	682,43	2,27	5.641,44	18,80	23.677,84	78,92	30.001,71
"Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto"	2.253,75	8,29	8.248,61	30,34	16.688,74	61,38	27.191,09
Valor adicionado bruto	2.936,18	5,13	13.890,05	24,29	40.366,57	70,58	57.192,80
Valor da produção	4.412,59	4,46	34.200,47	34,56	60.335,24	60,98	98.948,30
Pessoal ocupado	1.155,766	27,14	849,277	19,95	2.252,809	52,91	4.257,852
Valor adicionado/Valor da produção (%)	66,54		40,61		66,90		57,80
Remunerações/Valor adicionado (%)	23,24		40,62		58,66		52,46
Valor adicionado/Pessoal ocupado	2.540,46		16.355,14		17.918,33		13.432,31

Fonte: BN/ETENE.

Nota: pessoal ocupado em unidades.

Finalmente, a Tabela 6 apresenta as quinze atividades que mais contribuem com pessoal ocupado e valor adicionado. As atividades agropecuárias, o comércio, a construção civil e os serviços empregam significativo contingente de pessoas, o mesmo ocorrendo com a geração de valor adicionado.

O Ceará apresentou déficit de R\$ 4,4 bilhões na relação comercial com as demais Unidades Federativas do País em 2009. O Estado mostrou-se superavitário somente em relação à região Centro-Oeste, sendo deficitário com os demais estados do Nordeste, além do Norte, Sudeste e Sul.

A indústria foi o setor que proporcionou o maior volume de compras, vendas e *déficit* comercial. Os serviços obtiveram o segundo volume de compras, vendas e *déficit* comercial. A agropecuária movimentou os menores valores dentre os três setores, tendo, contudo, registrado *superávit* comercial.

Os segmentos da administração pública, construção civil além de artefatos de couros e calçados realizaram substanciais compras de insumos. A cana de açúcar, o comércio atacadista e a energia elétrica, por sua vez, destacaram-se pelo volume de vendas realizadas.

Apesar das recentes transformações socioeconômicas, a exemplo do surgimento de modernos segmentos empresariais, tais quais a fruticultura, os parques eólicos, siderúrgicas, além de um moderno setor de comércio e serviços, a análise do fluxo comercial interestadual e da agregação de valor permitem concluir que a base econômica do Ceará necessita ser fortalecida nos três setores econômicos. Parte da produção agropecuária ainda se destina ao autoconsumo e subsistência, enquanto que a indústria ainda é formada por segmentos tradicionais, embora novos investimentos tenham surgido em anos recentes. A administração pública e o comércio são preponderantes no setor de serviços.

Tabela 6 – Principais atividades geradoras de pessoal ocupado e valor adicionado - 2009 (R\$ milhões correntes)

Atividades	Pessoal ocupado	Atividades	Valor adicionado
Comércios varejista	523.817	Administração pública e seguridade social	6.726,98
Outras culturas/extrativismo vegetal	432.356	Comércios varejista	4.885,57
Serviços domésticos	300.398	Serviços imobiliários e aluguel	4.515,62
Fruticultura	297.648	Educação pública	4.471,17
Construção	245.540	Comércio atacadista	3.395,10
Artigos do vestuário e acessórios	205.425	Construção	3.102,96
Comércio atacadista	190.486	Intermediação financeira e seguros	2.947,48
Educação pública	185.510	Serviços prestados às empresas	2.158,90
Outros serviços	174.359	Saúde pública	2.033,03
Administração pública e seguridade social	166.008	Serviços de informação	1.337,17
Aves	159.377	Artefatos de couro e calçados	1.272,49
Milho	155.418	Água, esgoto e serviços de limpeza urbana	1.267,18
Serviços de alimentação	148.654	Transporte de carga e correios	1.256,87
Serviços prestados às empresas	136.664	Outros serviços	1.164,87
Artefatos de couro e calçados	134.055	Artigos do vestuário e acessórios	1.066,65

Fonte: BNB/ETENE.

Nota: pessoal ocupado em unidades.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sistema inter-regional de insumo-produto do Nordeste**. Fortaleza, 2014.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo produto do Nordeste e Estados**: metodologia e resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

9 Turismo

Airton Saboya Valente Junior

Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico

Iara Amaral Lourenço

Graduanda em Economia. Bolsista de Nível Superior

O Ceará possui uma trajetória de incentivo ao turismo e atualmente vem trabalhando de forma integrada e articulada na implantação de políticas públicas, na consolidação dos polos e atividades turísticas, além da promoção e divulgação do Estado como destino de ócio, lazer e centro de negócios regional.

Tendo em vista contar com um extenso território, além de uma diversificada base de recursos naturais, históricos e culturais, o Ceará vem consolidando diferentes segmentos e nichos turísticos, a exemplo do sol e praia, negócios e eventos, ecológico e rural, esporte e aventura, científico, cultural e religioso.

Segundo a Secretaria de Turismo do Ceará, a ampla diversidade de atrações de lazer contempla as diferentes paisagens naturais do Estado, ou seja, o litoral, a serra e o sertão. Assim, os principais polos turísticos são Fortaleza, o Litoral Leste, o Litoral Oeste, as Serras, o Cariri e o Sertão (CEARÁ, 2014).

Fortaleza possui 25 km de orla marítima, destacando-se as praias de Iracema, Futuro, Meireles e Mucuripe. A Capital tem uma moderna infraestrutura de barracas de praia com piscinas, *play ground*, palcos para shows de música e humorismo. O turismo cultural, por sua vez, inclui a catedral, teatros e centros de eventos, além do mercado central que comercializa artesanatos e artigos produzidos localmente.

A cidade oferece rico patrimônio histórico e de monumentos além de modernas edificações dispondo de infraestrutura receptiva, com hotéis, bares e restaurantes, centros de lazer noturno, agências de viagens, aeroporto internacional, porto, terminal rodoviário, vários *shopping centers*, centro de eventos e praças esportivas além de feiras com comidas e artesanato local.

Fortaleza oferece ainda áreas verdes, a exemplo do Parque Ecológico do Rio Cocó, que se constitui em um dos principais pontos do ecoturismo local, além de ser considerado um dos maiores parques em área urbana da América do Sul (CEARÁ, 2014).

O litoral cearense, por sua vez, tem 573 km de extensão, recebendo tanto turistas nacionais quanto internacionais. Possui desde praias urbanizadas a locais ainda preservados, onde o turista pode desfrutar de ócio, esportes náuticos e de uma diversificada culinária com destaque para peixes, crustáceos e frutos do mar.

O Litoral Leste oferece dunas, lagoas e praias, algumas ainda preservadas. Possui praias conhecidas internacionalmente, como Canoa Quebrada, onde se pratica o *surf*. A Prainha e o Porto das Dunas contam com parques aquáticos. As cidades históricas de Aquiraz e Aracati são atrações nesse Polo. O Litoral Oeste, por sua vez, possui diversos locais preservados, a exemplo das praias de Mundaú, Flexeiras e Jericoacoara entre outras.

A Serra de Baturité está situada a cerca de 100 km de Fortaleza constituindo-se em um dos principais destinos do Polo serrano. A região é propícia para usufruir a natureza tendo em vista que existem opções de lazer em termos de pescaria, canoagem, *rappel*, vôo livre, caminhadas, cavalgadas e ciclismo em um ambiente com temperaturas amenas. A Serra da Ibiapaba, por sua vez, conta com o Parque Nacional de Ubajara, possuindo teleférico que conduz o turista à entrada da Gruta de Ubajara, em uma travessia a 535 metros de altura, sendo possível deparar-se com a vista panorâmica da encosta da serra (CEARÁ, 2014).

O Polo Cariri oferece como atrativos as peregrinações religiosas a Juazeiro do Norte, a cultura e música do Crato, as paisagens naturais em Barbalha, e os fósseis de Santana do Cariri e do mistério de Nova Olinda.

O Polo Sertão possui atrativos científicos, esportes radicais e o ecoturismo. No Museu dos Inhamuns, em Tauá, os turistas encontram artefatos pré-históricos. Os praticantes de esportes de aventura encontram locais ideais como voo livre, escalada, rappel e trilhas. Os amantes da natureza, por sua vez, podem usufruir de ecossistemas diversos como a caatinga, o cerrado e a mata seca. O Polo Sertão possui culinária típica destacada, a exemplo da car-

ne de sol com paçoca e macaxeira, o baião de dois, o feijão verde, além de comidas com forte tempero como sarrabulho, a carneirada e a panelada. Destaque ainda para a cachaça, além de doces e bolos, sucos e sorvetes feitos com frutas tropicais.

Considerando o patrimônio natural, histórico e cultural anteriormente especificados, a oferta hoteleira estadual tem se expandido, tendo alcançado 346 meios de hospedagem, 12.861 unidades habitacionais e 29.069 leitos em 2013. O número de restaurantes, bares, cafeteria, locadoras de veículos e transportadoras turísticas também aumentou (BRASIL, 2014).

O desembarque de passageiros nos aeroportos é utilizado como uma *proxy* para se determinar o fluxo turístico. Nesse sentido, a expansão da demanda turística ocorrida no Nordeste beneficiou o estado do Ceará. Assim é que o número de passageiros desembarcados em voos nacionais na Região saltou de 5,5 milhões, em 2003, para 16,0 milhões, em 2013, representando um acréscimo de 192,8% no período (Tabelas 1 e 2). O Nordeste obteve cerca de 18,0% do total de passageiros de voos nacionais em 2013.

Tabela 1 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Ceará e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Ceará	800.615	674.124	126.491	865.643	739.565	126.078
Internacional Fortaleza / Pinto Martins	800.615	674.124	126.491	865.643	739.565	126.078
Nordeste	4.931.449	4.316.191	615.258	5.476.364	4.846.208	630.156

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Especificamente no Ceará, o fluxo de pessoas desembarcadas procedentes de voos nacionais saltou de 865,6 mil, em 2003, para 3,0 milhões em 2013, o que significou um incremento de 251,2% no período (Tabelas 1 e 2).

Tabela 2 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos nacionais - Ceará e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Ceará	3.092.701	3.015.110	77.591	3.040.338	2.969.352	70.986
Internacional Fortaleza / Pinto Martins	2.897.734	2.822.260	75.474	2.847.315	2.778.339	68.976
Juazeiro do Norte / Orlando Bezerra de Menezes	194.967	192.850	2.117	193.023	191.013	2.010
Nordeste	16.157.907	15.683.767	474.140	16.033.800	15.635.891	397.909

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

Em termos de Nordeste, o incremento do desembarque de passageiros procedentes de voos internacionais também foi expressivo, aumentado de 266,0 mil em 2003 para 436,1 mil em 2013, representando aumento de 64,0% nesse período (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Ceará e Nordeste em 2003

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Ceará	77.320	43.843	33.477	79.046	43.223	35.823
Internacional Fortaleza / Pinto Martins	77.320	43.843	33.477	79.046	43.223	35.823
Nordeste	276.049	166.259	109.790	265.971	155.966	110.005

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

O fluxo de voos internacionais também se expandiu na última década no Ceará. Em 2003, foram registrados 79,0 mil passageiros desembarcados no Estado, e em 2013 esse número cresceu para 102,6 mil, uma variação de 29,8% nesse intervalo de tempo (Tabelas 3 e 4).

Tabela 4 – Número de passageiros embarcados e desembarcados em voos internacionais - Ceará e Nordeste em 2013

Aeroportos	Embarques de passageiros			Desembarques de passageiros		
	Total	Tipos de voos		Total	Tipos de voos	
		Regulares	Não regulares		Regulares	Não regulares
Ceará	105.012	96.899	8.113	102.568	97.001	5.567
Internacional Fortaleza / Pinto Martins	105.012	96.899	8.113	102.568	97.001	5.567
Juazeiro do Norte / Orlando Bezerra de Menezes	-	-	-	-	-	-
Nordeste	450.354	422.736	27.618	436.060	412.050	24.010

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Infraero (2014).

A realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa 2014 no Brasil, tendo sido Fortaleza uma das sedes das duas competições, proporcionou uma ampla divulgação da capital cearense no País e no exterior. Os citados megaeventos impulsionaram a realização de investimentos em infraestruturas, em mobilidade urbana, a revitalização de bairros, a construção de equipamentos de esporte e lazer, a exemplo da reforma da Arena Castelão, a modernização do aeroporto de Fortaleza, a construção de um terminal de passageiros no porto da capital, além de inversões na rede hoteleira, nas áreas de telecomunicações, em saúde e segurança pública. O setor turístico do Estado está sendo beneficiado com esse conjunto de ações e investimentos, de forma que os fluxos de visitantes deverão continuar se expandindo nos próximos anos.

A Copa 2014 em Fortaleza

Fortaleza foi beneficiada por um conjunto de obras tendo em vista a realização da Copa 2014, a exemplo da modernização da Arena Castelão e requalificação das vias de acesso do seu entorno, obras no aeroporto e no porto da cidade. O conjunto dessas intervenções deverá trazer impactos positivos para o setor turístico.

O Estádio Castelão foi significativamente remodelado para atender às determinações da FIFA, incluindo a demolição de antigos segmentos. O trabalho foi uma iniciativa do Governo Estadual, através de uma parceria público-privada-PPP, mas com financiamentos de bancos públicos nacionais.

O Consórcio Arena Multiuso Castelão, formado pelas construtoras Galvão Engenharia e Andrade Mendonça, foi responsável pela construção e gestionará o equipamento por oito anos. A capacidade do estádio é de 66 mil expectadores e os investimentos somaram R\$ 518,6 milhões.

O novo complexo, concluído em dezembro de 2012, ganhou um parque de estacionamento subterrâneo e tem agora outras estruturas, tais como área VIP-Very Important Person, centro de imprensa, zona mista e vestiários reformados. Os assentos são agora cobertos, mesmo aqueles na parte inferior, mais próximos do gramado. O projeto inclui, além do Estádio, um centro olímpico com piscinas e instalações esportivas, espaços de lazer, com museu, restaurante e lojas, sendo portanto um equipamento multiuso.

O Castelão abrigou três jogos da Copa das Confederações 2013 e acolheu seis jogos da Copa do Mundo de 2014. O projeto tem a intenção de contribuir para a revitalização do entorno do estádio, que fica a cerca de 10 km do centro da cidade.

Um moderno terminal de passageiros está sendo concluído no Porto de Fortaleza. A obra inclui lojas de conveniência, restaurantes, estacionamento, pátio, pavimentação e urbanização no entorno do equipamento a um custo de R\$ 224,0 milhões. Com essas obras, objetiva-se incrementar o número de cruzeiros marítimos na capital cearense.

O Aeroporto de Fortaleza está sendo reformado para aumentar o atendimento ao fluxo de viajantes de forma que o equipamento terá capacidade para atender a 11,2 milhões de pessoas por ano. O projeto inclui a reforma e ampliação do terminal de passageiros e um pátio de aeronaves além da adequação do sistema viário interno. As inversões totalizaram R\$ 171,1 milhões.

Fonte: Portal da Copa.

Referências

- BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas básicas do turismo.** Brasília, DF, ago. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- CEARÁ. Secretaria de Turismo do Estado. **Turismo.** Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23&Itemid=85>. Acesso em: 22 dez. 2014.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Movimento operacional da Rede Infraero.** Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- PORTAL da Copa. Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014. Serviços: Fortaleza. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/servicos/fortaleza>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

10 Comércio exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Economista. Mestre em Economia

As exportações do Ceará representaram 8,2% do total do Nordeste, em 2013, somando US\$ 1.420,5 milhões, o que representou um acréscimo de 186,9% em comparação com os valores de 2002, que alcançaram US\$ 495,1 milhões. Ressalte-se que as vendas externas do Estado haviam atingido 12,3% do total nordestino em 2000.

A análise das exportações por fator agregado revela a alta participação das vendas de produtos industrializados. Essa classe de produtos respondia por 57,6% do valor das exportações cearenses, em 2000, passando a representar 76,6% em 2013, correspondendo a um incremento de 18,9 pontos percentuais no período. Os produtos básicos que contribuíram com 40,2% das vendas em 2000 passaram a representar 21,2% em 2013 (Tabela 1).

Tabela 1 – Exportação por fator agregado - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Exportação por fator agregado	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Básicos	199.099	40,21	306.220	21,56	53,8
Industrializados	285.199	57,60	1.087.816	76,58	281,4
Semimanufaturados	82.444	16,65	260.506	18,34	216,0
Manufaturados	202.756	40,95	827.310	58,24	308,0
Op. especiais	10.850	2,19	26.428	1,86	143,6
Total	495.098	100,00	1.420.464	100,00	186,9

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Os óleos combustíveis têm se constituído no principal produto de exportação cearense. As vendas, realizadas pela Petrobrás, são destinadas para o abastecimento das embarcações que realizam navegação de longo curso no Porto do Pecém (Tabela 2).

Entretanto, a maior geração de divisas para o Estado foi oriunda do setor calçadista (22,9%), através da venda dos produtos outros calçados cobrindo o tornozelo, parte superior de borracha/plástico (8,1%), calçados de borracha/plástico com parte superior em tiras (6,9%), outros calçados com sola exterior de borracha/plástico/couro (3,0%), outros calçados com sola exterior de couro (1,8%), outros calçados de matéria têxtil, com sola de borracha/plástico (1,3%). Em termos de valor, o Estado é o segundo maior exportador de calçados do Brasil depois do Rio Grande do Sul, sendo contudo o primeiro em número de pares transacionados (51.796 mil pares) (Abicalçados, 2014).

A castanha de caju já foi o principal produto da pauta cearense. No ano de 2000, foram exportadas 28.294 toneladas. Em 2013, foram vendidas 20.957 toneladas. A queda no volume exportado foi motivada pela estiagem que nos últimos anos assolou o Estado e em virtude do aparecimento da praga da mosca branca. Como consequência, a área plantada e a produção de castanha diminuíram.

Tabela 2 – Principais produtos exportados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	137.479	27,77	"Fuel-oil"	239.146	16,84
Outs.couros/peles, de bovino/equídeo, prepars.plena flor	45.530	9,2	Outs.calç.cobr. tornoz.part.sup.borr., plást.	115.408	8,12
Tecido de algodão>=85%,fio color.denim,indigo, p>200g/m ²	42.682	8,62	Castanha de caju, fresca ou seca,sem casca	109.802	7,73
Lagostas congeladas	35.434	7,16	Couros/peles,bovinos,prepars.divid.c/a flor	106.931	7,53
Outros calçados de couro natural	30.993	6,26	Calcados de borracha/plast.c/ parte super.em t	97.627	6,87
Calcados de borracha/plast. c/ parte super. em tiras,etc.	29.489	5,96	Melões frescos	88.714	6,25
Camarões congelados	20.382	4,12	Ceras vegetais	53.030	3,73

continuação

Ceras vegetais	19.561	3,95	Sucos (sumo) de outras frutas,n/ ferment.	42.652	3,00
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif. p/ embarcações	9.661	1,95	Outs.calçads.sol.ext. borr./ plást.couro/nat.	42.569	3,00
Outros calcados de couro natural, cobrindo o tornozelo	8.044	1,62	Partes de outros motores/geradores/ grupos ele	37.825	2,66
Demais produtos	115.843	23,40	Demais produtos	486.760	34,27
Total	495.098	100,00		1.420.464	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Principal destino das exportações cearenses, os Estados Unidos absorvem 18,3% das vendas externas do Estado (Tabela 3), adquirindo, dentre outros produtos, castanha de caju, fresca ou seca, sem casca; sucos (sumo) de outras frutas, não fermentadas; outras lagostas, congeladas, exceto as inteiras e outros calçados com sola exterior de borracha/plástico/couro (Tabela 3).

As empresas Petrobrás (17,7%), Grendene S.A. (13,6%), Agrícola Cajazeira Ltda. (6,7%), JBS S.A. (6,7%) e a Paquetá Calçados S.A. (5,3%) responderam por metade das exportações do Estado em 2013.

Tabela 3 – Principais países de destino das exportações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Estados Unidos	246.196	49,73	Estados Unidos	259.507	18,27
Argentina	45.156	9,12	Países Baixos (Holanda)	133.367	9,39
Itália	26.222	5,3	Antilhas Holandesas	114.943	8,09
Canadá	15.248	3,08	Argentina	101.913	7,17
Países Baixos (Holanda)	12.799	2,59	Cingapura	82.683	5,82
Chile	12.160	2,46	China	62.707	4,41
Espanha	11.100	2,24	Alemanha	61.175	4,31
Paraguai	10.880	2,2	Itália	51.237	3,61
Provisão de navios e aeronaves	10.795	2,18	Reino Unido	49.857	3,51
Portugal	10.784	2,18	Hungria	48.088	3,39
Demais Países	93758	18,94	Demais Países	454.988	32,03
Total	495.098	100,00		1.420.464	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Responsável por 11,9% das importações do Nordeste, as compras externas cearenses passaram de US\$ 717,7 milhões para US\$ 3.301,7 milhões, entre os anos de 2000 a 2013, registrando incremento na despesa de importação de 360,0% (Tabela 4).

Segundo a categoria de uso dos produtos, as aquisições cearenses de bens intermediários concentraram 52,9% das importações em 2013, com destaque para os insumos industriais (41,0%) adquiridos, principalmente, pelas indústrias de alimentos e metalmúrgicas.

Por outro lado, o significativo aumento da importação de bens de capital, no período estudado, reflete os investimentos realizados no Estado na última década.

Em termos de combustíveis e lubrificantes, destacam-se as importações de gás natural liquefeito (matéria prima para a produção de energia nas usinas térmicas) para abastecimento do terminal de regaseificação da Petrobras instalado no Porto do Pecém.

Tabela 4 – Importação por categoria de uso - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

Importação por categoria de uso	2000		2013		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	72.536	10,11	674.580	20,43	830,0
Bens intermediários	416.663	58,05	1.747.663	52,93	319,4
Bens de consumo	17.928	2,50	164.577	4,98	818,0
Bens de consumo duráveis	1.939	0,27	25.581	0,77	1219,5
Bens de consumo não duráveis	15.990	2,23	138.996	4,21	769,3
Combustíveis e lubrificantes	210.591	29,34	714.924	21,65	239,5
Total	717.718	100,00	3.301.744	100,00	360,0

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

A pauta de importação cearense em 2013 contrastou com os principais produtos adquiridos pelo Estado em 2000. Além do gás natural, o Ceará adquiriu somas relevantes de trigo, turbinas, laminados, outros bens de capital e produtos industrializados em 2013, o que é indicativo das mudanças estruturais atualmente em curso na economia estadual (Tabela 5).

Tabela 5 – Principais produtos importados - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Gasóleo (óleo diesel)	109.105	15,20	Gás natural, liquefeito	649.501	19,67
Outros tipos de algodão não cardado nem penteado	92.494	12,89	Out. trigos e misturas de trigo c/ centeio	321.299	9,73
Trigo (exc. trigo duro ou p/ semeadura), e trigo c/centeio	91.742	12,78	Outras turbinas a vapor	183.974	5,57
Óleos brutos de petróleo	46.684	6,50	Lamin.ferro/aço, l>=6dm, galvan. outro proc.e<4.	104.196	3,16
Algodão simplesmente debulhado, não cardado nem penteado	26.108	3,64	Lamin.de outras ligas aços, quente, l>=600mm,ro	72.105	2,18

continua...

continuação

Querosenes de aviação	22.945	3,20	Outros grupos eletrog.de energia eólica	65.812	1,99
Milho em grão, exceto para semeadura	20.575	2,87	Outs. construções e suas partes, de ferro fundido	64.145	1,94
Butanos liquefeitos	19.693	2,74	Glifosato e seu sal de monoisopropilamina	62.997	1,91
Outros tecidos de malha de fibras sintet/artificiais	12.673	1,77	Outros helicopteros de peso>3500kg, vazios	58.842	1,78
Laminado a ferro/aço, a frio	11.744	1,64	Barras de ferro/aço, lamin. quente, dentadas, etc	50.290	1,52
Demais produtos	263.956	36,78	Demais produtos	1.668.584	50,55
Total	717.718	100,00	Total	3.301.744	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Os principais mercados fornecedores das compras externas cearenses foram China (26,6%), Estados Unidos (12,7%) e Trindad e Tobago (10,2%) em 2013. As principais empresas importadoras foram a Petrobrás, responsável por 21,7% do total transacionado. Em seguida, estão a Aço Cearense Industrial Ltda. (10,9%), M. Bias Branco S.A. (6,2%) e MPX Pecém II Geração de Energia S.A. (5,8%).

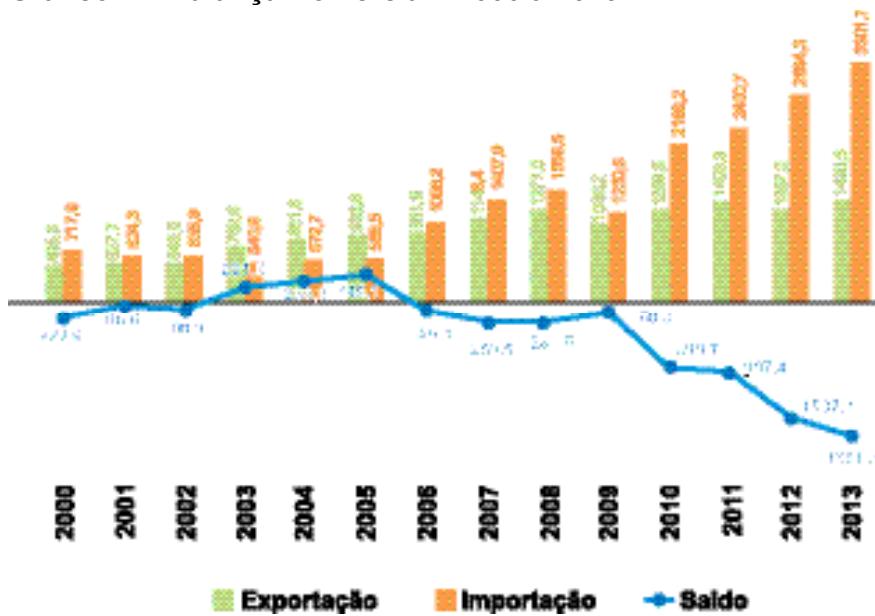
Tabela 6 – Principais países de origem das importações - 2000 e 2013 - US\$ 1.000 FOB

2000	Valor	Part. %	2013	Valor	Part. %
Venezuela	153.123	21,33	China	869.938	26,35
Argentina	153.012	21,32	Estados Unidos	420.373	12,73
Estados Unidos	59.265	8,26	Trinidad e Tobago	335.616	10,16
Taiwan (Formosa)	26.110	3,64	Argentina	191.039	5,79
Letônia	25.813	3,6	Alemanha	151.156	4,58
Alemanha	24.577	3,42	Espanha	146.236	4,43
Itália	24.269	3,38	Coreia do Sul	101.225	3,07
Paraguai	18.483	2,58	Colômbia	91.139	2,76
Uzbequistão	17.266	2,41	Itália	90.423	2,74
China	14.896	2,08	Rússia	76.081	2,3
Demais Países	200.904	27,99	Demais Países	828.517	25,09
Total	717.718	100,00	Total	3.301.744	100,00

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das exportações e importações bem como o saldo da Balança Comercial do estado do Ceará entre os anos 2000 a 2013. Nesse período, a Balança Comercial do Estado foi superavitária apenas entre 2003 e 2005. Parte do déficit foi ocasionada pelo aumento da importação de gás natural liquefeito para suprir as termoelétricas. Somente em 2013, o valor de importação do produto atingiu US\$ 649,5 milhões, incremento de 157% relativamente ao ano de 2012.

Gráfico 1 – Balança Comercial - 2000 a 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Pecém que integra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, abrirá um leque de oportunidades para o Estado. A implantação de novos investimentos voltados às indústrias exportadoras favorecerá a Balança Comercial do Ceará.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS. **Comércio exterior de calçados.** Novo Hamburgo, 2013. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br/site/inteligencia.php?cat=1>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial:** Unidades da Federação. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

11 Infraestrutura

Fernando Luiz Emerenciano Viana

Engenheiro Civil. Doutor em Administração

A presente análise enfatiza a disponibilidade de infraestrutura no Ceará, especialmente nos aspectos com maior impacto nos empreendimentos produtivos e no desenvolvimento econômico do Estado. Assim sendo, são comentados com maiores detalhes a infraestrutura de transportes e a infraestrutura energética. Parte das informações relatadas foi baseada em estudos sobre infraestrutura recentemente realizados: GLEN/UFC (2012), Projeto Nordeste Competitivo (CNI, 2012) e o Plano Diretor de Investimentos (PDI) do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (PRODEPRO), elaborado pelo BNB e BID (2014).

11.1 Infraestrutura de transportes

O Ceará tem o território cortado por dez rodovias federais, sendo que as principais são as BR-020, BR-116, BR-122, BR-226 e BR-403. As rodovias estaduais possuem destacado papel no acesso às principais praias do extenso litoral cearense, com destaque para a CE-040, CE-060 e CE-085. A rede rodoviária do Ceará possui um total de 53,8 mil km, incluindo os trechos planejados, conforme apresentado na Tabela 1.

De acordo com a pesquisa de rodovias da Confederação Nacional dos Transportes – CNT (2014), que avaliou uma extensão de 3.523 km das principais rodovias do Estado, 23,5% dos trechos pesquisados encontram-se em condição geral boa ou ótima, 51,5% em estado regular e 25,0% consideradas ruim ou péssima, ressaltando a situação do pavimento, geometria da via e sinalização, sendo que as rodovias federais apresentam uma situação geral melhor do que as rodovias estaduais. Trata-se de um desempenho ruim, que está entre os piores da Região, juntamente com os apresentados pelos estados do Maranhão e de Pernambuco.

Tabela 1 – Rede do Sistema Nacional de Viação no Ceará

	Planejado	Rede não pavimentada				Rede pavimentada				Total
		Leito natural	Em obras	Implantada	Em obras pavimentação	Subtotal	Pista simples	Em obras duplicação	Pista dupla	
Federal	1.011,10	96,00	80,90	95,00	46,40	318,30	2.195,30	32,30	72,50	2.300,10
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	691,60	0,00	16,40	708,00	708,00
Coincidente										
Estadual	978,90	2.600,80	0,00	1.393,20	711,40	4.705,40	5.386,10	136,60	102,40	5.625,10
Municipal	336,00	34.793,50	0,00	3.378,50	0,00	38.172,00	400,60	0,00	0,00	400,60
Total	2.326,00	37.480,30	80,90	4.866,70	757,80	43.195,70	7.982,00	168,90	174,90	8.325,80
										53.847,50

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do DNIT (2014).

Para eliminar os principais gargalos rodoviários do Ceará, torna-se necessário a execução de algumas obras, entre as quais se destacam:

- a) duplicação da BR-116 no trecho entre Pacajus-CE e Limoeiro do Norte-CE, para dar vazão ao intenso fluxo de cargas demandando e saindo da Região Metropolitana de Fortaleza, o que possivelmente terá grande incremento, principalmente devido à exploração das jazidas de calcário da Região do Apodi, bem como no trecho entre Juazeiro do Norte e Salgueiro-PE;
- b) construção de trecho rodoviário entre Santa Quitéria e Itatira e qualificação do corredor rodoviário entre Pecém-CE e Santa Quitéria-CE, para o recebimento de insumos e escoamento e produtos referentes à exploração futura da jazida de Itataia;
- c) conclusão da duplicação do Anel Rodoviário de Fortaleza (BR-020);
- d) implantação do Arco Rodoviário Metropolitano de Fortaleza (CE-155).

No transporte ferroviário, o Ceará é servido por um dos poucos trechos em uso da ferrovia operada pela concessionária Transnordestina Logística (TNL), que interliga a capital Fortaleza a Teresina-PI e São Luís-MA, segmento este utilizado para o transporte de minério de ferro, cimento, derivados de petróleo, entre outros produtos.

Um importante projeto em execução que beneficiará o transporte ferroviário do Estado é a Nova Ferrovia Transnordestina, que propiciará a ligação do município de Eliseu Martins-PI aos portos de Pecém e Suape-PE, sendo que parte da mesma aproveitará o traçado da ferrovia existente a partir de Missão Velha na direção Norte-Sul. Tal projeto é fundamental para diminuir os custos logísticos de transporte no Nordeste, bem como possibilitar a captação de cargas agrícolas do Cerrado e também minerais para os dois portos supracitados. Para aumentar o potencial do impacto da Nova Transnordestina na economia cearense e do Nordeste como um todo, é fundamental que seja acelerada a implantação dos trechos em construção e seja também garantida a implantação futura

do trecho ligando Eliseu Martins-PI à Ferrovia Norte-Sul, bem como o segmento entre Salgueiro-PE e Petrolina-PE.

Além da efetiva conclusão da Nova Transnordestina, é importante que a malha ferroviária existente e atualmente não utilizada seja revitalizada, sejam implantados terminais rodoviários em locais a serem definidos (a exemplo de Sobral, Quixadá e Missão Velha) e, também, sejam implantados ramais ferroviários complementares à ferrovia, tais como o que ligaria Mossoró-RN a Quixadá.

No transporte aquaviário, o Ceará possui dois importantes portos para a economia estadual, o Porto de Fortaleza (Mucuripe) e o Porto de Pecém, sendo que esse último se configura como um Terminal de Uso Privativo (TUP), apesar da empresa responsável pelo porto (Ceará Portos) se tratar de uma empresa de economia mista cujo principal acionista é o Governo do Estado do Ceará. O Porto de Fortaleza tem como limitação o fato de estar encravado no tecido urbano da capital, mas tem mantido uma movimentação de cargas importante, especialmente devido aos combustíveis e aos granéis sólidos, especificamente o trigo, além de ter um papel relevante na navegação de cabotagem. Já o Porto de Pecém congrega um complexo industrial e portuário, que tem atraído muitas empresas de setores diversos e detém em seu interior a única Zona de Processamento de Exportações (ZPE) em pleno funcionamento no Brasil. A Tabela 2 mostra a evolução da movimentação de cargas nos dois portos cearenses no período de 2009 a 2013.

Tabela 2 – Evolução da movimentação de cargas nos portos marítimos do Ceará

Terminal Portuário	Movimentação de Cargas em Toneladas				
	2009	2010	2011	2012	2013
Porto de Fortaleza	3.496.112	4.349.022	4.390.971	4.409.704	5.160.708
TUP Pecém	2.013.575	3.565.476	3.749.808	4.378.032	6.326.888
Total	5.509.687	7.914.498	8.140.779	8.787.736	11.487.596

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da ANTAQ (2009, 2010, 2011, 2012, 2013).

O Porto do Pecém possui perspectivas favoráveis tendo sua movimentação de cargas superado o Porto de Fortaleza em 2013, com relevante influência da importação de cargas de projeto associado à implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Portanto, existe a tendência da consolidação do TUP Pecém como o mais importante porto do Ceará e um dos mais importantes do Nordeste, especialmente por conta do seu caráter de complexo industrial e portuário. Para dar conta desse grande crescimento, estão em implantação obras de ampliação do porto, que já se encontra em sua terceira expansão, notadamente aquelas associadas à implantação da CSP e da chegada da Nova Transnordestina.

Com relação ao transporte aéreo, o Ceará possui dois aeroportos que são administrados pela Infraero e que possuem voos regulares, nas cidades de Fortaleza e Juazeiro do Norte. O Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, movimentou 5,9 milhões de passageiros e 39.388 toneladas de carga em 2013, configurando-se como o terceiro maior aeroporto do Nordeste, enquanto o Aeroporto de Juazeiro do Norte movimentou 388 mil passageiros e 1.482 toneladas de carga no mesmo ano. O aeroporto de Fortaleza está passando atualmente por obras de ampliação, as quais deveriam ter sido parcialmente concluídas antes da Copa do Mundo de 2014, o que não ocorreu por conta de problemas de caixa do consórcio responsável. Será executado um novo processo licitatório, o qual deverá ser concluído em 2015. A obra envolve investimentos da ordem de R\$ 458 milhões e ampliará a capacidade do aeroporto para 11,2 milhões de passageiros por ano.

A Tabela 3 relaciona as principais obras de infraestrutura de transporte planejadas ou em execução no Ceará.

Tabela 3 – Obras de infraestrutura de transportes previstas no Ceará

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Reforma e Ampliação Aeroporto Internacional Pinto Martins (PAC)	458	Iniciada	16%
Ferrovia Nova Transnordestina (PAC)	7.500	Iniciada	40%
Metrô de Fortaleza linha Parangaba-Mucuripe (VLT)	277	Paralisada	51%
Arco Rodoviário de Fortaleza	183	Iniciada	39%
Viaduto e rotatória Av. Raul Barbosa/ Murilo Borges - Fortaleza	53	Em projeto	0%
Túnel na Av. Alberto Sá - Fortaleza	21	Em projeto	0%
Túneis da Via Expressa de Fortaleza	18	Em projeto	0%
Túnel Av. Padre Antônio Tomaz sob a Via Expressa (Fortaleza)	11	Em projeto	0%
Viaduto Av. Padre Cícero - Fortaleza	NI	Iniciada	NI
Terminal de Contêineres do Porto de Fortaleza	60	Iniciada	16%
Restauração CE-187: São Benedito, Ipú, Viçosa e Tianguá (92,5 Km)	93	Em licitação	0%
Restauração e ampliação CE-356 entre BR-116 e divisa CE/RN (42 Km)	44	Em licitação	0%
Duplicação CE-251 entre Sabiaguaba e CE-040 (13,2 Km)	42	Iniciada	10%
Restauração CE-292 entre Potengi e Campos Sales (53 km)	37	Em licitação	0%
Pavimentação CE-282 entre Icozinho e entroncamento BR-116 (37 km)	29	Em licitação	0%
Pavimentação CE-090 entre Caucaia e ponte Rio Cauípe (21,9 Km)	30	Iniciada	26%
Duplicação CE-060 entre Pacatuba e Acarape (32,7 Km)	59	Iniciada	25%
Restauração CE-348 entre entr. BR-222, Pecém e Simpê (29,6 km)	31	Iniciada	40%
Duplicação BR-222: acesso rodoviário ao porto de Pecém (26 Km)	NI	Em projeto	0%
Total	8.946		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Nota: NI – Não informado.

11.2 Infraestrutura de energia elétrica

O Ceará é atualmente o estado nordestino com a quarta maior capacidade instalada de geração de energia, totalizando 2.607

MW, o que corresponde a 11,8% do total do Nordeste e 2,1% do total do Brasil (Tabela 4). A concessionária distribuidora de energia elétrica no Ceará é a Companhia Energética do Ceará, empresa privada cujo principal acionista é a Endesa Brasil S/A, grupo de origem espanhola.

Tabela 4 – Evolução dos indicadores de geração e consumo de energia elétrica no Ceará - 2006 a 2013

Serviço	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	% Brasil 2013
Capacidade Instalada (MW)	701	724	825	1.040	1.396	1.396	2.313	2.607	2,06
Energia Gerada (GWh)	336	170	739	1.136	3.981	2.578	4.425	10.396	1,82
Energia Consumida (GWh)	6.979	7.299	7.623	7.918	8.876	9.028	10.025	10.809	2,33

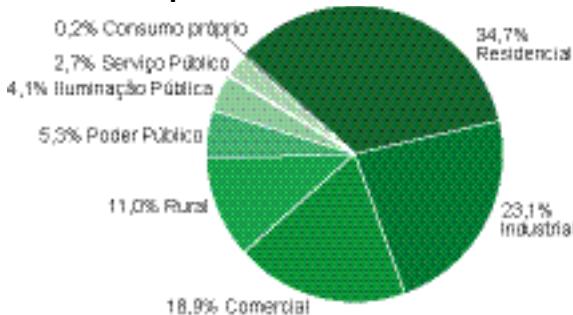
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da EPE (2011, 2014).

Percebe-se que, mesmo com o grande incremento na produção de energia verificado entre 2012 e 2013, possivelmente devido à utilização plena da capacidade das termelétricas, o Ceará permanece como importador de energia de outros Estados. Considerando os dois extremos da série de dados apresentados na Tabela 4, percebe-se que, entre 2006 e 2013, a capacidade instalada aumentou 271,9%, a energia gerada no Estado cresceu 2.994,1%, enquanto o consumo obteve incremento de 54,9%. É importante salientar que o incremento na capacidade instalada, em anos recentes, deveu-se à implantação de usinas eólicas e novas usinas térmicas. No caso das térmicas, nem sempre a capacidade instalada é plenamente utilizada, já que se trata de uma fonte de “reserva”, que deve ser utilizada apenas quando estiagens prolongadas comprometerem a capacidade de geração das usinas hidrelétricas brasileiras, fato que tem ocorrido nos últimos dois anos.

Quanto às usinas eólicas, a tendência é que sua quantidade e respectiva capacidade instalada cresçam ainda mais nos próximos anos, tendo em vista que o Ceará mantém destaque como um dos Estados brasileiros e nordestinos com maior potencial de atração de investimentos nesse setor.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição do consumo de energia entre as diferentes classes, através do qual se percebe o maior peso dos segmentos residencial, industrial e comercial, nessa ordem, os quais, juntos, são responsáveis por 76,7%.

Gráfico 1 – Distribuição do consumo de energia elétrica do Ceará por classe em 2013 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE a partir de dados da EPE (2014).

Considerando-se o exposto, é importante que haja o investimento no aumento da capacidade de geração, bem como na transmissão de energia elétrica no Estado. Nesse sentido, algumas obras estão previstas, as quais são listadas na Tabela 5 e irão beneficiar o Ceará e outros estados, sendo que parte destas está incluída no PAC.

Outra possibilidade de fonte energética a ser explorada no Ceará e demais estados do Nordeste é a energia solar. O Ceará, inclusive, foi o primeiro estado a receber uma usina solar com grande capacidade de geração de energia elétrica, a Eneva (antiga MPX) Tauá, inaugurada em 2011 com capacidade instalada de 1 MW, podendo ser expandida a até 50 MW.

Tabela 5 – Obras de infraestrutura de energia elétrica previstas no Ceará

Obra	Orçamento (R\$ milhões)	Estágio atual
Usina Eólica Complexo Energia dos Ventos	860	Em projeto
Usina Eólica Ventos de Tianguá Norte	145	Em projeto
Usina Eólica Ventos de Tianguá	140	Em projeto
Usina Eólica Ventos do Parazinho	140	Em projeto
Usina Eólica Vento Formoso	140	Em projeto
Usina Eólica Ventos do Morro do Chapéu	140	Em projeto
Usina Eólica Ventos de Santa Rosa	113	Em projeto
Usina Eólica Ventos de Santo Inácio	113	Em projeto
Usina Eólica Ventos de São Geraldo	113	Em projeto
Usina Eólica Ventos de Sebastião	112	Em projeto
Linha São João do Piauí-Milagres 2-Luís Gonzaga (630 km)	570	Em projeto
LT Presidente Dutra-Teresina 2 C3-Sobral 3 C3 (543 km)	502	Em projeto
Total	3.088	

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

11.3 Infraestrutura de utilidade pública

A infraestrutura de utilidade pública proporciona bem-estar e melhores condições de vida à população, inclusive com reflexos na saúde pública, a exemplo do abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e iluminação elétrica.

A oferta desses equipamentos e serviços apresentou considerável evolução no Ceará no período de 2002 a 2012 (Tabela 6). Nesse sentido, o acesso à iluminação elétrica aproxima-se da universalização no Estado com 99,6% das residências atendidas, estando acima dos indicadores observados no Nordeste (99,1% de domicílios atendidos) e no Brasil (99,5%).

O abastecimento de água, por sua vez, que atendia a 68,6% das residências em 2002 foi ampliado para 78,2% dos domicílios em 2012, próximo portanto da média para o Nordeste (80,6%) mas ainda inferior em comparação com o Brasil (85,4%) em termos de domicílios atendidos em 2012.

No que se refere à coleta de lixo, o Estado contava com 68,2% dos domicílios atendidos regularmente em 2012. A título de comparação, o percentual de residências atendidas por esses serviços alcançou 69,2% no Nordeste enquanto que o Brasil atingiu a 83,5%.

A rede de esgotamento sanitário apresentou notável expansão no período analisado. Contudo, menos da metade das residências cearenses contavam com esse serviço em 2012. As necessidades de investimentos em saneamento são prementes, pois o indicador do Ceará (41,2%) ainda encontra-se abaixo da média nacional (63,3%), embora ligeiramente acima do indicador regional (41,1% de residências atendidas no Nordeste).

Tabela 6 – Domicílios atendidos por serviços de infraestrutura de utilidade pública no Ceará - 2002 e 2012

Serviços	Quantidade (Mil unid.)		Domicílios	
	2002	2012	2002	2012
Abastecimento de água	1.327	2.026	68,6	78,2
Esgotamento sanitário	408	1.068	21,1	41,2
Coleta de lixo	1.067	1.767	55,2	68,2
Iluminação elétrica	1.809	2.580	93,5	99,6

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Apesar de se observar uma melhoria em todos os indicadores de cobertura de infraestrutura básica entre 2002 e 2012, é fundamental que haja investimento para um incremento mais significativo nos indicadores de saneamento do Estado, o que certamente trará impactos positivos em outros indicadores sociais. Para tal, existe uma ampla carteira de projetos que somam R\$ 7,5 bilhões em execução ou planejados que poderão trazer contribuições, estando os principais listados na Tabela 7, que inclui também obras voltadas à infraestrutura de irrigação.

Tabela 7 – Obras de Infraestrutura de saneamento e irrigação previstas no Ceará

Obra	Orçamento (R\$ Milhões)	Estágio atual	(%) Execução
Ampliação da estação de tratamento de água da zona oeste da RMF	150	Iniciada	93%
Ampliação abastecimento de água em Quixeramobim (Pac)	11	Iniciada	NI
Implantação abastecimento de água em 28 comunidades rurais	23	Iniciada	65%
Pró saneamento 4 - Ampliação abastecimento de água na RMF	7	Iniciada	91%
Barragem Fronteiras (Pac)	503	Licitada	0%
Perímetro Irrigação Baixo Acaraú (2etapa) (Pac)	235	Iniciada	80%
Perímetro Irrigação Araras Norte (2 etapa) (Pac)	34	Iniciada	43%
Perímetro de Irrigação Icó-Lima Campos (PAC)	16	Iniciada	NI
Perímetro Irrigação Tabuleiro de Russas (2a etapa) (Pac)	235	Iniciada	98%
Barragem Jucá (PAC)	NI	Em projeto	0%
Barragem de Fecheirinha (Pac)	NI	Em projeto	0%
Ampliação do sistema adutor de Ibiapina - Complexo Jaburu	43	Iniciada	89%
Adutora de Rio Choró em Beberibe (Pac)	NI	Em projeto	0%
Adutora Flor do Campo em Quiterianópolis (PAC)	NI	Em projeto	0%
Adutora Jucá em Parambu (Pac)	NI	Em projeto	0%
Implantação esgotamento sanitário na bacia CD3 Fortaleza (Pac)	40	Iniciada	0%
Implantação esgotamento sanitário na bacia CD2 Fortaleza (Pac)	29	Iniciada	0%
Esgotamento sanitário em Fortaleza (Pac) - bacias Siqueira e Cocó	228	Iniciada	39%
Implantação esgotamento sanitário na bacia CD1 Fortaleza (Pac)	34	Iniciada	0%
Implantação esgotamento sanitário na bacia SE1 Fortaleza (Pac)	17	Em licitação	0%
Esgotamento sanitário na bacia SE-2 (Pac)	13	Iniciada	76%
Implantação esgotamento sanitário na bacia CE-4 (Pac)	25	Iniciada	53%

continua...

continuação

Implantação esgotamento sanitário Cocó/Interceptor Fortaleza (PAC)	82	Iniciada	97%
Implantação esgotamento sanitário na bacia CE-5 (Pac)	11	Iniciada	4%
Emissário de efluentes em Pecém	6	Iniciada	77%
Ampliação sistema de esgoto sanitário em Quixadá (Pac)	28	Iniciada	NI
Ampliação esgotamento sanitário na Bacia CE-6 Fortaleza (Pac)	9	Iniciada	9%
Ampliação esgotamento sanitário em Maranguape (Pac) - Etapa 1	26	Iniciada	93%
Ampliação sistema de esgoto sanitário em Crateús (Pac)	32	Iniciada	NI
Ampliação esgotamento sanitário em Tianguá (Pac)	8	Iniciada	53%
Ampliação esgotamento sanitário em Maranguape (PAC) - Etapa 2	12	Iniciada	93%
Implantação esgotamento sanitário em Marco (Pac)	7	Paralisada	65%
Ampliação esgotamento sanitário em Santana do Cariri (Pac)	3	Paralisada	36%
Implantação esgotamento sanitário em Massapé (Pac)	2	Em licitação	0%
Transposição do Rio São Francisco - Eixo Norte (Pac)	5.286	Iniciada	59%
Saneamento Integrado do Ceará (Pac): Maracanaú, Caucaia e Fortaleza	304	Iniciada	NI
Total	7.459		

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Anuário Exame (2014).

Nota: NI – Não informado.

Entre as obras apresentadas na Tabela 7, destaca-se o Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco, constituído de um canal, além de estações de bombeamento, reservatórios, túneis e aquedutos. Depois de concluída essa obra, haverá aumento da oferta hídrica, tanto para consumo humano, como para subsidiar atividades econômicas que demandam permanentemente água, tais como a fruticultura irrigada, que constitui uma importante atividade econômica do Estado. A intervenção tem a conclusão prevista para 2015, conforme as últimas previsões divulgadas. Destaca-se, também, as diversas intervenções de ampliação ou implantação de

sistemas de esgotamento sanitário, não somente na capital, mas também em cidades do interior, o que pode contribuir efetivamente para a melhoria dos indicadores de infraestrutura básica no Estado.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário estatístico portuário 2009.** Disponível em:<<http://www.antaq.gov.br/Portal/Anuarios/Portuario2009/Index.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2014.
- _____. **Anuário estatístico aquaviário 2010.** Disponível em:<<http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>>. Acesso em: 09 dez. 2014.
- _____. **Anuário estatístico aquaviário 2011.** Disponível em:<<http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>>. Acesso em: 09 dez. 2014.
- _____. **Anuário estatístico aquaviário 2012.** Disponível em:<<http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>>. Acesso em: 09 dez. 2014.
- _____. **Anuário estatístico aquaviário 2013.** Disponível em:<<http://www.antaq.gov.br/Portal/AnuarioEstatisticoAquaviario/Formulario.asp>>. Acesso em: 09 dez. 2014.
- ANUÁRIO EXAME INFRAESTRUTURA 2014-2015. São Paulo: Abril, nov. 2014.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste. **Plano Diretor de Investimentos:** relatório técnico 2. Fortaleza: BNB; Washington, D. C.: BID, 2014.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Pesquisa CNT de Rodovias 2014.** Relatório gerencial. Disponível em:<<http://pesquisarodovias.cnt.org.br/Paginas/relGeral.aspx>>. Acesso em 12 nov. 2014.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rede do Sistema Nacional de Viação 2014.**

Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/sistema-nacional-de-viacao/snv-2014-1>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Anuário estatístico de energia elétrica 2011. Rio de Janeiro: EPE, 2011.

_____. **Anuário estatístico de energia elétrica 2014.** Rio de Janeiro: EPE, 2014.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DA ENERGIA DA UFC.

Caracterização e análise dos sistemas produtivo e macrologístico da região nordeste enquanto suporte à localização de empreendimentos: foco no papel da Ferrovia Transnordestina. Fortaleza: GLEN; UFC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 2012.

Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>.

Acesso em: 10 nov. 2014.

12 Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Economista. Mestre em Economia Rural

O presente texto está divido em duas seções. Na primeira, analisa-se a evolução do emprego e desemprego no Ceará no período de 2001 e 2013, utilizando-se dados fornecidos pelo IBGE. Na segunda parte, estudam-se as mudanças do quadro de emprego formal do Estado, entre 2000 e 2013, a partir de dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

12. 1 Evolução do emprego e desemprego – PNAD Contínua

O objetivo desta primeira seção do trabalho é analisar as variações ocorridas no nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹ realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2001 e 2013.

Dados da PNAD Contínua revelam que a População em Idade Ativa (PIA) era de 6.071 mil pessoas, em 2001, representando 78,7% da população total do Ceará. Vale ressaltar que neste período 75,7% da PIA concentravam-se na área urbana do Estado. Já os dados de 2013 apontavam a PIA com 7.549 mil pessoas, representando 86,0% da população total. Quanto à população urbana, verificou-se acréscimo, tendo em vista que a população domiciliada no meio urbano alcançou 73,4% da PIA em 2013 (Tabela 1).

¹ Abrangência geográfica: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, 20 Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais (Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá, e Goiânia) e a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina.

No período abordado, registrou-se aumento da População Economicamente Ativa (PEA)². Em 2001, a PEA totalizou 3.660 mil pessoas, correspondendo a uma Taxa de Participação da força de trabalho de 60,3%. Para 2013, ocorreu uma mudança nessa estrutura, ocasião em que a PEA aumentou para 4.215 mil pessoas, com crescimento a uma taxa de 1,18% ao ano, resultando em um incremento de 555 mil pessoas. Neste ano de 2013, verificou-se redução na Taxa de Participação da força de trabalho (correspondendo a 55,8%) devido ao crescimento proporcionalmente maior da PIA (taxa de crescimento de 1,83% ao ano) em relação à PEA, com taxa de crescimento de 1,18% ao ano (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1 – População em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013

População	2001	2013	Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
População Total	7.718	8.779	1.061	13,7	1,08
População em Idade Ativa – PIA	6.071	7.549	1.478	24,3	1,83
População Economicamente Ativa – PEA	3.660	4.215	555	15,2	1,18
População Ocupada – POC	3.397	3.968	571	16,8	1,30
População Desocupada	263	247	-16	-6,1	-0,52
Taxa de Participação (%) (1)	60,3	55,8	-4,5	-7,4	-0,64
Nível de Ocupação (%) (2)	56,0	52,6	-3,4	-6,1	-0,52
Taxa de Ocupação (%) (3)	92,8	94,1	1,3	1,4	0,12
Nível de Desocupação (%) (4)	4,3	3,3	-1,1	-24,5	-2,31
Taxa de Desocupação (%) (5)	7,2	5,9	-1,3	-18,4	-1,69

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Obs.: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Notas:

(1) percentual da PEA sobre a PIA;

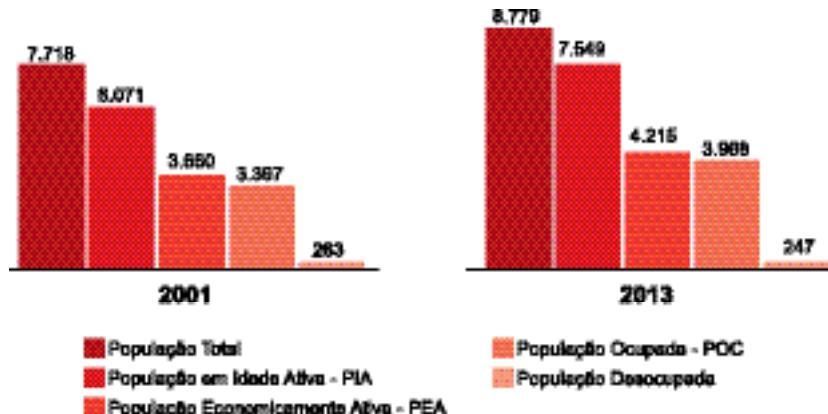
(2) percentual da População Ocupada dividida pela PIA;

(3) percentual da População Ocupada dividida pela PEA;

² Para melhor compreensão do conceito, é preciso esclarecer que, dentre a população residente de um país ou região, existe uma parcela que se encontra em idade ativa, ou em capacidade de realizar algum tipo de trabalho, remunerado ou não (População em Idade Ativa – PIA) e, que uma fração dessa parcela, encontra-se efetivamente integrada no mercado, formal ou não, de trabalho (População Economicamente Ativa – PEA). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua realizada pelo IBGE, todas as pessoas com idade igual ou superior a quatorze (14) anos compõem o estoque total da PIA.

- (4) percentual da População Desocupada dividida pela PIA;
 (5) percentual da População Desocupada dividida pela PEA.

Gráfico 1 – População total, em idade ativa, economicamente ativa, ocupada e desocupada - 2001 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Em 2001, a População Ocupada (POC) era de 3.397 mil pessoas, correspondendo à taxa de ocupação de 92,8%. Neste mesmo ano, os dados das classes de rendimento mensal de todos os tipos de trabalho apontavam para uma concentração maior de pessoas que recebiam até três salários mínimos, com 70,7% do total das pessoas ocupadas (Tabela 2).

Entre 2001 e 2013, a taxa relativa de incremento da POC foi da ordem de 16,8%, alcançando um estoque de 3.968 mil pessoas. Nesta nova configuração da população ocupada, observa-se um maior crescimento de pessoas ocupadas na classe de rendimento mensal que recebem entre meio a um salário mínimo, com acréscimo de 323 mil pessoas ocupadas (taxa de crescimento de 2,8% ao ano).

No ano de 2013, verificou-se que 15,8% do total de pessoas ocupadas estavam na categoria “sem rendimento”, tendo ocorrido uma redução em 0,2% em relação ao ano de 2001. Por sua vez, a classe de rendimento mensal de até três salários mínimos respondia, em 2013, por um conjunto de 75,3% da POC, enquanto que

a população ocupada na classe com rendimento mensal superior a três salários mínimos passou a representar 6,4% da População Ocupada (Tabela 2). Neste caso, percebe-se a distribuição menos assimétrica da renda, e ratificando esta análise, o Índice de Gini que mede a distribuição da renda, passou de 0,613 em 2001 para 0,514 em 2013, seguindo uma trajetória de queda (IBGE, 2014).

Tabela 2 – Pessoas ocupadas (1) por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos - 2001 e 2013

Classes de rendimento mensal	2001		2013		Diferença absoluta	Var %	TGC (a.a. %)
	Quant.	Part. %	Quant.	Part. %			
Até 1/2 SM	709	20,9	702	17,7	-7	-1,0	-0,1
Mais de 1/2 a 1 SM	820	24,1	1.143	28,8	323	39,4	2,8
Mais de 1 a 2 SM	669	19,7	901	22,7	232	34,7	2,5
Mais de 2 a 3 SM	204	6,0	243	6,1	39	19,1	1,5
Mais de 3 a 5 SM	157	4,6	142	3,6	-15	-9,6	-0,8
Mais de 5 a 10 SM	101	3,0	79	2,0	-22	-21,8	-2,0
Mais de 10 a 20 SM	52	1,5	26	0,7	-26	-50,0	-5,6
Mais de 20 SM	21	0,6	8	0,2	-13	-61,9	-7,7
Sem rendimento	629	18,5	628	15,8	-1	-0,2	0,0
Sem declaração	35	1,0	96	2,4	61	174,3	8,8
Total	3.397	100,0	3.968	100,0	571	16,8	1,3

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE (2014).

Nota: pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (mil pessoas).

Como a PNAD tem representatividade quanto ao nível de emprego (pessoal ocupado e desocupado) do fator trabalho, pode-se concluir que o mercado de trabalho para o ano de 2013 encontrava-se em situação mais robusta do que a relatada no ano de 2001. O reflexo desse novo quadro pode ser comprovado com o crescimento do estoque de pessoas ocupadas ao longo desse período, aumentando de 3.397 mil em 2001 para 3.968 mil em 2013, registrando uma taxa de crescimento de 1,3% ao ano, ou seja, aumento da População Ocupada de 571 mil pessoas no período de 2001 a 2013.

As expectativas para o mercado de trabalho são de crescimento tendo em vista os investimentos previstos para os próximos

anos nos setores de produção de energia elétrica, construção civil além das indústrias de transformação e extrativa. Na indústria de transformação, destaca-se a implantação de uma unidade da empresa White Martins na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) localizada no município de Pecém-CE. A construção da planta criogênica de separação de gases industriais visa atender o processo produtivo da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que também tem instalações na ZPE de Pecém-CE. A estimativa é que sejam gerados 300 empregos diretos durante a construção e na fase de operação serão gerados mais 480 novos empregos diretos, com investimentos realizados na ordem de US\$ 160,0 milhões, de acordo com a Rede Nacional de Informações sobre Investimento - RENAI (BRASIL, 2014a).

12.2 Evolução do emprego formal - RAIS

Nesta segunda parte, faz-se a abordagem sobre a evolução referente ao número de vínculos empregatícios utilizando-se a base de dados fornecida pelo Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para os anos de 2000 e 2013. A RAIS registra o estoque de empregos formais na sua totalidade, diferentemente da PNAD Contínua realizada pelo IBGE que se utiliza de amostra. Porém, a RAIS não registra o número de empregos informais nem o de pessoas desocupadas, uma vez que esses dois recortes não são objeto de sua base de dados.

O estoque de empregos alcançou 686.965 vagas no Ceará no ano de 2000, com forte concentração na administração pública (31,3%). Em 2013, o estoque de empregos saltou para 1.481.792 vagas, com aumento expressivo de 115,71% no período estudado. Além desse incremento, o Ceará apresentou uma nova configuração na distribuição setorial do mercado de trabalho.

Assim, os segmentos de comércio e serviços que respondiam por 41,5% do emprego formal, totalizando 285.034 postos de trabalho no ano 2000, passaram a representar quase a metade da mão de obra empregada no Estado (48,2% dos empregos formais do Estado), ou seja, incremento em 428.825 novos postos de trabalho, fornecendo 713.859 vagas em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2).

Impulsionados com o desenvolvimento dos setores de comércio e serviços, o setor da construção civil registrou aumento no número de postos de emprego em 205,0% se comparado a 2001, ou seja, incremento em 56.873 novos postos de trabalho, e passou a registrar 84.619 empregos formais em 2013 (Tabela 3 e Gráfico 2).

Vale destacar que a formação deste novo quadro ocorreu a partir dos investimentos nos setores de comércio, serviços e construção civil no período de 2011 a 2014, a exemplo da construção de novos complexos hoteleiros nos municípios de Fortaleza, Cascavel e Maracanaú, onde foram investidos US\$ 262,64 milhões.

O Grupo JCPM investiu em dois grandes projetos comerciais em Fortaleza. O primeiro foi o Shopping Rio Mar Fortaleza localizado no bairro do Papicu, com investimento de US\$ 372,67 milhões para construção de centro de compras, contando com 445 lojas, sendo 15 âncoras, 17 megalojas, 348 lojas satélites, cinema com 12 salas, diversões eletrônicas, uma academia de ginástica, teatro com 500 lugares, oito restaurantes, 50 operações de fast food construídos numa área de 114 mil metros quadrados. As obras geraram 3 mil postos de trabalho. A inauguração que ocorreu no final do segundo semestre de 2014, proporcionou a criação de 8 mil empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a).

O segundo empreendimento comercial do Grupo JCPM é o Shopping Rio Mar Presidente Kennedy. Ainda em fase de construção, o complexo comercial envolve investimentos de US\$ 123,7 milhões. O projeto tem 157 mil m² de área construída, com 275 lojas, incluindo 6 âncoras, 13 megalojas, cinema além de uma torre empresarial com 22 salas. A iniciativa deverá gerar 2 mil vagas de empregos durante as obras de construção do shopping e mais de 3,5 mil empregos diretos e indiretos em sua fase de operação. As obras tiveram início no segundo semestre de 2014, com previsão de inauguração para outubro de 2016 (BRASIL, 2014a).

Destaca-se ainda a construção do Shopping Viramar no município de Pacajus-CE, que visa atender demandas dos municípios de Pacajus, Horizonte, Cascavel, Chorozinho e região. O empreendimento está orçado em US\$ 55,06 milhões, que projeta a criação de 2,6 mil empregos diretos e indiretos, com previsão de inauguração em 2017 (BRASIL, 2014a).

Por sua vez, o Condomínio Logístico Cidade do Atacado, está com a primeira de suas duas etapas concluídas, ou seja o OFF *Outlet Fashion* de Fortaleza. Localizado na rotatória do Anel Viário, entre a BR-020 e a BR-222, em Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza, envolve nessa fase R\$ 80 milhões de um total de R\$ 300 milhões (COLLIERS INTERNACIONAL, 2014).

O Condomínio e o *Outlet* são produtos de investimento do grupo Vericred do Nordeste, contando com apoio do Governo do Estado e financiamento do Banco do Nordeste. O empreendimento tem área de terreno de 1,4 milhão de m², galpões logísticos de 400 mil m², dos quais 40 mil m² estão prontos para locação. O Condomínio possui galpões e prédios de uso misto e estacionamentos, além de lojas, bancos, praça de alimentação e posto de gasolina. Contará ainda com equipamentos comunitários, a exemplo de terminal rodoviário, espaços para lazer e áreas verdes.

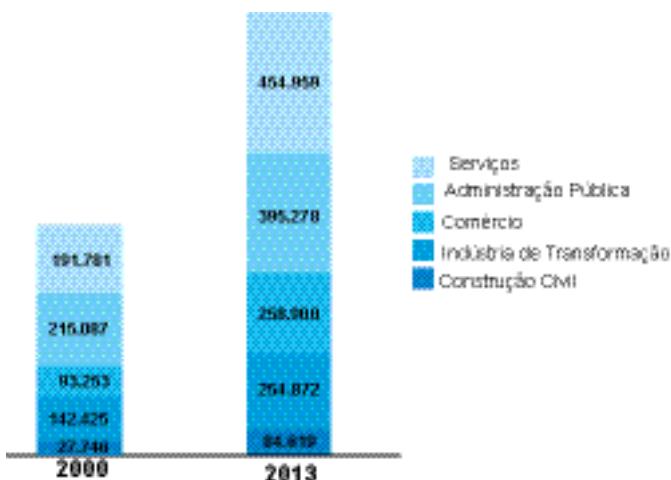
Somente com a implantação do *Outlet*, que atraiu diferentes marcas nacionais e internacionais, foram gerados cerca de 700 empregos, devendo o número se expandir para 1 mil novas oportunidades de trabalho. Além disso, o empreendimento deverá estimular o turismo de compras no Estado (PORTAL DO PECÉM, 2014).

Tabela 3 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença	Var. (%)
	Quant.	Part. (%)	Quant.	Part. (%)		
Serviços	191.781	27,9	454.959	30,7	263.178	137,2
Administração pública	215.087	31,3	395.278	26,7	180.191	83,8
Comércio	93.253	13,6	258.900	17,5	165.647	177,6
Indústria de transformação	142.425	20,7	254.872	17,2	112.447	79,0
Construção civil	27.746	4,0	84.619	5,7	56.873	205,0
Agropecuária, extração vegetal, caça	8.262	1,2	23.713	1,6	15.451	187,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5.697	0,8	6.096	0,4	399	7,0
Extrativa mineral	2.714	0,4	3.355	0,2	641	23,6
Total	686.965	100,0	1.481.792	100,0	794.827	115,7

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Gráfico 2 – Distribuição de emprego por subsetor segundo o número total de vínculos empregatícios - 2000 e 2013



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

Em relação à distribuição de emprego segundo o porte da empresa³, no ano 2000, as firmas de grande porte respondiam por 36,4% dos empregos formais do Estado, enquanto que as empresas de portes micro, pequeno e médio ofereciam 63,6% das vagas. Em 2013, as oportunidades cresceram de forma considerável em todos os segmentos, mas, proporcionalmente, o quadro de distribuição permanece praticamente o mesmo, com aumento da participação das empresas de grande porte, que passaram a contar com 42,3% das vagas.

A organização da indústria de transformação e extrativa mineral, em particular, revelava a existência de 145.139 postos de trabalho com vínculos empregatícios em 2000. Observou-se uma concentração no subsetor de confecção de artigos do vestuário e acessórios de 21,5% (que empregava 31.174 pessoas) e no subse-

³ O porte adotado está relacionado com o número de vínculos empregatícios por estabelecimento: a) Micro empresa - até 19 empregados; b) Pequena empresa - entre 20 e 99; c) Média empresa - entre 100 e 499; d) Grande empresa - acima de 500.

tor de produtos alimentícios e bebidas, ofertando 20,4% dos postos de trabalho, ou seja, 29.595 empregos diretos (Tabela 4).

Em 2013 ocorreu incremento líquido de 113.088 novos postos de trabalho nas indústrias de transformação e extrativa mineral, alcançando 258.227 postos, ou seja, aumento em 77,9% em relação ao ano de 2000. Os maiores impactos podem ser observados na indústria de produção de artefatos de couro e calçados (com acréscimo de 38.376 postos de empregos formais), seguido pela confecção de artigos do vestuário e acessórios (aumento em 23.250 postos de trabalho) e produtos alimentícios e bebidas, com criação de 12.097 vagas com vínculo empregatício (Tabela 4).

Nestes dois subsetores, indústria de transformação e extrativa mineral, substancial parcela da geração de empregos formais ocorreu em função dos elevados investimentos, tendo em vista que no período de 2011 a 2014 foram injetados US\$ 2,78 bilhões nestes subsetores, ou seja, cerca de 17,43% dos investimentos totais no período.

Destaca-se a Siderúrgica Latino Americana (SILAT) do Grupo Añon (Espanha) que será implantada em três etapas. A primeira inclui a construção de duas fábricas (laminadoras e de malhas eletrosoldadas) entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia com capacidade de produzir 600 mil toneladas por ano de vergalhões e fio máquina. A segunda etapa é a produção de 700 mil toneladas por ano de chapas laminadas para atender à indústria naval, setor eólico (torres eólicas), linha branca e automobilística. A terceira e última etapa contemplará na implantação de uma aciaria, que produzirá a matéria-prima para a lamination de aços longos. A expectativa é que sejam gerados somente na primeira fase 200 empregos diretos e 800 indiretos. No total das três etapas, a perspectiva é de 4.800 empregos diretos e indiretos (BRASIL, 2014a).

Além da siderúrgica do grupo espanhol, nos investimentos no subsetor da metalurgia no estado do Ceará, a empresa Aço Cearense desponta em geração de emprego e renda. A construção de uma laminadora pertencente à esse grupo, localizada no município de São Gonçalo do Amarante destaca-se pela criação de 1,5 mil empregos diretos e mais 12 mil indiretos, com investimentos orçados em US\$ 1,2 bilhão (BRASIL, 2014a).

Quanto ao polo calçadista e têxtil, os investimentos no período estudado foram da ordem de US\$ 89,0 milhões nos municípios de Brejo Santo, Fortaleza, Morada Nova, Pacajus e Tauá. Somente a fábrica de calçados no município de Brejo Santo deverá雇用 2,5 mil trabalhadores, com a capacidade de produzir três milhões de pares de calçados por ano. Os investimentos para implantação da nova fábrica somaram US\$ 34,0 milhões, com expectativa de operação em 2016 (BRASIL, 2014a).

Quanto aos dados de empregos formais disponibilizados pela RAIS-MTE, verifica-se um crescimento no estoque de empregos formais, tendo saltado de 686.965 postos de trabalho, em 2000, para 1.481.792 no ano de 2013, representando aumento em 115,7%, com predominância dos empregos formais em empresas de micro, pequeno e médio portes.

O crescimento no mercado de trabalho é reflexo dos investimentos na economia do Ceará em setores estratégicos, a exemplo da produção e distribuição de eletricidade, gás e água. A título de ilustração, tem-se a implantação de 16 parques eólicos instalados nos municípios de Aracati, São Gonçalo do Amarante e Acaraú, com investimentos totais de US\$ 1,31 bilhão, com capacidade para gerar 500 MW de energia elétrica. Por sua vez, os investimentos para instalação de três parques de energia solar no município de Russas totalizam US\$ 395,6 milhões, com capacidade de produção de energia elétrica de 30 MW. Uma das fábricas tem produção estimada de 10 MW de energia (mas com projeção de produzir 100 MW), capacidade o suficiente para abastecer uma cidade de 200 mil habitantes (BRASIL, 2014a).

A vocação econômica do estado do Ceará em setores estratégicos contribuiu para a instalação de 93.261 estabelecimentos, dos quais 49.394 são novos (aumento de 112,6% em relação ao ano de 2000 que registrou 43.867 firmas). Somente os setores de comércio e serviços apresentaram 73.618 empreendimentos no ano de 2013, representando 78,9% do total do número de empresas do Ceará.

Tabela 4 – Indústria de transformação e extrativa mineral - Distribuição de emprego com vínculos empregatícios por subsetor - Ceará - 2000 e 2013

Subsetores	2000		2013		Diferença Absoluta	Var. %
	Quant.	Part. (%)	Quant.	Part. (%)		
Indústria de Transformação (A)						
Artefatos de couro e calçados	28.823	19,9	67.199	26,0	38.376	133,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	31.174	21,5	54.424	21,1	23.250	74,6
Produtos alimentícios e bebidas	29.595	20,4	41.692	16,1	12.097	40,9
Produtos têxteis	17.270	11,9	16.450	6,4	-820	-4,7
Produtos de minerais não metálicos	7.180	4,9	15.092	5,8	7.912	110,2
Produtos de metal exceto máq. e equip.	4.563	3,1	11.907	4,6	7.344	160,9
Móveis e indústrias diversas	4.448	3,1	8.853	3,4	4.405	99,0
Produtos químicos	3.311	2,3	7.322	2,8	4.011	121,1
Artigos de borracha e plástico	3.342	2,3	5.702	2,2	2.360	70,6
Metalurgia	897	0,6	4.626	1,8	3.729	415,7
Edição, reprodução e impressão e de gravações	3.537	2,4	3.424	1,3	-113	-3,2
Manutenção, instalação e reparação de máq. e equip.	269	0,2	3.342	1,3	3.073	1.142,4
Celulose, papel e produtos de papel	1.161	0,8	2.909	1,1	1.748	150,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	989	0,7	2.505	1,0	1.516	153,3
Máquinas e equipamentos	2.097	1,4	2.464	1,0	367	17,5
Aparelhos, máq. e materiais elétricos	1.281	0,9	2.083	0,8	802	62,6
Produtos de madeira	1.262	0,9	1.562	0,6	300	23,8
Outros equip. de transporte	222	0,2	1.160	0,4	938	422,5
Coque, refino de petróleo, elabor. de combustíveis nucleares e prod. de álcool	130	0,1	1.059	0,4	929	714,6
Equip. de informática, prod. eletrônicos e ópticos	841	0,6	964	0,4	123	14,6
Produtos do fumo	33	0,0	133	0,1	100	303,0

continua

continuação

Indústria de Extração Mineral (B)						
Pedra, areia e argila	1.067	0,7	2.494	1,0	1.427	133,7
Outros Minerais não metálicos	1355	0,9	487	0,2	-868	-64,1
Minério de Ferro	7	0,0	177	0,1	170	2.428,6
Carvão mineral	15	0,0	160	0,1	145	966,7
Minerais metálicos não ferrosos	32	0,0	27	0,0	-5	-15,6
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	238	0,2	10	0,0	-228	-95,8
Total (A+B)	145.139	100,0	258.227	100,0	113.088	77,9

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014b). Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.

O Estado do Ceará é o terceiro maior produtor de cimento do Nordeste, participando com 14,7% do total produzido na Região. A capacidade de produção de cimento no Ceará permitiu a fabricação de 2,12 milhões de toneladas em 2013, ocasião em que acompanhou a expansão da construção civil no Estado. O parque industrial de cimentos no Ceará é composto atualmente por cinco usinas localizadas nos municípios de Barbalha, Fortaleza, Pecém, Quixeré e Sobral.

Nos municípios de Sobral e Pecém já se encontram em implantação mais duas fábricas de cimento, devendo-se incrementar para sete unidades produtoras desse produto no Ceará ainda em 2015, de forma a atender a atual demanda do setor da construção civil do Estado. Os empreendimentos foram orçados em R\$ 969 milhões, sendo R\$ 769 milhões na fábrica de Sobral (Sobral II) e R\$ 200 milhões na indústria do Pecém (Pecém II). A expectativa é que as novas fábricas ofereçam 1,6 mil empregos temporários durante a fase de construção e mais 1,2 mil novos postos de trabalho em sua fase de operação (PORTAL PECÉM, 2014).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Projetos de investimento por setor e divisão econômica. In: **Rede Nacional de Informações sobre Investimento – RENAI**. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/conteudo/index/item/34>>. Acesso em: 11 nov. 2014a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**. Empregos formais no Brasil e Nordeste 2000 e 2013. Brasília, DF, 2014b.

COLLIERS INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.colliers.com/en-us/p-bra8000038>>. Acesso em 26 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa básica 2001 a 2013. In: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, 2014**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PETROBRÁS. **Refinaria Premium I**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-premium-i.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PORTAL PECÉM. **Caucaia anuncia primeiro outlet do Ceará**. Caucaia, 2015. Disponível em: <http://portalpecem.com.br/pg_informe_noticiasid.asp?id=2280>. Acesso em: 26 mar. 2015.

_____. **Votorantim Cimentos anuncia nova fábrica no Pecém**. Caucaia, 2015. Disponível em: <http://portalpecem.com.br/pg_informe_noticiasid.asp?id=2318>. Acesso em: 26 mar. 2015.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Relatório anual 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.snic.org.br/relatorio_anual_dinamico.asp>. Acesso em: 17 nov. 2014.

13 Intermediação financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Economista. Mestre em Economia

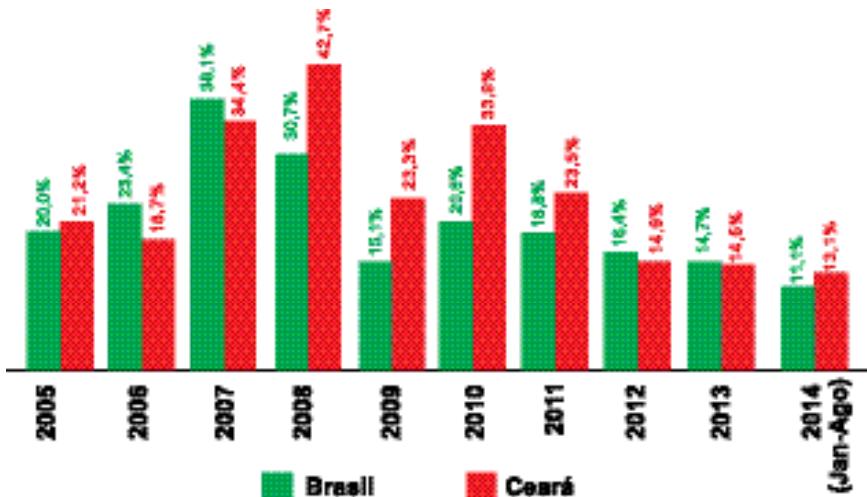
A intermediação financeira constitui um importante vetor do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o Ceará conta atualmente com 17 instituições financeiras, que atuam através de 508 agências bancárias. Em agosto de 2014, referidos estabelecimentos administravam depósitos à vista, dos setores públicos e privados, no total de R\$ 3,4 bilhões, além de R\$ 13,3 bilhões em depósitos a prazo. Os depósitos em caderneta de poupança apresentam-se como o mais relevante dentre os produtos de captação de recursos, tendo em vista o montante de R\$ 20,1 bilhões registrado no mesmo período (BACEN, 2014b).

O Ceará vem apresentando desempenho superior ao Brasil, quando se analisa a evolução do saldo das operações de crédito. No período de 2004 a 2013, observou-se taxa de crescimento anual em empréstimos e financiamentos da ordem de 24,9% no Estado, enquanto que em nível nacional, a elevação do crédito registrou taxa de crescimento anual de 21,8%.

Pode-se destacar ainda que o crescimento das operações de crédito no Ceará beneficiou tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas. No primeiro caso, o crescimento foi de 29,1%, ao ano, sendo as operações voltadas essencialmente para o consumo. No segundo, a expansão alcançou 21,6% ao ano, com operações destinadas fundamentalmente para a produção.

O Gráfico 1 mostra a taxa de expansão do saldo de crédito no Brasil e no Estado anualmente. Em agosto de 2014, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Ceará alcançou R\$ 53,6 bilhões, alcançando a participação relativa no Nordeste e Brasil, de 14,8% e 1,9%, respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução do saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e do Ceará - 2005 a 2014 - Variação em relação ao ano anterior - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Além do crescimento quantitativo dos saldos das operações de crédito, verifica-se uma melhoria qualitativa das operações do crédito no Ceará, haja vista a redução dos Índices de Inadimplência ao longo dos últimos anos. Entretanto, o Índice de Inadimplência no Estado vem apresentando tendência de convergência ao índice observado na Região Nordeste, resultado da maior velocidade de redução dos índices em nível regional, quando comparado ao índice estadual (Gráfico 2).

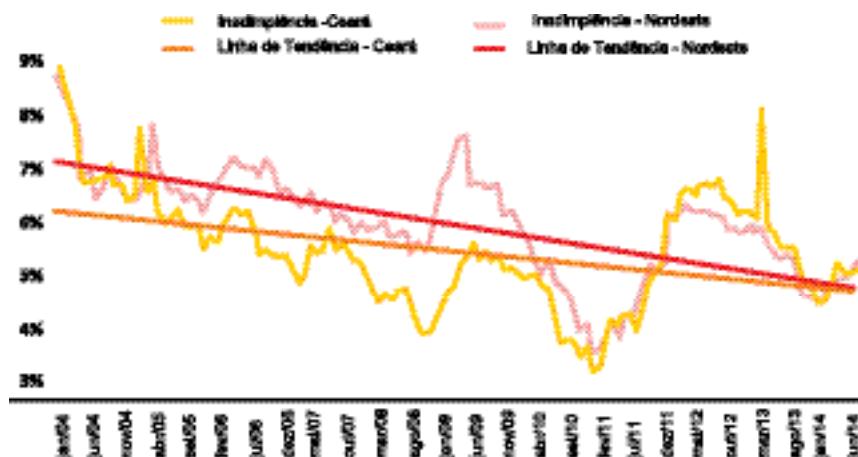
Em agosto de 2014, o Índice de Inadimplência total do Ceará registrou 3,9%, ligeiramente abaixo do indicador do Nordeste (4,0%). Por segmento, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (5,1%) apresentou-se superior em relação ao Índice das pessoas jurídicas (2,7%) (Gráfico 3).

Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento¹ são de extrema relevância no sistema financeiro brasileiro, pois essas

¹ Agências oficiais de fomento: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e Banco da Amazônia (BASA).

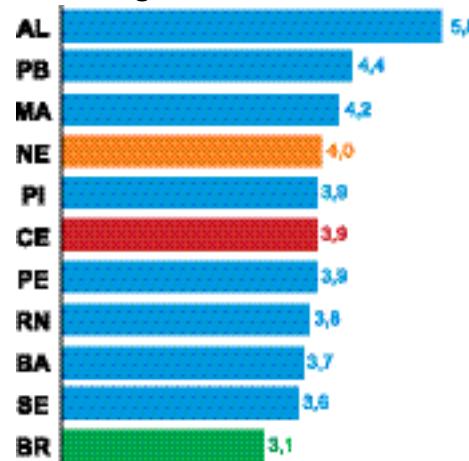
entidades fortalecem as economias locais por intermédio da oferta de recursos financeiros para a implantação, ampliação, modernização e relocalização dos empreendimentos produtivos. Nesse sentido, os empreendedores cearenses obtiveram crescentes recursos dessas agências de fomento, contribuindo para dinamizar o nível de atividade econômica através da geração de emprego e renda.

Gráfico 2 – Índices de Inadimplência no Nordeste e no Ceará - 2004 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

Gráfico 3 – Índices de Inadimplência nos Estados do Nordeste e Brasil - Agosto de 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do Bacen (2014a).

No período entre 2005 e 2013, verificou-se que o saldo das operações de crédito das agências oficiais multiplicou-se por um fator de 4,7, resultado de uma taxa de crescimento anual de 21,5%, com destaque para os setores “comércio” e “habitação”, que registraram taxa de expansão anual de 39,1% e 38,2%, respectivamente.

Sob a ótica dos tomadores de recursos, observa-se que o porte “Micro” possui maior participação relativa (47,2%), haja vista contemplar as microempresas nos setores de comércio e serviços, bem como os miniprodutores rurais e agricultores familiares. Por sua vez, os portes “Pequeno” e “Médio”, apresentaram as taxas anuais de crescimento mais elevadas na aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento no período de 2005 a 2013, isto é, 32,4% e 26,3%, respectivamente.

Tabela 1 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por setor de atividade - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Rural	Industrial	Comércio	Intermediação Financeira	Outros Serviços	Habitação	Outros	Total
2005	1,67	2,17	0,32	1,00	1,12	0,38	1,36	8,02
2006	1,64	1,60	0,42	1,11	1,34	0,46	1,31	7,87
2007	1,85	1,76	0,53	1,19	1,54	0,99	1,62	9,48
2008	2,13	2,49	1,67	1,51	1,84	1,20	2,02	12,87
2009	2,36	3,46	3,35	1,69	4,20	1,14	2,41	18,61
2010	2,44	4,80	3,11	2,55	6,74	1,72	2,78	24,15
2011	2,39	5,12	3,34	3,50	7,62	2,50	3,28	27,76
2012	2,61	5,65	3,86	4,49	8,39	3,59	4,39	32,99
2013	2,73	6,42	4,42	4,72	9,07	5,11	5,51	37,98

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Tabela 2 – Saldo de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento - Por porte do tomador - 2005 a 2013 - (R\$ bilhões)

Ano	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
2005	3,14	0,40	0,53	3,94	8,02
2006	3,28	0,45	0,58	3,55	7,87
2007	4,51	0,61	0,78	3,59	9,48
2008	5,73	0,92	0,73	5,49	12,87
2009	5,97	1,61	1,47	9,55	18,61
2010	7,66	2,11	1,95	12,43	24,15
2011	9,57	2,60	2,66	12,92	27,76
2012	13,55	3,17	3,21	13,05	32,99
2013	17,92	3,81	3,45	12,79	37,98

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2014).

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia e finanças. Economia regional. Crédito. In: **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. v 2.1. Brasília, DF, 2014a. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

_____. **ESTBAN – Estatística Bancária por Município**. Brasília, DF, 2014b. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Empresas Estatais. Portarias bimestrais. Orçamento de investimentos. Empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=4&ler=t213>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

14 Financiamentos de longo prazo do Banco do Nordeste

José Alci Lacerda de Jesus

Engenheiro Agrônomo. Especialista em Ecologia
e Avaliação de Recursos Naturais

Mário Sérgio Carvalho de Freitas

Geógrafo. Mestre em Geografia Física

Sâmia Araújo Frota

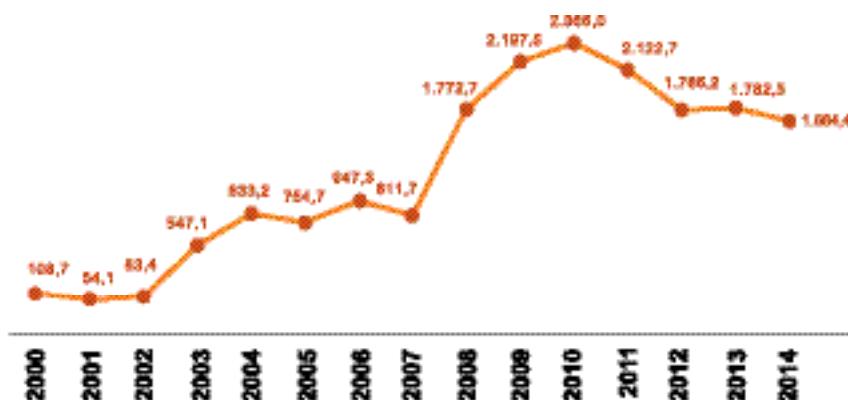
Economista. Mestre em Administração

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional são importantes instrumentos para geração de crescimento econômico com inclusão social. Nesse sentido, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos pilares das políticas de desenvolvimento para a Região, pois contribui, enquanto política de financiamento à atividade produtiva, para impulsionar a dinâmica das economias estaduais da Região, promovendo a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, a aplicação dos recursos do FNE, planejada e realizada em articulação com os Governos Estaduais, Ministério da Integração, a SUDENE, representações dos setores produtivos e órgãos de apoio à atividade econômica, possibilita que na área de atuação do Fundo sejam fortalecidas as atividades produtivas, gerando novos negócios, oportunidades de novos empregos e aumento da arrecadação de tributos.

Nesse contexto, verifica-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2014 houve um incremento substancial nos valores contratados com recursos do FNE no Ceará, evoluindo de R\$ 108,7 milhões em 2000 para R\$ 1,6 bilhão em 2014, sendo o valor total aplicado no período de R\$ 17,8 bilhões. Em relação à quantidade de operações contratadas ocorreu também um incremento expressivo, saltando de aproximadamente 6 mil em 2000 para mais de 66 mil em 2014, ampliando o alcance do acesso ao crédito pelos empreendedores cearenses.

Gráfico 1 – Evolução das contratações com recursos do FNE no Ceará - (R\$ milhões)

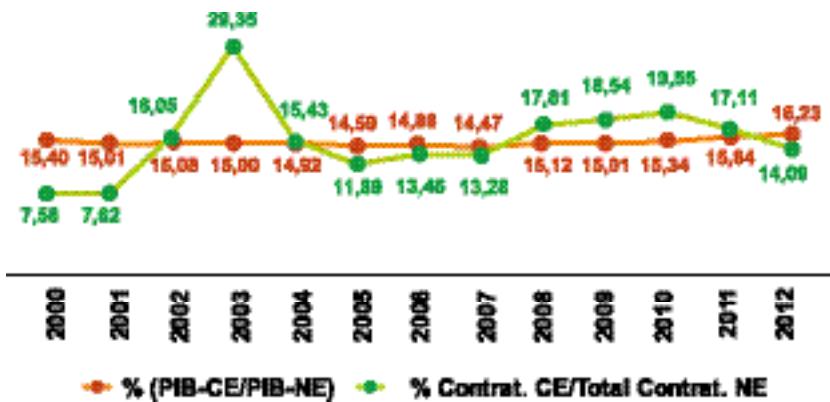


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Notas: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Outro aspecto a destacar é a participação do PIB do Ceará no Nordeste, que oscilou entre 15,4% em 2000 e 16,2% em 2012. O FNE, por sua vez, destinou 15,3% do total aplicado por essa fonte de financiamento para o Ceará nesse período (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Participação do Ceará no PIB regional e no total das contratações do FNE - 2000 a 2012 - Em %



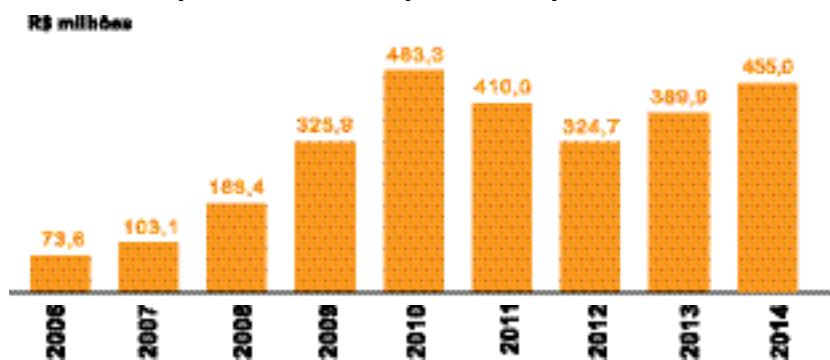
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE (2014).

Quanto às áreas consideradas prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Governo Federal,

quais sejam a mesorregião diferenciada da Chapada do Araripe e o semiárido cearense, considerando somente o período de 2006 a 2014, os financiamentos com recursos do FNE alcançaram em valores atualizados, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão e R\$ 9,1 bilhões, respectivamente.

Além disso, em sintonia com as políticas públicas de âmbito nacional de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), o estado do Ceará elevou suas aplicações com recursos do FNE para esse segmento, especialmente a partir de 2006 (Gráfico 3). Esse resultado é compatível com o crescimento do financiamento com recursos do FNE em comércio e serviços, principal setor de atuação das MPEs. Os financiamentos do Fundo Constitucional para MPEs saltaram de R\$ 73,6 milhões em 2006 para R\$ 455 milhões em 2014 em valores atualizados, representando um incremento de aproximadamente 519% nesse período.

Gráfico 3 – Evolução das contratações com recursos do FNE para Micro e Pequenas Empresas no Ceará



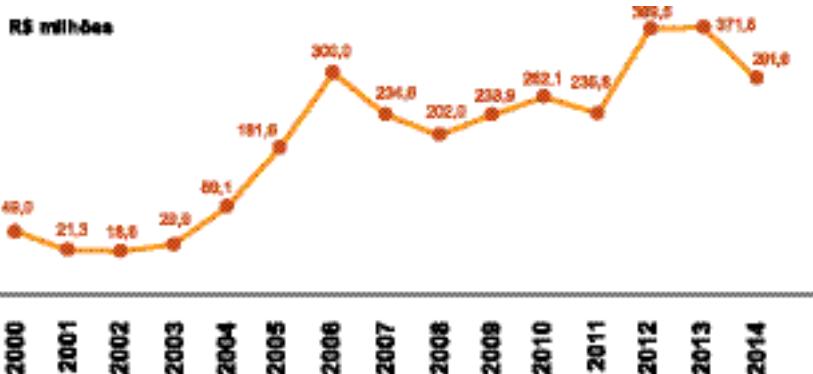
Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE

Notas: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Os agricultores familiares também têm sido beneficiados com substancial parcela de recursos do FNE, por meio do programa Pronaf. Conforme detalhado no Gráfico 4, observa-se uma evolução de R\$ 49,0 milhões, em 2000, para R\$ 291,9 milhões em 2014. Registre-se, contudo, os efeitos acumulados da estiagem que, tendo prosseguido em 2014, contribuíram para uma redução de cerca de 21% na contratação de recursos no âmbito do programa relação

à posição atualizada de 2013, situação que se espera seja revertida nos próximos exercícios.

Gráfico 4 – Evolução das contratações do FNE para Agricultura Familiar no Ceará



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

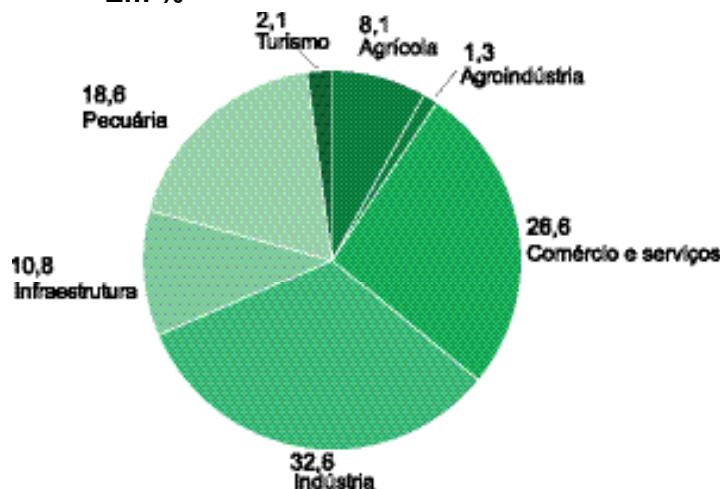
Nota: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Com relação aos financiamentos setoriais, no período de 2000 a 2014, o que se verifica é uma maior participação dos setores indústria (32,6%), comércio e serviços (26,6%) e pecuária (18,6%), conforme apresentado no Gráfico 5. A alocação setorial dos recursos do FNE corresponde à demanda por recursos, que por sua vez retrata o perfil produtivo estadual. Mudanças na estrutura produtiva do estado podem ocorrer através da implementação de políticas setoriais, que complementem a ação creditícia.

Destaca-se ainda o apoio proporcionado a grandes empreendimentos no estado do Ceará, em diversos setores, a exemplo da indústria, comércio, serviços, pecuária e infraestrutura, nos quais empresas âncoras podem contribuir para estruturar cadeias produtivas estaduais, vez que essas firmas demandam insumos e bens intermediários que podem ser produzidos por fornecedores locais de diferentes portes.

Nos últimos quatro anos (2011-2014), por exemplo, foram financiados no Estado grandes empreendimentos dos segmentos calçadista, cerâmico, de alimentos, mineral não metálico (cimento), têxtil, siderúrgico, energético e de *shopping centers*.

Gráfico 5 – Participação média dos setores econômicos nos financiamentos do FNE no Ceará - 2000 a 2014 - Em %

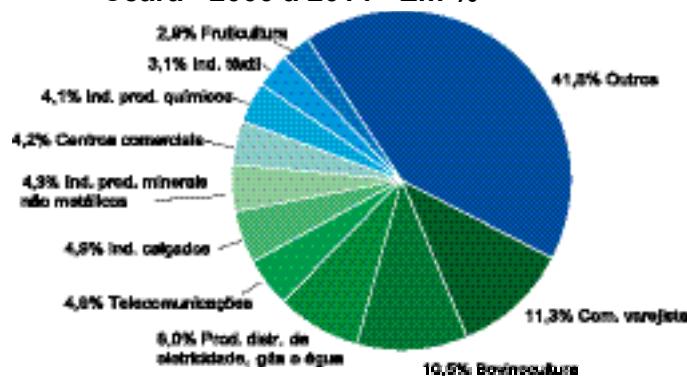


Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE

Notas: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

O Gráfico 6 exibe as principais atividades econômicas e sua participação no total de financiamentos do FNE no período 2000-2014 no Ceará, podendo ser observada a diversidade de segmentos produtivos apoiados.

Gráfico 6 – Principais atividades financiadas com FNE no Ceará - 2000 a 2014 - Em %



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE

Notas: os valores foram atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

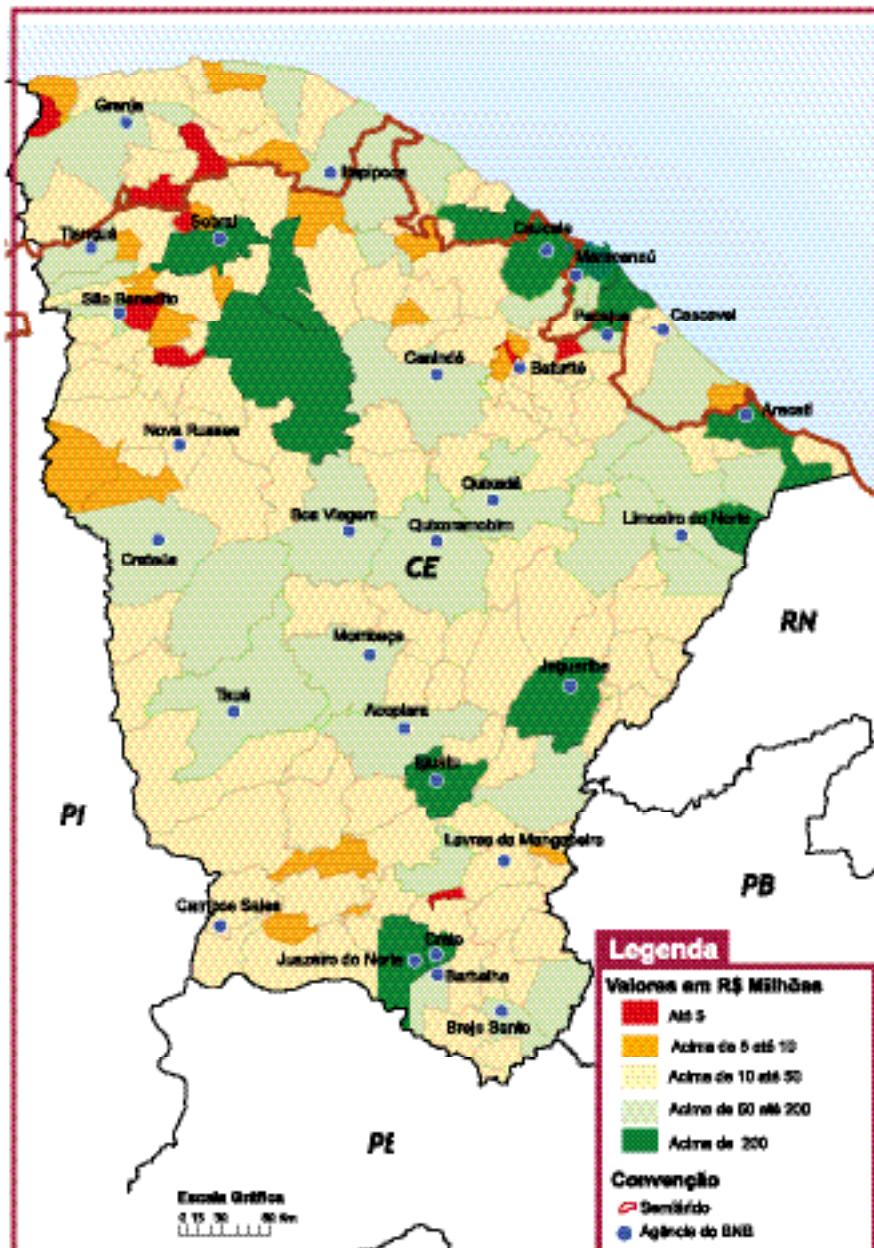
Outro aspecto fundamental na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional diz respeito à democratização do acesso ao crédito e a desconcentração da aplicação dos recursos em termos territoriais. Neste contexto, o Mapa 1 mostra a distribuição do volume dos financiamentos por município, no período 2006 a 2014.

Assim, é possível visualizar que o FNE tem atendido a todos os municípios do Ceará. Contudo, a demanda por recursos é maior nos principais centros de produção do Estado, especificamente os municípios de Aracati, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crato, Sobral, Santa Quitéria e da Região Metropolitana de Fortaleza. Seguem-se as áreas no entorno de Granja, Itapipoca, Canindé, Quixadá, Quixeramobim, Boa Viagem, Crateús, Mombaça, Tauá e Brejo Santo. As demais áreas, localizadas em diferentes regiões do estado, possuem estruturas produtivas menos desenvolvidas, o que influencia uma menor demanda por financiamentos e a consequente aplicação de recursos, conforme apresentado no Mapa 1.

Referido mapa é um indicativo dos municípios potencialmente prioritários para ações institucionais integradas, visando ao desenvolvimento dos empreendimentos rurais e urbanos e à consequente ampliação do apoio do BNB/FNE.

Em síntese, fica evidenciada a contribuição do FNE como instrumento para potencializar oportunidades econômicas no Ceará, a exemplo da agricultura (cotonicultura, cajucultura, floricultura), fruticultura irrigada, pecuária, aquicultura, minerais não metálicos, agroindústria (caju, frutas e hortaliças), industrial (metal mecânica, química, eletroeletrônico e móveis), comercial e de turismo, integrando a parceria do Banco do Nordeste com os estados na promoção do desenvolvimento.

Mapa 1 – Volume de Financiamentos do FNE no Ceará - 2006 a 2014



Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE.

Nota: valores financiados atualizados pelo IGP-DI – média anual a preços de dezembro de 2014, com dados do Ipeadata.

Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **FNE 2014**. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: programação regional. Fortaleza, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais do Brasil 2002-2008**. Rio de Janeiro, 2010. (Contas Nacionais, n. 32). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. (Contas Nacionais, n. 38). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/publicacao2010.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Contas regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014. (Contas Nacionais, n. 42). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/contasregionais2012.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Ipeadata, temas, renda**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 30 fev. 2015.

FREIRE, L. L. R. **Perfil econômico do Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002. 86p.

15 Considerações finais

Conforme evidenciado no presente perfil social e econômico, o estado do Ceará é detentor de uma expressiva base de recursos naturais que necessita ser utilizada de forma sustentável e em prol da maioria da população local. Recentemente, a Unidade Federativa passou por um amplo processo de transformação. Os diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu em melhoria no bem-estar da população.

É importante enfatizar que a economia cearense apresentou uma evolução expressiva, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido 66,9% e 50,6% em termos reais, respectivamente, de 2002 a 2012.

Referido crescimento foi alcançado em função das sólidas políticas macroeconômicas adotadas no Brasil, especialmente a partir de 2003, que possibilitaram a retomada de um projeto nacional de desenvolvimento que havia sido interrompido nas chamadas “décadas perdidas” dos anos 1980 e 1990. Com isso, gerou-se incremento nos investimentos produtivos e em infraestrutura no Brasil, e particularmente no Ceará.

Ao mesmo tempo, as políticas públicas implementadas permitiram a inclusão e ascensão social de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo, gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. O Ceará foi beneficiado por esses resultados.

Atualmente, projetos de base estão em execução no Estado visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo assim para elevar a competitividade da economia cearense, a exemplo de obras para ampliar os equipamentos de utilidade pública, modernizar a logística e os meios de transporte, além de fortalecer os recursos hídricos.

Cabe mencionar a expansão da ação creditícia e em especial a atuação das agências oficiais de fomento, particularmente o Banco do Nordeste, que expandiram de forma considerável os financiamentos para o setor produtivo no Estado.

Além disso, os investimentos na área social também têm sido expressivos, tanto que se constatou uma melhoria significativa nas condições dos domicílios, bem como uma expansão dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, distribuição de energia elétrica e esgotamento sanitário. De fato, ocorreram avanços importantes no Ceará nessas áreas em anos recentes.

Os indicadores sociais referentes às dimensões de saúde e educação também obtiveram incrementos importantes nos últimos anos. Assim, as diferenças existentes em relação aos demais Estados tenderam a se reduzir no período analisado.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Estado, aproximadamente R\$ 11,1 mil em 2012, é inferior ao do Nordeste (R\$ 11,7 mil em 2012) e menos da metade do nacional, que alcançou R\$ 24,1 mil no mesmo ano. O IDH do Ceará cresceu de 0,405 em 1991 para 0,658 em 2010, sendo inferior em relação à média para o Nordeste e o País, 0,660 e 0,726, ambos em 2010, respectivamente.

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre crescente pressão ambiental causada por atividades humanas.

É importante ressaltar que as taxas de crescimento populacional têm diminuído ao longo das últimas décadas, ocorrendo um progressivo envelhecimento da população.

A diminuição do ritmo de crescimento da população do Ceará é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Atualmente, o número de residentes com idade entre 15 e 64 anos, denominado de População em Idade Ativa (PIA), totaliza 6,3 milhões, superando o número daqueles com idade inferior a 15 anos (1,5 milhão) e superior a 64 anos (641 mil), somando 2,1 milhões, que é denominado de População em Idade Inativa (PINA).

Quando a PIA é superior a PINA tem-se uma situação em que a força de trabalho é relevante no conjunto da população total, ocorrendo portanto o chamado “bônus demográfico”. O Ceará tem desfrutado dessa situação nos últimos anos.

Por outro lado, a taxa de crescimento populacional tem diminuído ao longo das últimas décadas, e ao mesmo tempo a população idosa aumenta a taxas maiores que o restante das outras faixas etárias. Em consequência, o bônus demográfico tende a diminuir no futuro, o que implicará redução da força de trabalho e exigirá um redesenho nas políticas públicas, principalmente as voltadas para formação profissional de jovens e de assistência médica e previdenciária para os mais idosos.

A Mesorregião Metropolitana de Fortaleza concentra 41,4% da população estadual. A taxa de urbanização da população cearense, em 2012, era de 73,5%, mais alta que a do Nordeste (73,1%), e inferior à nacional (84,3%). Os municípios mais populosos são Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral, todos com população próxima ou superior a 200 mil habitantes, concentrando 40,8% da população total (3,6 milhões de habitantes). A área somada destes cinco municípios é de 4.777,43 km², gerando uma densidade demográfica de 754,5 habitantes/km².

Paralelamente à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da polarização das principais atividades econômicas do Estado. A Mesorregião Metropolitana de Fortaleza concentra aproximadamente dois terços do PIB estadual. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

A desagregação do Valor Adicionado Bruto (VAB) mostra que as atividades econômicas do Estado são concentradas no setor de serviços tendo inclusive essa participação aumentado de 70,2% em 2002 para 73,8% em 2012. A indústria do Ceará aumentou ligeiramente sua participação no VAB estadual nesse período, passando de 22,7%, em 2002, para 22,8%, em 2012. Por outro lado, a agropecuária reduziu sua participação no VAB, de 7,1% em 2002 para 3,4%, em 2012.

Especificamente em relação à agricultura, grande percentual do valor da produção agrícola do Ceará é gerado por culturas exploradas principalmente por agricultores familiares, destacando-se o feijão, o milho e a cajucultura. No entanto, as culturas cultivadas sob regime de sequeiro sofreram expressiva quebra de safra nos últimos anos por conta principalmente da escassez hídrica que afeta o Estado desde 2012. Nesse contexto, a agricultura irrigada ganhou importância relativa no valor da produção total agrícola do Estado entre 2002 e 2012.

A cajucultura, uma das principais atividades agrícolas desenvolvida no Ceará, vem sofrendo severa perda de produção e de valor da produção desde 2012 devido à escassez hídrica, situação que tem sido agravada pela ocorrência de pragas e doenças. Juntos, estes fatores têm provocado a morte de elevado número de plantas nos pomares de cajueiro, especialmente nas regiões mais secas do Estado.

As atividades pecuárias têm experimentado avanços em termos de crescimento do rebanho e do aumento de produtividade, em virtude do emprego de novas tecnologias, da cooperação de instituições técnicas e de fomento e dos incentivos de programas institucionais.

A indústria do Ceará apresentou crescimento de aproximadamente 75% de 2002 a 2012, com destaque para os subsetores das indústrias de transformação, construção civil e dos Siup. O Ceará contribui com 14,7% do Valor Adicionado Bruto da indústria do Nordeste, tendo a participação do Estado nesse indicador apresentado tendência crescente entre 2002 e 2012.

Particularmente no subsetor da indústria de transformação, destacam-se, quanto ao valor adicionado, os segmentos de couro e calçados, de artigos do vestuário e de têxteis, que juntos representam mais de 40% do VAB do subsetor de transformação. No que se refere ao emprego, destacam-se os segmentos de couro e calçados, de artigos do vestuário e de fabricação de produtos alimentícios, que somam cerca de 60% do total de empregos formais da indústria de transformação.

Além disso, o Ceará tem diversificado o seu parque industrial, agregando empreendimentos de fabricação de aerogerado-

res, geração de energia elétrica a partir das fontes eólica e solar, fabricação de aço com a implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém.

As mudanças na base produtiva do Ceará incrementaram os recursos de arrecadação, embora o Estado ainda seja dependente das transferências constitucionais para executar ações e projetos. A título de ilustração, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 8,7 bilhões em 2013 (o terceiro nesse tipo de arrecadação no Nordeste), enquanto que as transferências do Governo Federal por intermédio do Fundo de Participação dos Estados-FPE, Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R\$ 6,8 bilhões nesse mesmo ano.

Na verdade, o índice de dependência financeira do Ceará, ou seja, a proporção da receita total do Estado que é obtida através de taxação sobre atividades produtivas, passou de 0,41 em 2000 para 0,44 em 2013. Quando o referido índice se aproxima de 1, significa maior capacidade do ente federativo para gerar suas receitas através da arrecadação de tributos. No caso do Ceará, aproximadamente 40% das receitas estaduais provêm de fontes não tributárias. Em termos comparativos, São Paulo tem índice médio de dependência financeira de 0,9.

Verificou-se um crescimento no estoque de empregos formais no Estado, tendo saltado de 686.965 postos de trabalho, em 2000, para 1.481.792 no ano de 2013, representando aumento em 115,7%, com predominância dos empregos formais em empresas de micro, pequeno e médio portes. Paralelamente, ampliou-se o número de estabelecimentos formais, de 43.867 em 2000 para 93.261 estabelecimentos em 2013.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor, que por sua vez é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios no Estado, além de contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante ainda se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para expandir a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar incrementar a formação técnica e profissional de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, o Ceará obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores do Estado ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o Estado. Em face dos desafios a serem enfrentados pelo Ceará, as políticas públicas serão fundamentais para que o Estado possa se desenvolver de forma sustentável.

Apêndices

1 Informações territoriais

Características geográficas - 2013

Característica		% Nordeste
Área (km ²)	148.886	9,58
Extensão da costa litorânea (km)	609	11,77
Número de municípios	184	10,26
Número de distritos	839	26,14

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil 2013.

2 Informações econômicas

Produto Interno Bruto - 2012

PIB	Valores correntes	% Participação
	R\$ milhões	% do Nordeste
PIB a preços correntes	90.132	15,14
	R\$ 1,00	% do Brasil
Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	10.473	46,25

Fonte: IBGE. Contas regionais do Brasil 2012.

PIB e População por município - 2012

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Total geral	90.131.724	100,00	10.473,12	8.606.005	100,00
Marco	159.531	0,18	6.293	25.349	0,29
Abaiara	39.314	0,04	3.635	10.815	0,13
Acarape	80.588	0,09	5.142	15.673	0,18
Acaraú	394.094	0,44	6.697	58.848	0,68
Acopiara	236.047	0,26	4.560	51.768	0,60
Aiuaba	61.575	0,07	3.739	16.468	0,19
Alcântaras	43.301	0,05	3.952	10.956	0,13
Altaneira	30.144	0,03	4.286	7.033	0,08
Alto Santo	78.836	0,09	4.777	16.505	0,19
Amontada	326.337	0,36	8.103	40.274	0,47
Antonina do Norte	32.585	0,04	4.618	7.056	0,08
Apuiarés	58.006	0,06	4.104	14.135	0,16
Aquiraz	935.351	1,04	12.561	74.465	0,87
Aracati	932.020	1,03	13.246	70.363	0,82
Aracoiaba	124.081	0,14	4.848	25.592	0,30
Ararendá	43.087	0,05	4.079	10.564	0,12
Araripe	89.125	0,10	4.275	20.848	0,24
Aratuba	58.733	0,07	5.150	11.404	0,13
Arneiroz	36.942	0,04	4.818	7.667	0,09
Assaré	98.806	0,11	4.366	22.633	0,26
Aurora	108.670	0,12	4.441	24.470	0,28
Baixio	27.448	0,03	4.520	6.072	0,07
Banabuiú	89.606	0,10	5.124	17.488	0,20
Barbalha	504.630	0,56	8.920	56.576	0,66
Barreira	97.965	0,11	4.909	19.958	0,23
Barro	95.707	0,11	4.402	21.742	0,25
Barroquinha	68.736	0,08	4.721	14.560	0,17
Baturité	182.863	0,20	5.400	33.863	0,39
Beberibe	353.712	0,39	7.023	50.364	0,59
Bela Cruz	140.949	0,16	4.509	31.259	0,36

continua...

continuação.

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Boa Viagem	246.908	0,27	4.674	52.829	0,61
Brejo Santo	263.574	0,29	5.704	46.207	0,54
Camocim	546.072	0,61	8.971	60.870	0,71
Campos Sales	127.470	0,14	4.783	26.648	0,31
Canindé	395.114	0,44	5.254	75.209	0,87
Capistrano	69.449	0,08	4.037	17.202	0,20
Caridade	79.136	0,09	3.825	20.687	0,24
Cariré	78.743	0,09	4.282	18.391	0,21
Caririaçu	105.973	0,12	4.003	26.471	0,31
Cariús	70.979	0,08	3.819	18.586	0,22
Carnaubal	82.021	0,09	4.832	16.975	0,20
Cascavel	484.910	0,54	7.184	67.503	0,78
Catarina	63.679	0,07	3.312	19.228	0,22
Catunda	47.827	0,05	4.758	10.053	0,12
Caucaia	3.657.134	4,06	10.881	336.091	3,91
Cedro	117.037	0,13	4.753	24.622	0,29
Chaval	60.728	0,07	4.788	12.684	0,15
Choró	52.408	0,06	4.037	12.982	0,15
Chorozinho	89.207	0,10	4.708	18.947	0,22
Coreaú	88.624	0,10	3.983	22.252	0,26
Crateús	409.438	0,45	5.601	73.102	0,85
Crato	1.001.915	1,11	8.082	123.963	1,44
Croatá	78.373	0,09	4.538	17.272	0,20
Cruz	108.419	0,12	4.737	22.887	0,27
Deputado Irapuan Pinheiro	38.733	0,04	4.209	9.203	0,11
Ererê	31.457	0,03	4.545	6.922	0,08
Eusébio	1.407.512	1,56	29.327	47.993	0,56
Farias Brito	81.091	0,09	4.300	18.859	0,22
Forquilha	107.662	0,12	4.799	22.435	0,26
Fortaleza	43.402.190	48,15	17.360	2.500.194	29,05
Fortim	87.096	0,10	5.718	15.233	0,18

continua...

continuação.

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Frecheirinha	72.526	0,08	5.508	13.167	0,15
General Sampaio	32.072	0,04	4.993	6.423	0,07
Graça	58.854	0,07	3.901	15.085	0,18
Granja	196.568	0,22	3.742	52.528	0,61
Granjeiro	22.676	0,03	4.983	4.551	0,05
Groaíras	44.395	0,05	4.250	10.445	0,12
Guaiúba	107.068	0,12	4.330	24.727	0,29
Guaraciaba do Norte	219.409	0,24	5.745	38.189	0,44
Guaramiranga	29.744	0,03	7.519	3.956	0,05
Hidrolândia	97.389	0,11	4.982	19.548	0,23
Horizonte	939.562	1,04	16.083	58.418	0,68
Ibaretama	53.094	0,06	4.091	12.977	0,15
Ibiapina	152.262	0,17	6.329	24.058	0,28
Ibucuitinga	51.552	0,06	4.436	11.622	0,14
Icapuí	223.096	0,25	11.901	18.746	0,22
Icó	317.608	0,35	4.820	65.900	0,77
Iguatu	881.128	0,98	8.978	98.138	1,14
Independência	127.662	0,14	4.983	25.620	0,30
Ipaporanga	45.347	0,05	3.992	11.358	0,13
Ipaumirim	56.073	0,06	4.642	12.080	0,14
Ipu	206.252	0,23	5.083	40.579	0,47
Ipueiras	170.385	0,19	4.513	37.758	0,44
Iracema	78.396	0,09	5.678	13.808	0,16
Irauçuba	103.580	0,11	4.555	22.742	0,26
Itaiçaba	36.013	0,04	4.848	7.428	0,09
Itaitinga	184.858	0,21	5.021	36.814	0,43
Itapagé	316.789	0,35	6.448	49.130	0,57
Itapipoca	784.735	0,87	6.577	119.320	1,39
Itapiúna	75.391	0,08	3.966	19.009	0,22
Itarema	235.262	0,26	6.103	38.547	0,45
Itatira	75.283	0,08	3.880	19.401	0,23

continua...

continuação.

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participação (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Jaguaretama	96.020	0,11	5.383	17.839	0,21
Jaguaribara	67.208	0,07	6.309	10.652	0,12
Jaguaribe	271.542	0,30	7.913	34.317	0,40
Jaguaruana	215.234	0,24	6.599	32.614	0,38
Jardim	110.781	0,12	4.144	26.730	0,31
Jati	33.919	0,04	4.436	7.647	0,09
Jijoca de Jericoacoara	92.611	0,10	5.219	17.744	0,21
Juazeiro do Norte	2.354.692	2,61	9.211	255.648	2,97
Jucás	107.837	0,12	4.496	23.985	0,28
Lavras da Mangabeira	133.781	0,15	4.305	31.073	0,36
Limoeiro do Norte	424.366	0,47	7.544	56.255	0,65
Madalena	83.652	0,09	4.503	18.575	0,22
Maracanaú	4.789.878	5,31	22.445	213.404	2,48
Maranguape	823.652	0,91	7.021	117.306	1,36
Martinópole	38.328	0,04	3.665	10.458	0,12
Massapê	150.333	0,17	4.171	36.040	0,42
Mauriti	205.236	0,23	4.577	44.836	0,52
Meruoca	57.177	0,06	4.070	14.049	0,16
Milagres	125.140	0,14	4.437	28.204	0,33
Milhã	60.089	0,07	4.600	13.062	0,15
Miraíma	53.045	0,06	4.078	13.009	0,15
Missão Velha	161.191	0,18	4.668	34.529	0,40
Mombaça	165.744	0,18	3.864	42.891	0,50
Monsenhor Tabosa	72.659	0,08	4.335	16.760	0,19
Morada Nova	415.746	0,46	6.737	61.713	0,72
Moraújo	36.809	0,04	4.475	8.225	0,10
Morinholos	89.651	0,10	4.245	21.119	0,25
Mucambo	60.943	0,07	4.308	14.146	0,16
Mulungu	54.964	0,06	4.628	11.876	0,14
Nova Olinda	70.527	0,08	4.835	14.586	0,17
Nova Russas	168.474	0,19	5.398	31.210	0,36

continua...

continuação.

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB <i>per capita</i> (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Novo Oriente	113.398	0,13	4.100	27.655	0,32
Ocara	95.419	0,11	3.915	24.373	0,28
Orós	116.724	0,13	5.482	21.294	0,25
Pacajus	599.849	0,67	9.297	64.521	0,75
Pacatuba	650.910	0,72	8.631	75.411	0,88
Pacoti	55.414	0,06	4.743	11.684	0,14
Pacujá	28.689	0,03	4.752	6.037	0,07
Palhano	41.982	0,05	4.679	8.972	0,10
Palmácia	47.174	0,05	3.826	12.330	0,14
Paracuru	396.224	0,44	12.284	32.255	0,37
Paraipaba	199.731	0,22	6.499	30.733	0,36
Parambu	128.353	0,14	4.119	31.160	0,36
Paramoti	51.852	0,06	4.564	11.360	0,13
Pedra Branca	168.418	0,19	4.004	42.064	0,49
Penaforte	50.033	0,06	5.898	8.483	0,10
Pentecoste	300.895	0,33	8.400	35.823	0,42
Pereiro	71.232	0,08	4.498	15.838	0,18
Pindoretama	104.306	0,12	5.419	19.247	0,22
Piquet Carneiro	66.787	0,07	4.222	15.820	0,18
Pires Ferreira	40.112	0,04	3.870	10.365	0,12
Poranga	42.093	0,05	3.496	12.041	0,14
Porteiras	64.790	0,07	4.328	14.971	0,17
Potengi	44.070	0,05	4.218	10.448	0,12
Potiretama	30.427	0,03	4.923	6.181	0,07
Quiterianópolis	95.155	0,11	4.720	20.158	0,23
Quixadá	622.866	0,69	7.572	82.258	0,96
Quixelô	57.750	0,06	3.873	14.911	0,17
Quixeramobim	466.767	0,52	6.324	73.812	0,86
Quixeré	156.690	0,17	7.530	20.810	0,24
Redenção	139.485	0,15	5.232	26.660	0,31
Reriutaba	94.949	0,11	4.951	19.179	0,22
Russas	634.363	0,70	8.845	71.723	0,83

continua...

continuação.

Municípios	PIB (R\$ mil correntes)	Participa- ção (%)	PIB per capita (R\$ correntes)	População (Pessoas)	Participação (%)
Saboeiro	62.017	0,07	3.955	15.681	0,18
Salitre	63.377	0,07	4.041	15.684	0,18
Santa Quitéria	240.212	0,27	5.610	42.822	0,50
Santana do Acaraú	137.084	0,15	4.493	30.512	0,35
Santana do Cariri	75.565	0,08	4.388	17.219	0,20
São Benedito	266.528	0,30	5.946	44.825	0,52
São Gonçalo do Amarante	1.439.817	1,60	31.896	45.141	0,52
São João do Jaguaribe	40.462	0,04	5.195	7.788	0,09
São Luís do Curu	68.489	0,08	5.497	12.459	0,14
Senador Pompeu	147.471	0,16	5.590	26.382	0,31
Senador Sá	33.559	0,04	4.766	7.041	0,08
Sobral	2.462.619	2,73	12.751	193.134	2,24
Solonópole	95.472	0,11	5.373	17.768	0,21
Tabuleiro do Norte	179.872	0,20	6.093	29.522	0,34
Tamboril	111.865	0,12	4.405	25.397	0,30
Tarrafas	35.230	0,04	3.974	8.865	0,10
Tauá	314.878	0,35	5.592	56.307	0,65
Tejuçuoca	66.753	0,07	3.784	17.643	0,21
Tianguá	499.292	0,55	7.079	70.527	0,82
Trairi	297.617	0,33	5.673	52.464	0,61
Tururu	60.839	0,07	4.097	14.848	0,17
Ubajara	184.786	0,21	5.686	32.496	0,38
Umari	30.371	0,03	4.016	7.562	0,09
Umirim	83.934	0,09	4.412	19.023	0,22
Uruburetama	170.056	0,19	8.382	20.289	0,24
Uruoca	56.592	0,06	4.321	13.096	0,15
Varjota	126.333	0,14	7.119	17.745	0,21
Várzea Alegre	176.654	0,20	4.535	38.952	0,45
Viçosa do Ceará	231.143	0,26	4.099	56.394	0,66

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados do IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2012 e Estimativas de população, 1 de julho de 2012.

Finanças públicas - 2013

Receita/Despesa	R\$ 1,00 correntes
Receita Total	21.244.752.614
Receitas Correntes	18.575.040.420
Receita Tributária	10.150.885.780
Impostos	9.790.866.414
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.225.287.828
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR	655.065.588
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	510.711.568
"Imposto sobre Transmissão ""Causa Mortis"" e Doação de Bens e Direitos – ITCD"	59.510.673
Impostos sobre a Produção e a Circulação	8.565.578.586
Taxas	360.019.365
Contribuição de Melhoria	0
Receitas de Contribuições	452.139.130
Receita Patrimonial	562.891.339
Receita Agropecuária	0
Receita Industrial	0
Receita de Serviços	49.211.754
Transferências Correntes	6.902.750.829
Outras Receitas Correntes	457.161.589
Receitas de Capital	1.862.367.342
Operações de Crédito	1.190.525.229
Alienação de Bens	1.791.920
Amortização de Empréstimos	94.379
Transferências de Capital	669.955.815
Outras Receitas de Capital	0
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	807.344.852
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias	0
Despesa Total	17.570.895.416
Despesas Correntes	14.851.887.922
Pessoal e Encargos Sociais	8.164.724.979
Juros e Encargos da Dívida	246.480.196
Outras Despesas Correntes	6.440.682.747
Despesas de Capital	2.719.007.494
Investimentos	1.868.143.865
Inversões Financeiras	323.190.319
Amortização da Dívida	527.673.310

Fonte: elaborado pelo BNB/ETENE com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Execução orçamentária 2013.

Comércio exterior: principais produtos - 2013

Exportações	US\$ 1,00 FOB	% do Estado
Total	1.420.464.015	100,0
"Fuel-oil"	239.145.932	16,8
Outs. calç. cobr. tornoz. part. sup. Borr., plást.	115.407.765	8,1
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	109.801.824	7,7
Couros/ peles, bovinos, prepars. divid. c/ a flor	106.930.941	7,5
Calçados de borracha/ plast. c/ parte super. em T	97.627.086	6,9
Melões frescos	88.714.408	6,3
Ceras Vegetais	53.029.585	3,7
Sucos (sumo) de outras frutas, n/fermen. s/adic.	42.652.417	3,0
Outs. Calçados sol. ext. borr./plást. Couro/nat.	42.569.154	3,0
Partes de outros motores/ geradores/ grupos ele	37.824.966	2,7
Outros produtos	486.759.937	34,3
Importações		
Total	3.301.744.466	100,0
Gás natural, liquefeito	649.500.887	19,7
Outros trigos e misturas de trigo c/centeio, exc	321.298.981	9,7
Outras turbinas a vapor, de potência>40mw	183.973.758	5,6
Lâminas ferro/ aço, L>=6dm, galvan. Outro proc. E<4.	104.196.089	3,2
Lâminas de outras ligas aços, quente, L>=600mm, RO	72.105.325	2,2
Outros grupos eletrog. de energia eólica	65.811.752	2,0
Outras construções e suas partes, de ferro fund/	64.145.064	1,9
Glifosfato e seu sal de monoisopropilamina	62.996.728	1,9
Outros helicópteros de peso >3500Kg, vazios	58.841.826	1,8
Barras de ferro/ aço, lamin. quente, dentadas, etc	50.289.619	1,5
Outros produtos	1.668.584.437	50,5
Saldo da balança comercial	-1.881.280.451	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Estatísticas de comércio exterior, dez./2013 .

Agropecuária - 2013

Lavoura temporária: principais produtos	Área colhida (hectares)	Quant. produzida	Valor prod.(R\$ mil correntes)
Total	827.803	2.641.229	1.099.917
Milho (em grão) (Toneladas)	355.871	112.741	78.449
Feijão (em grão) (Toneladas)	318.484	55.630	138.650
Mandioca (Toneladas)	65.519	300.348	136.790
Cana-de-açúcar (Toneladas)	32.739	1.674.705	203.819
Arroz (em casca) (Toneladas)	19.493	49.268	34.318
Mamona (baga) (Toneladas)	10.553	1.157	1.359
Outros	25.144	447.380	506.532
Lavoura Permanente: Principais Produtos			
Total	537.319	1.057.747	905.019
Castanha de caju (Toneladas)	405.458	53.112	89.458
Banana (cacho) (Toneladas)	49.255	375.531	301.883
Coco-da-baía (Mil frutos)	44.024	206.071	111.610
Maracujá (Toneladas)	9.319	213.902	260.543
Café (em grão) Total (Toneladas)	7.458	698	3.535
Café (em grão) Arábica (Toneladas)	7.063	651	3.321
Outros	14.742	207.782	134.669
Produção Física			
Leite (Mil litros)	455.452	12,66	
Ovos de galinha (Mil dúzias)	135.129	24,65	
Ovos de codorna (Mil dúzias)	1.507	8,27	
Mel de abelha (Quilogramas)	1.834.826	24,36	
Efetivo do rebanho (cabeças)		% do Estado	
Total	44.583.159	100,00	
Bovino	2.591.067	5,81	
Equino	128.602	0,29	
Bubalino	1.514	0,00	
Suíno - total	1.138.424	2,55	
Suíno - matrizes de suínos	162.573	0,36	
Caprino	1.029.763	2,31	
Ovino	2.062.654	4,63	
Galináceos - total	28.394.243	63,69	
Galináceos - galinhas	8.959.684	20,10	
Codornas	114.635	0,26	
Produção de pescado (t)		% do Estado	
Total Geral	98.256,80	100,0	
Pesca Extrativa	33.095	33,7	
Marinha	21.788	22,2	
Continental	11.307	11,5	
		continua...	

continuação

Aqüicultura	65.162	66,3
Marinha	29.095	29,6
Continental	36.066	36,7
Nº de estabelecimentos agropecuários por atividade econômica		% do Nordeste
Total	381.017	15,5
Lavoura temporária	196.385	18,3
Horticultura e floricultura	6.317	10,1
Lavoura permanente	31.570	13,4
Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	118	11,9
Pecuária e criação de outros animais	134.522	13,9
Produção florestal - florestas plantadas	4.355	15,5
Produção florestal - florestas nativas	6.152	7,9
Pesca	1.071	23,5
Aquicultura	527	14,4

Fonte: elaborados pelo BNB, ETENE com dados do IBGE. Produção Agrícola Municipal, 2013; Produção Pecuária Municipal, 2013 e Censo Agropecuário, 2006; Ministério da Pesca e Aquicultura. Estatística da Pesca e Aquicultura, 2011.

Nota: os dados de produção de pescado refere-se ao ano de 2011.

Energia elétrica - 2012

Consumo de energia elétrica	(GWh)	% do Estado
Total	10.809	100,00
Residencial	3.751	34,70
Industrial	2.498	23,11
Comercial	2.043	18,90
Rural	1.191	11,02
Poder público	569	5,26
Iluminação pública	444	4,11
Serviço público	289	2,68
Consumo próprio	24	0,22

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética. Anuário estatístico de energia elétrica, 2013.

Número de intermediários financeiros - 2013

Intermediário	Quantidade	% do Nordeste
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	38	18,10
Demais estabelecimentos bancários	503	13,93

Fonte: Bacen. Estatística bancária por município, dez./2013.

3 Informações sociais

Características da população - 2013

População residente ¹	Mil pessoas	% do Estado
Total	8.799	100,00
Por sexo		
Homens	4.262	48,4
Mulheres	4.537	51,6
Por situação de domicílio		
Urbana	6.422	73,0
Rural	2.377	27,0
Taxa de Urbanização (%)¹	73,0	
Densidade Demográfica (hab/km²)¹	59,1	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013

Índices de Desenvolvimento Humano e distribuição de renda

Índice	Nº Índice
IDH - M (1991)	0,405
IDH - M (2000)	0,541
IDH - M (2010)	0,682
Índice de Gini (2013)	0,514

Fontes. PNUD. Atlas do desenvolvimento humano 2013 e Ipea. Ipeadata.

Educação - 2012

Taxa de analfabetismo		% da População
Pessoas de 05 anos ou mais de idade		16,8
Média de anos de estudo: 15 anos ou mais		
Pessoas de 10 anos ou mais de idade		5,15
Distribuição dos estudantes por rede de ensino		
Pública		78,1
Particular		21,9
Distribuição dos estudantes por rede e nível de ensino		
Pré-escolar		
Pública		75,00
Particular		25,00
Fundamental		
Pública		84,20
Particular		15,80
Médio		
Pública		88,89
Particular		11,11
Superior		
Pública		26,94
Particular		73,06

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Saúde

Ítem	Quantidade	% da Região
Número de estabelecimentos de saúde (2013)	10.060	17,43
Número de postos de saúde (2013)	498	11,47
Médicos por mil habitantes (2010)	1,06	-
Leitos por mil habitantes (2012)	2,23	-
Taxa de mortalidade infantil (%) (2011)	17,66	-

Fonte: Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde TABNET

Emprego e renda - 2013

População de 10 anos ou mais	Mil pessoas	% do Estado
População em Idade Ativa (PIA)	7.549	100,00
População economicamente ativa (PEA)	4.215	55,8
População Ocupada	3.967	52,6
PIA: por classes de rendimento mensal (salários mínimos)		
Total	7.549	100,00
Até 1/2	1.096	14,52
Mais de 1/2 a 1	1.887	25,00
Mais de 1 a 2	1.361	18,03
Mais de 2 a 3	302	4,00
Mais de 3 a 5	185	2,45
Mais de 5 a 10	108	1,43
Mais de 10 a 20	41	0,54
Mais de 20	12	0,16
Sem rendimento	2.436	32,27
Sem declaração	121	1,60
Vínculos empregatícios formais		
Total	1.495.923	100,00
Indústria	275.198	18,40
Construção Civil	84.619	5,66
Comércio	259.949	17,38
Serviços e Administração Pública	850.237	56,84
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	25.920	1,73
Estabelecimentos		
Total	93.261	100,00
Indústria	11.545	12,38
Construção Civil	6.256	6,71
Comércio	42.647	45,73
Serviços e Administração Pública	31.502	33,78
Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	1.311	1,41

Fontes: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013 e Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual das Informações Sociais – RAIS, 2013.

Características dos domicílios - 2013

Domicílios particulares permanentes	Mil Unidades	% do Estado
Total	2.663	100,00
Condição de Ocupação		
Próprios	1.931	72,51
Alugados	476	17,87
Cedidos	246	9,24
Outros	10	0,38
Domicílios por serviços básicos		
Acesso à rede geral de abastecimento de água	2.058	77,25
Acesso à rede coletora de esgoto ou pluvial	1.078	40,47
Coleta de lixo ¹	1.826	68,56
Acesso à energia elétrica	2.654	99,64
Domicílios por existência de bens duráveis		
Telefone fixo	32	1,20
Telefone celular	1.843	69,18
Telefone fixo e celular	460	17,27
Rádio	2.030	76,23
Televisão	2.573	96,61
Geladeira	2.529	94,96
Microcomputador	816	30,65
Máquina de lavar roupa	774	29,04

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013

4 Informações políticas

Eleições 2014: número de votos válidos - por cargo eletivo e partidos políticos

Partido	Dep. Estadual	Dep. Federal	Senador	Governador
DEM	52.638	277.774	-	-
PC do B	79.730	80.578	-	-
PDT	191.763	125.360	-	-
PHS	41.561	113.885	-	-
PMDB	281.892	446.392	-	-
PMN	-	-	-	-
PP	64.152	-	-	-
PPS	25.875	147.044	-	-
PRB	53.608	117.930	-	-
PRP	31.666	-	-	-
PRTB	-	-	-	-
PSB	-	-	-	-
PSC	27.793	-	-	-
PSD	93.732	-	-	-
PSDB	29.036	95.145	2.314.796	-
PSDC	41.632	-	-	-
PSL	46.836	107.734	-	-
PT	119.319	555.445		2.417.668
PT do B	-	-	-	-
PTB	-	84.474	-	-
PTC	-	-	-	-
PR	272818	251.468	-	-
PROS	787.184	363.977	-	-
PSOL	59.887			
PTN	23.624	-	-	-
PEN	75.511	-	-	-
SD	149.574	221.567	-	-
PV	64.005	-	-	-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Informações e dados estatísticos sobre as eleições, 2014.

